

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
NÍVEL MESTRADO**

**BERNARDO PIETROBELLI**

**CRISE E TRANSFORMAÇÃO DO PARADIGMA ECONÔMICO  
CONTEMPORÂNEO:  
Uma contextualização do debate recente sobre o fim do neoliberalismo**

**Porto Alegre  
2022**

**BERNARDO PIETROBELLI**

**CRISE E TRANSFORMAÇÃO DO PARADIGMA ECONÔMICO  
CONTEMPORÂNEO:**

**Uma contextualização do debate recente sobre o fim do neoliberalismo**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis

Porto Alegre

2022

P626c    Pietrobelli, Bernardo  
          Crise e transformação do paradigma econômico contemporâneo: uma contextualização do debate recente sobre o fim do neoliberalismo / Bernardo Pietrobelli. – 2022.  
          153 f. : il. ; 30 cm.

          Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2022.  
          “Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis”

          1. Ativismo estatal. 2. Pandemia - Crise. 3. Hegemonia.  
          4. Governamentalidade. 5. Neoliberalismo. I. Título.

CDU 330

BERNARDO PIETROBELLI

**CRISE E TRANSFORMAÇÃO DO PARADIGMA ECONÔMICO**

**CONTEMPORÂNEO:**

**Uma contextualização do debate recente sobre o fim do neoliberalismo**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis – Unisinos

---

Profa. Dra. Gisele Spricigo – Unisinos

---

Profa. Dra. Janaina Ruffoni Trez – Unisinos

---

Prof. Dr. André Cunha – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro.”*

(Wendy Brown)

## RESUMO

As crises e instabilidades da economia global verificadas a partir do final dos anos 1990 parecem ter revelado as fragilidades e limitações da hegemonia neoliberal. Mais que isso, estas ocasiões suscitaram o surgimento de hipóteses que previam a superação do paradigma econômico vigente desde o final dos anos 1970. O objetivo central desta dissertação é o de apresentar e contextualizar o debate recente sobre o fim do neoliberalismo – especialmente à luz do colapso financeiro de 2008, da crise da pandemia de coronavírus e das transformações, tendências e contrarreações que lhes são típicos. Através da revisão de literatura de artigos acadêmicos, livros, relatórios institucionais e de veículos de mídia verifica-se quão complexa, por vezes paradoxal, mas sempre adaptável é sua natureza. A superação provisória destas rupturas parece ter reafirmado o papel do Estado enquanto entidade viabilizadora da acumulação de capital. Não se trata, portanto, da retirada do Estado da economia – mas da reorientação de seu ativismo econômico e da renovação dos votos em benefício da lógica dos mercados, da globalização financeira e do dogma da competição. O receituário econômico das políticas neoliberais parece ter reorientado a ação Estatal, para o qual vertentes marxistas e sociológicas emprestam diferentes concepções e entendem que as crises são para o neoliberalismo terreno fértil para justificar-se e ilimitar-se.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; ativismo Estatal; crise financeira; crise da pandemia; paradigma econômico; hegemonia; governamentalidade.

## ABSTRACT

The crises and instabilities in the global economy from the late 1990s onwards seem to have revealed the weaknesses and limitations of the neoliberal hegemony. More than that, these occasions gave rise to hypotheses that predicted the overcoming of the economic paradigm in force since the late 1970s. The main objective of this dissertation is to present and contextualize the recent debate on the end of neoliberalism - especially in the light of the financial collapse of 2008, the crisis of the coronavirus pandemic and the transformations, trends and counter-reactions that are typical of neoliberalism. By reviewing academic articles, books, institutional reports and media vehicles it is possible to verify how complex, sometimes paradoxical, but always adaptable is its nature. The provisional overcoming of those ruptures seems to have reaffirmed the role of the State as an enabling entity for capital accumulation. It is not, therefore, the withdrawal of the State from the economy – but the reorientation of its economic activism and the renewal of votes in favor of the logic of markets, financial globalization and the dogma of competition. The economic prescription of the neoliberal booklet seems to have reoriented State action, to which Marxist and sociological strands lend different conceptions and understand that crises are fertile grounds for neoliberalism to justify and ilimit itself.

**Key-words:** neoliberalism; State activism; financial crisis; pandemic crisis; economic paradigm; hegemony; governamentality.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 INTERPRETAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS DO NEOLIBERALISMO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Os enfoques do conceito de neoliberalismo: a “mercadorização” e a “economização” .....</b>	<b>26</b>
2.1.1 A ótica da “mercadorização” .....	27
2.1.2 A ótica da “economização” .....	35
<b>2.2 As visões críticas do fenômeno da neoliberalização.....</b>	<b>41</b>
<b>3 A GESTAÇÃO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 E O RETORNO DO DEBATE SOBRE A CRISE DO NEOLIBERALISMO .....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 A crise financeira de 2008 – e o fim do neoliberalismo? .....</b>	<b>49</b>
<b>3.2 O ativismo econômico Estatal no contexto da crise financeira .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3 O mundo e o neoliberalismo no pós-crise financeira .....</b>	<b>68</b>
<b>4 A CRISE ECONÔMICA DA PANDEMIA E AS DISCUSSÕES SOBRE O FIM DO NEOLIBERALISMO .....</b>	<b>75</b>
<b>4.1 A crise da pandemia – e agora sim o fim do neoliberalismo? .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 O ativismo econômico Estatal no contexto da crise da pandemia .....</b>	<b>86</b>
<b>4.3 O mundo e o neoliberalismo no pós-crise da pandemia .....</b>	<b>97</b>
<b>5 A CONTINUIDADE DO DEBATE SOBRE O FIM DO NEOLIBERALISMO .....</b>	<b>107</b>
<b>5.1 Uma breve análise da narrativa do FMI e dos impactos da agenda neoliberal .....</b>	<b>108</b>
<b>5.2 O novo neoliberalismo, a relação com o autoritarismo e as alternativas viáveis .....</b>	<b>124</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As crises e instabilidades da economia global verificadas a partir do final dos anos 1990 parecem ter revelado as fragilidades e limitações do paradigma econômico vigente, no qual predomina a lógica do capital, as liberdades de mercado e a introjeção na subjetividade do pensamento empresarial (DARDOT; LAVAL, 2009). Mais que isso, parecem ter estimulado a revisão crítica da própria definição e alcance do neoliberalismo – conceito empregado de forma ampla e controversa pela literatura (VENUGOPAL, 2015).

As discussões sobre o fim de sua hegemonia remontam ao contexto de eventos globais como a crise asiática de 1997, a crise da dívida europeia dos anos 2010 e até a choques sociais e institucionais como a Primavera Árabe, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e a saída do Reino Unido da União Europeia (SLOBODIAN, 2020; TOOZE, 2021). As rupturas econômicas e sociais e as medidas de enfrentamento lançadas nestas ocasiões foram de tal magnitude que teóricos, observadores, pensadores, veículos de mídia e cientistas econômicos e de outras matizes passaram a questionar se havia elementos suficientes para declarar a superação do neoliberalismo enquanto paradigma hegemônico.

No entanto, dois eventos em especial, em um espaço de pouco mais de uma década, protagonizaram os debates mais amplos e profundos sobre o fim do neoliberalismo – recuperando seu conceito crítico, sua evolução histórica, suas promessas e resultados. A crise financeira de 2008 abateu-se sobre o mercado financeiro estadunidense, que esteve submetido a processos de desregulação e liberalização nas décadas anteriores ao grande choque. A conexão com os mercados financeiros globais desestabilizou a economia real e tomou proporções que se traduziram em uma ruptura apenas comparável, até então, à Grande Depressão (DUMÉNIL; LÉVY, 2011). Economistas e teóricos identificados com o enfoque da “mercadorização”, como Stiglitz (2008) e Duménil e Lévy (2011), apresentaram os primeiros argumentos de que o neoliberalismo havia encontrado seu fim vis-à-vis a produção de contradições sistêmicas internas insuperáveis.

O argumento da crise do neoliberalismo e a transição para um novo regime de acumulação parece ter perdido força poucos meses depois do socorro estatal ao sistema bancário e outras medidas de enfrentamento. A adoção de políticas neoliberais neste contexto é compatível, por sua vez, com a análise foucaultiana do

neoliberalismo norte-americano (FOUCAULT, 2009), como será visto a seguir, e que oferece um olhar mais cauteloso à discussão sobre a crise do paradigma neoliberal ao apresentar o conceito de governamentalidade (ANDRADE, 2019).

O debate acerca da crise final do neoliberalismo e a transição para um novo regime de acumulação voltou à pauta em ocasião da crise econômica originada pela pandemia do coronavírus – amplificada pelo distanciamento social, pela produção de gargalos estruturais e rupturas de cadeias globais de valor – e da hesitante resposta contracíclica à recessão que perdura desde então. O enfrentamento inicial dos Bancos Centrais das principais economias industrializadas ao choque da pandemia foi um esforço expansionista de política econômica fiscal e monetária – através de programas e pacotes de auxílio econômico e social (PUEHLER, 2021).

Neste contexto renovaram-se as discussões acerca da “presença” do Estado na economia, com o retorno das hipóteses que antecipam o fim do paradigma neoliberal ou mesmo evocam o Estado de bem-estar social do pós-segunda guerra (RUGITSKY, 2020). De qualquer modo, o impacto produzido pela crise do coronavírus parece ter reafirmado o papel do Estado enquanto entidade viabilizadora da acumulação de capital. Não se trata, portanto, da retirada do Estado da economia – mas da reorientação de seu ativismo econômico, buscando inspiração na lógica de funcionamento dos mercados, da globalização financeira e da competição generalizada (DARDOT; LAVAL, 2013).

O receituário econômico das políticas neoliberais parece ter consolidado um regime de acumulação específico, baseado em um processo de restauração do poder de classe (HARVEY, 2008). A ótica da “acumulação por espoliação”<sup>1</sup> sugere que o neoliberalismo foi bem sucedido em (re)conduzir elites ao poder econômico – ao mesmo tempo que reordenava a presença do Estado como condutor e indutor do desenvolvimento econômico – uma característica do ativismo Estatal tipicamente neoliberal.

Uma visão alternativa à interpretação marxista é a proposta por pensadores como Brown (2019) e Dardot e Laval (2009), que enfatizam o caráter sociológico e político do neoliberalismo. Para esta vertente, o neoliberalismo é um sistema normativo que estende a lógica da concorrência e do capital a todas as instâncias

---

<sup>1</sup> Termo proposto por David Harvey (2008) para denotar que a acumulação de capital pelas classes dominantes deu-se não pela criação nova de valor econômico, mas pela transferência e usurpação de riqueza dos extratos inferiores (HARVEY, 2008).

sociais – inculcando uma racionalidade material no âmago do subjetivo. É, portanto, mais que uma ideologia ou orientação de política econômica; é um fenômeno multifacetado com grande capacidade de autofortalecimento, apoiado no Estado e que se vale das crises para justificar-se e ilimitar-se (BROWN, 2019).

Ainda assim, por qualquer das vertentes interpretativas que se priorize olhar, a resposta para a reflexão que busca melhor entender se a hegemonia neoliberal foi superada parece exigir um distanciamento histórico com o qual ainda não é possível contar, dado que tanto a discussão recente quanto a extensão do próprio paradigma encontram-se em aberto. O debate crítico, que voltou à pauta na esteira das crises de 2008 e 2020, oferece elementos para uma reflexão profunda, multidisciplinar e rica em valor teórico acerca das transformações das relações econômicas e sociais atuais. Esta dissertação pretende-se um pequeno e incipiente passo nesta direção, reunindo perspectivas e admitindo a temporariedade de seu objeto.

Neste sentido, a própria discussão metamorfoseia-se diante da complexidade do paradigma neoliberal, das contradições de seus discursos, práticas e narrativas e da capacidade de adaptação e transformação que o acompanha desde os anos 1980. Suas modificações parecem ter-se acelerado nos choques recentes e reunido no termo “novo neoliberalismo” os esforços por entender e dimensionar as transformações e tendências apresentadas pelo sistema neoliberal no momento recente. Tanto quanto identificar a definição crítica que melhor o define em cada momento de sua hegemonia, torna-se fundamental recuperar os contextos que o moldam, as relações das quais se alimenta (e.g. instituições supranacionais, os próprios Estados-nação e ainda regimes antidemocráticos) e as contrarreações que produz globalmente.

Assim, o objetivo central desta dissertação é o de apresentar e contextualizar o debate recente sobre o fim do neoliberalismo – especialmente à luz do colapso financeiro de 2008, da crise da pandemia de coronavírus e das transformações, tendências e contrarreações que lhes são típicos. Mais especificamente, e para dar suporte a este propósito, pretende-se ainda (i) recuperar o conceito crítico de neoliberalismo, buscando enfatizar seus elementos centrais e as abordagens críticas oferecidas pela literatura; (ii) apresentar, no contexto da crise financeira de 2008, a retomada da discussão sobre o fim do paradigma neoliberal; (iii) apresentar, no contexto da crise econômica da pandemia, os argumentos que contribuiriam para o aprofundamento do debate sobre o fim do neoliberalismo; e (iv) apresentar os

argumentos que entendem a continuidade e transformação do neoliberalismo, bem como suas narrativas, desdobramentos e alternativas.

Compreender as profundas transformações pelas quais o paradigma social-econômico tem passado, sobretudo à luz das crises recentes, é um esforço que está na fronteira de diversas pesquisas e produções científicas – tanto no campo da economia, quanto da geopolítica e das relações internacionais. Este debate é muito atual e pertinente e exige um exame das condições materiais que se impuseram e se adaptaram principalmente a partir da virada neoliberal, quando foram gestadas muitas das características que ainda parecem definir o pensamento econômico dos Estados ocidentais.

Entende-se que, a partir desta revisão e da assimilação de produções recentes, será possível melhor identificar os elementos fundantes deste paradigma e suas mudanças ao longo das últimas quatro décadas. Pretende-se que este movimento contribua para a formação do pensamento crítico acerca da extensão destas mudanças – i.e. se estamos diante de uma correção de trajetória, implementada através de políticas econômicas anticíclicas com forte condução central frente ao desafio da crise imposta pela pandemia do coronavírus (e da superação provisória da Grande Recessão), ou se uma mudança mais radical se coloca, tendendo o ativismo econômico Estatal a apresentar-se mais definitivamente através de políticas fiscais abertas às necessidades do desenvolvimento social e sustentável.

É certamente intrincado o exercício de tentar antecipar as transformações estruturais do nosso tempo, especialmente estando imersos nas próprias metamorfoses sociais, políticas e econômicas. Por outro lado, identificar algumas características deste paradigma em transformação, com base na história de sua construção, pode ajudar a entender como um choque externo, neste caso a pandemia, tocou o pensamento econômico – e, em última instância, compreender a sociedade e sua transformação.

Pretende-se estimular ainda a relevante empreitada de construção do senso crítico em relação aos modelos de gestão econômica e suas prioridades, à reflexão histórica e social da nossa caminhada e dos motivadores e consequências das rupturas e discontinuidades e à identificação de tendências e oportunidades de ação nas discussões do desenvolvimento social, bem-estar populacional e preservação ambiental.

A fim de apresentar o debate acerca dos elementos característicos do ativismo econômico Estatal no cenário pós-pandemia, buscando continuidades e rupturas em relação ao modelo de condução de política econômica típica do capitalismo contemporâneo, esta dissertação se identifica com a pesquisa teórica/histórica e explicativa. É por meio dela que se pretende recuperar os elementos de gestão do modo neoliberal de atuação Estatal como são identificados pela teoria econômica e sociológica, identificando-os e propondo uma reflexão em seu entorno para cumprir os objetivos central e específicos deste trabalho.

O levantamento dos conteúdos que perpassam a abordagem do conceito de neoliberalismo, sua ascensão histórica e expansão a partir dos anos 1980, a delimitação temporal e material das crises econômicas das últimas décadas – a partir dos 1990 e mais especificamente aquela de 2008 e esta de 2020 – e a reflexão acerca das características do ativismo Estatal na condução econômica no contexto pós-pandemia – se mais atento ao desenvolvimento social e sustentável ou se compatível com uma correção efêmera das políticas de mercado – será conduzido através de revisão bibliográfica e documental.

As principais fontes de dados e informações são secundárias e vem de livros, artigos acadêmicos e científicos, relatórios institucionais, publicações midiáticas e outros materiais afins nas áreas de conhecimento de história econômica, macroeconomia, relações internacionais, geopolítica e sociologia.

Atentando-se aos objetivos colocados e ao método delimitado, esta dissertação será dividida em quatro sessões além de uma introdução e considerações finais, respectivamente os capítulos primeiro e sexto. Na segunda seção será recuperado o conceito histórico de neoliberalismo, priorizando a distinção de suas duas vertentes interpretativas. As contribuições que buscam emprestar-lhe um significado histórico são abundantes e não serão aqui tomadas como um fim em si mesmo, mas antes como um meio para apresentar e contextualizar o debate recente acerca da hipótese de crise hegemônica do paradigma neoliberal, que manifestou-se na literatura econômica de forma mais acentuada vis-à-vis a crise financeira de 2008 e, mais recentemente, à luz do choque econômico da pandemia do coronavírus.

Neste sentido, este segundo capítulo busca demonstrar que o próprio esforço de conceituação admite visões distintas sobre o que é neoliberalismo – tendo a

literatura emprestado significados desde puramente ideais até econômicos e subjetivos. Recuperar estas definições é central para o objetivo desta dissertação, na medida em que entende-se que, a depender da definição priorizada, o argumento de crise pode ser mais ou menos factível.

A terceira seção, por sua vez, buscará contextualizar a retomada das discussões acerca da crise do paradigma neoliberal à luz do colapso financeiro de 2008. Neste sentido, este capítulo pretende trazer à luz os elementos causadores da Grande Recessão e que tornaram viável a colocação das hipóteses de que o capitalismo neoliberal havia encontrado seu fim. Também se dará especial atenção ao tom do ativismo econômico dos Estados durante a recuperação da crise, principalmente nos EUA e na Europa Ocidental – os polos globais de poder e riqueza. Entende-se que a atuação pela superação da crise e retomada do crescimento econômico nestes centros valeu-se majoritariamente de política monetária e austeridade fiscal, com elementos que podem ser relacionados ao programa neoliberal, mas que não promoveram um retorno sustentado dos níveis de renda registrados nos anos anteriores.

O quarto capítulo, a seguir, apresentará as discussões mais recentes sobre a superação do neoliberalismo – já à luz da crise econômica originada pela pandemia do coronavírus. Neste sentido, é interessante notar que o argumento de crise do neoliberalismo vis-à-vis o choque da pandemia parece apresentar-se em duas frentes. De um lado estariam, como se pretende recuperar neste capítulo, os impactos econômicos da crise da pandemia e as principais respostas dos governos às repercussões negativas sobre os níveis de emprego e renda agregados.

De outro lado, a hipótese de crise hegemônica à luz da pandemia observa a percepção da trajetória neoliberal como elemento causador do choque econômico. A ignição desta que é a segunda “maior crise econômica global da história” em pouco mais de uma década seria, no entanto, a crise sanitária global – que tem sido apontada por observadores como sendo originada na perturbação ambiental causada pela superexploração industrial e amplificada pela fragilização das estruturas físicas e institucionais de saúde pública como um corolário direto de décadas de políticas neoliberais (SAAD-FILHO, 2020; RODRIK, 2020, SUMONJA, 2021).

O quinto capítulo buscará apontar os argumentos recentes da discussão que vão além das hipóteses levantadas em ocasião das crises de 2008 e 2020. Neste

sentido, a primeira parte da seção buscará analisar elementos da globalização e da liberalização financeira – tida como uma das fundações da racionalidade econômica neoliberal. Mais especificamente, se dará atenção ao documento disponibilizado pelo FMI reconhecendo as fragilidades das políticas neoliberais, à relação mutualística entre o neoliberalismo e os regimes autoritários e antidemocráticos modernos e às tendências e alternativas apontadas por teóricos e pensadores para o neoliberalismo em seu esforço por identificar caminhos viáveis para um futuro diferente.

Por fim, o capítulo de considerações finais registrará os principais elementos abordados ao longo do trabalho – incluindo um breve espaço para a colocação do ponto de vista deste autor em relação ao debate sobre o fim do neoliberalismo, bem como sugestões para pesquisas futuras neste campo do saber.



## 2 INTERPRETAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS DO NEOLIBERALISMO

Neste primeiro capítulo pretende-se dar especial atenção à definição do neoliberalismo. As contribuições que buscam emprestar-lhe um significado histórico são abundantes e não serão aqui tomadas como um fim em si mesmo, mas antes como um meio para apresentar e contextualizar o debate recente acerca da hipótese de crise hegemônica do paradigma neoliberal, que manifestou-se na literatura econômica de forma mais acentuada vis-à-vis a crise financeira de 2008 e, mais recentemente, à luz do choque econômico da pandemia do coronavírus<sup>1</sup>.

Espera-se que a exposição da conceituação do termo neoliberalismo, com sua evolução histórica não apenas terminológica, mas também ontológica, permita oferecer ao leitor elementos suficientes para familiarizar-se com a reflexão social que nosso tempo nos coloca: o atual modelo de gestão econômica está passando por uma crise hegemônica, que dará lugar a um novo paradigma capitalista no pós-pandemia, ou estamos vivendo ainda um interregno gramsciano, remendando rachaduras enquanto o novo segue em gestação?

Neste sentido, este primeiro capítulo busca demonstrar que o próprio esforço de conceituação admite visões distintas sobre o que é neoliberalismo – tendo a literatura emprestado significados desde puramente ideais até econômicos e subjetivos. Recuperar estas definições é central para o objetivo desta dissertação, na medida em que entende-se que, a depender da definição priorizada, o argumento de crise pode ser mais ou menos factível.

De mesmo modo, o conceito adotado tenderá a favorecer determinadas hipóteses acerca das tendências direcionais do modo de produção e organização social moderno – seja a superação do pensamento neoliberal por outro modelo econômico ou a continuação de sua metamorfose imanente. Para tanto, serão apresentados os diferentes enfoques que a literatura oferece ao neoliberalismo.

---

<sup>1</sup> Alguns dos principais autores que propõem o debate e analisam o questionamento do fim do neoliberalismo são Paul Krugman (2015), Joseph Stiglitz (2002; 2019; 2022), Pierre Dardot (2013), Christian Laval (2019; 2020), David Harvey (2008; 2020), Gérard Duménil (2011; 2018), Dominique Lévy (2011; 2018), Wendy Brown (2019), Quinn Slobodian (2020), Colin Crouch (2011), Dani Rodrik (2012; 2017; 2020), Dieter Plehwe (2018; 2020), Daniel Pereira Andrade (2018; 2019), Alfredo Saad-Filho (2005; 2020). Suas diferentes obras e pensamentos foram acessados em distintos momentos para compor o quadro referencial teórico e reflexivo deste trabalho e se encontram citados ao longo dos capítulos.

As próprias considerações acerca das distintas concepções teóricas admitidas contribuem para o objetivo de apresentar e contextualizar as reflexões acerca da hipótese de uma ruptura do atual regime de acumulação. A introdução do debate sobre o fim do neoliberalismo inicia, assim, desde este primeiro capítulo, passa pelos contextos das crises de 2008 e da pandemia do coronavírus – ocasiões que marcam de maneira mais clara a proposição recente do debate, apresentados, respectivamente, nos capítulos 3 e 4 – e apresenta os argumentos produzidos em relação às suas transformações no capítulo quinto deste trabalho.

Um primeiro e mais óbvio passo se dá pela localização histórica do fenômeno do neoliberalismo. Dardot e Laval (2009) identificam o surgimento do termo no advento da crise de 1929, como uma revisão crítica e explícita do liberalismo clássico. Uma nova doutrina teria sido gestada a partir de elementos do *laissez-faire* decantados no Colóquio Walter Lippmann de 1938 e na Sociedade Mont Pèlerin de 1947 e que permitiriam “a implantação de uma nova racionalidade governamental”<sup>2</sup> (DARDOT; LAVAL, 2009).

Para estes autores, o neoliberalismo que chega aos anos 1970 e 1980, no entanto, não foi uma simples reprodução daquela doutrina pensada a partir dos 1930 (DARDOT; LAVAL, 2009) – tanto quanto o presente político e econômico não estava no campo de visão dos pensadores neoliberais originais (BROWN, 2019). Também para Mirowski e Plehwe (2009) o termo neoliberalismo navegou em diferentes contextos a partir dos anos 1930 e passou a estabelecer-se como designação de um movimento político e intelectual. Teria sido através da reunião de economistas, filósofos e sociólogos no Colóquio Walter Lippmann, considerado o precursor da Sociedade Mont Pèlerin, em que se reuniram as primeiras referências teóricas e taxonômicas de diferentes correntes de pensamento – como a escola austríaca, a incipiente escola de Chicago e o ordoliberalismo alemão (MIROWSKI; PLEHWE, 2009).

Estas distintas fontes agregaram elementos de seu referencial teórico e emprestaram ao incipiente neoliberalismo uma característica dinâmica, que se manifestou mais claramente nas pretensões ambíguas e polivalentes de seu projeto

---

<sup>2</sup> O encontro de 1947 da Sociedade Mont Pèlerin é a datação mais convencional da produção acadêmica sobre a origem do neoliberalismo. No entanto, há pensadores que argumentam que o termo já aparecera no período entre guerras, como William Callison (*Political Deficits: The Dawn of Neoliberal Rationality and the Eclipse of Critical Theory*) e Hans Honegger (*Trends of Economic Ideas*).

inicial: uma filosofia política e uma orientação econômica capaz de confrontar – em um contexto pós-Grande Depressão e de ascensão do nazismo – regimes totalitários e o *laissez-faire* do liberalismo clássico. Neste sentido, a Sociedade Mont Pèlerin teve um papel central na difusão do conceito do neoliberalismo através de expoentes como Friederich Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman, Alexander Rüstow e Wilhelm Röpke (MIROWSKI; PLEHWE, 2009).

Para Brown (2019), embora o pensamento neoliberal original buscasse apartar a política dos mercados e os interesses econômicos da elaboração das políticas, sua criação “franksteiniana” mesclou-se com outros princípios, práticas e formas de governar até chegar à configuração presente (BROWN, 2019).

Mirowski (2014) converge com este raciocínio ao apontar que as diferentes escolas que participaram da composição da Sociedade não chegaram a alcançar um uníssono intelectual no processo de gestação do pensamento neoliberal. O grupo era composto por pensadores relativamente heterogêneos, ao ponto de colocar-se a denominação de “coletivo do pensamento neoliberal” no esforço de entender se as ideias centrais do neoliberalismo eram características de sua época ou dos indivíduos que a influenciaram (MIROWSKI, 2014).

Hayek propunha originalmente que o mercado e a moral constituíam o cerne da liberdade, da ordem e do desenvolvimento. No entanto, isto só seria válido na medida que o Estado fosse impedido de intervir – o que, para Brown (2019) implicaria que “mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração do mercado [...], o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social” (BROWN; 2019, p. 23). Neste sentido, há na arquitetura original neoliberal uma flagrante hostilidade em relação à sociedade e à justiça social. Hayek aparece novamente em defesa da organização espontânea e autônoma dos mercados, condenando qualquer ação governamental voltada a justiça distributiva sob pena de a ação política aproximar-se de um sistema totalitário. A conduta dos homens deve dar-se pela moral, pela liberdade de qualquer interferência política, refutando a noção de sociedade (BROWN, 2019).

Pode-se argumentar que estes elementos integram parte do regime de acumulação atual e das reflexões que contrastam o alcance da racionalidade neoliberal, o pensamento hegemônico, o tradicionalismo moral e mesmo o alcance do poder político democrático. Quinn Slobodian (2018) entende, neste contexto, que

a vertente ordoliberal daquela composição que se desenvolvia nos encontros de Mont Pèlerin já buscava blindar a ordem de mercado da democracia – que tornou-se global apenas no século XX e cujas pressões se manifestariam através das demandas das classes trabalhadoras, ameaçando o funcionamento da economia de mercado<sup>3</sup> (SLOBODIAN, 2018).

Boas e Gans-Morse (2009) também argumentam que o termo neoliberalismo foi empregado para identificar e caracterizar um fenômeno que por si só passou por profundas transformações ao longo do tempo. Desde sua concepção essencialmente positiva, como uma renovação e moderação do liberalismo clássico, o neoliberalismo passou a ser associado pejorativamente a um modelo de fundamentalismo de mercado (BOAS; GANS-MORSE, 2009). Por outro lado, ao dar-se excessiva ênfase à liberação total dos mercados, como predicado por Hayek, pode-se deixar passar que o foco real das propostas neoliberais não reside nos mercados em si, mas no redesenho dos Estados, leis e outras instituições para proteger a lógica dos mercados (SLOBODIAN, 2018).

O marco desta inflexão teria sido o uso para descrever as reformas econômicas radicais no Chile de Pinochet – e seus assessores, os “Chicago Boys” – de 1973, representativo do desembarque na América Latina do liberalismo enquanto política econômica (BOAS; GANS-MORSE, 2009). Mais precisamente, o conjunto de orientações impostas estiveram associada ao neoliberalismo no formato de “um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para os investidores estrangeiros” (BROWN; 2019, p. 29). Concluída esta primeira experiência prática, o programa neoliberal teria sido implementado em outras economias do Sul global e posteriormente inserido em países do norte – sendo os casos da Inglaterra, com Margaret Thatcher, e EUA, com Ronald Regan, os mais conhecidos.

Também neste contexto adotaram-se práticas voltadas para a desregulação do capital, o combate à organização laboral, privatizações, eliminação de sistemas

---

<sup>3</sup> Em seu “*Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism*”, Quinn Slobodian argumenta que a democracia representava uma ameaça para o neoliberalismo e aponta três momentos históricos de rupturas – ou períodos de “politização do econômico”. Para os ordoliberais, a “democratização do mundo” teria pontos de inflexão na Primeira Guerra Mundial, na Grande Depressão e no choque do petróleo de 1973-74 (SLOBODIAN, 2018). Wendy Brown também entende que o neoliberalismo constrói e legitima forças antidemocráticas, privilegiando a individualização e a liberdade em detrimento do Estado social (BROWN, 2019).

de tributação progressiva e, em última instância, a redução do Estado social. Parece ser este o ponto de inflexão em que mais evidentemente ocorreu a transição de um sujeito econômico utilitarista e mercantil, identificado com o liberalismo clássico, para um indivíduo orientado por uma nova racionalidade governamental, que prioriza os princípios de mercado, o individualismo e a competição (BROWN, 2019).

Em face aos efeitos deletérios sobre as populações – especialmente as marginalizadas, as classes trabalhadoras e as estigmatizadas pela desigualdade social – e pela própria conotação deste neoliberalismo enquanto reprogramação da racionalidade liberal clássica, a aquisição de uma conotação negativa explicaria por que o termo “neoliberalismo” parece ser utilizado com mais frequência por aqueles que o criticam, relativamente aos proponentes das políticas de mercado. Ainda assim, o uso assimétrico que emerge da transformação histórica que torna o capitalismo moderno diferente das versões anteriores de economia política tende a esvaziá-lo, paradoxalmente, de sentido e afasta-o do sentido normativo de “novo liberalismo” (BOAS; GANS-MORSE, 2009).

Venugopal (2015) também aponta que o neoliberalismo, principalmente a partir dos anos 1980, passou a reunir em um único termo fenômenos significativamente diferentes. Assim, sua evolução conceitual, nem sempre dentro dos limites da academia ou nos domínios da literatura econômica, ocorreu de forma desordenada – tendo como resultado sua caracterização como um fenômeno “controverso, incoerente e associado à crise”. A incidência destes usos e significados diversos dificultaria a reflexão e a produção crítica em torno de sua própria natureza, das continuidades e descontinuidades da relação Estado-mercado sob sua vigência e da própria concepção de crise ou superação do pensamento neoliberal (VENUGOPAL, 2015).

Para Slobodian (2018), nos últimos dez anos foram feitos grandes esforços por contextualizar a historicidade do neoliberalismo e suas prescrições para a governança global – dado que reconheceu-se a necessidade de se distinguir mais claramente o papel do Estado na economia. Neste sentido, o esforço por definir o neoliberalismo seria relevante para encará-lo como um sistema de pensamento, constitutivo de um arcabouço legal e institucional em si mesmo (SLOBODIAN, 2018).

Dean (2012) argumenta que o neoliberalismo bem descreve um processo desigual de desenvolvimento governamental. Este mesmo processo, por sua vez, teria um ponto de inflexão nos primeiros anos da década de 1950 – até quando os

neoliberais identificavam-se como propositores de uma nova forma de liberalismo. Suas principais características marcariam a definição de um papel positivo para o Estado na criação das condições necessárias para a livre operação do mercado; mas não apenas na forma de uma teoria econômica e sim como uma filosofia política, com elementos de uma sociologia histórica (DEAN, 2012).

Em algum momento dos 1950, no entanto, seus proponentes teriam abandonado sua identificação com o termo neoliberalismo e passaram a insistir que não havia rupturas com o liberalismo clássico (DEAN, 2012; MIROWSKI, 2009). Esta hipótese parece coincidir com a de Andrade (2019) de que os próprios idealizadores do neoliberalismo não apresentavam-se sob esta identificação – ao contrário de seus opositores, que utilizariam o termo para referir-se às condutas do livre mercado e suas heranças.

Neste sentido, Dani Rodrik (2017) argumenta que mesmo os maiores críticos do neoliberalismo tem dificuldades de conceituá-lo e localizá-lo historicamente. O termo tem sido usado para descrever um grande espectro de fenômenos sob um mesmo signo terminológico – desde Pinochet, Thatcher e Regan até os democratas da era Clinton, o partido britânico New Labour, a abertura econômica chinesa e o estado de bem-estar sueco. O rótulo do neoliberalismo parece ter sido utilizado sempre que emergiram elementos relacionados à desregulamentação, liberalização, privatização ou austeridade fiscal nas análises econômicas (RODRIK, 2017).

Este uso foi bastante constante nos anos 1990, nos esforços por explicar e contextualizar a desregulação financeira – que culminaria na crise de 2008 – e o fenômeno de globalização econômica – acelerada pela liberação dos fluxos de capitais financeiros e pela difusão de novos tipos de acordos comerciais. Estes elementos, para Rodrik, são característicos e explicativos da manifestação do neoliberalismo no mundo atual e seus efeitos deletérios sobre a distribuição de renda e o crescimento econômico equilibrado (RODRIK, 2017).

Saad-Filho e Johnston (2005) coincidem com este ponto de vista e argumentam que o neoliberalismo é inseparável da globalização, que se apresenta como um processo inevitável e desejável – que levaria a cenários com maior competição, ganhos de bem-estar e níveis mais altos de democracia. No entanto, o processo de globalização seria apenas a face internacional do neoliberalismo: uma estratégia global de acumulação e disciplina social de características imperialistas,

liderado pelas elites estadunidenses e capilarizado através de coalizões capitalistas localmente dominantes<sup>4</sup> (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

Plehwe, Slobodian e Mirowski (2020) por sua vez advertem que ainda há quem não concorde que o neoliberalismo exista, preferindo distingui-lo como financeirização ou mesmo adotando termos como “liberalismo avançado”. Por sua definição – e mesmo existência – contestada, se fazem importantes os esforços por propor análises sobre sua morfologia, suas mecânicas contextuais e metamorfoses a fim de emprestar-lhe precisão, admitindo significados contraditórios e entendendo que sua evolução e definição é resultado da interrelação do debate intelectual, das circunstâncias em movimento e das lutas sociais. Tal qual os sistemas de pensamento marxianos, liberais e conservadores, o neoliberalismo pode apresentar refrações, recombinações, subdivisões, diversidades e mesmo dissidências (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI, 2020).

É representativa do argumento de que o neoliberalismo, enquanto conceito histórico, foi empregado de forma indistinta em diferentes contextos a visão de Sumonja (2021) – para quem é possível dividir a hegemonia neoliberal em três fases. A primeira seria correspondente à era de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e poderia ser identificada como vanguardista, na qual o neoliberalismo confronta o que percebia como a causa da crise de lucratividade e acumulação do final dos anos 1970 e início dos 1980. O trabalho organizado foi combatido com medidas conservadoras de austeridade econômica e coerção política.

Uma segunda fase teria se instalado entre o final da Guerra Fria e a crise financeira de 2008, período no qual o neoliberalismo teria se tornado hegemônico e imposto uma nova ordem global. Esta etapa “progressiva” teria sido favorecida por elementos como a concessão de soberanias a entidades supranacionais internacionais – financeiras e econômicas, o favorecimento de uma individualização

---

<sup>4</sup> Saad-Filho e Johnston ainda argumentam que o neoliberalismo reúne contribuições de diversas fontes, incluindo Adam Smith, a economia neoclássica, as vertentes críticas ao Keynesianismo e o monetarismo. Sua influência global expandiu-se não sem percalços, entre avanços e retrocessos, especialmente nos contextos de rupturas da ordem internacional pós-Segunda Guerra, como no fim dos anos dourados da década de 1960, o colapso do sistema de Bretton Woods nos 1970, a queda do bloco soviético na década seguinte e as crises de balanço de pagamentos dos países periféricos próximo à virada do século. Os autores argumentam ainda que o colapso das alternativas estruturais viáveis deixou espaço para uma síntese entre as visões mais conservadoras e os interesses das elites estadunidenses – tendo o neoliberalismo expandido sua influência globalmente através da persuasão e da força (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

enquanto liberdade subjetiva e a conversão ao neoliberalismo de partidos de centro-esquerda no Ocidente (SUMONJA, 2021).

A terceira fase, por fim, inaugura-se a partir de 2008 e tem contornos marcadamente autoritários na medida em que deixa transparecer mais efetivamente que o neoliberalismo requer um Estado ativo, capaz de reorganizar as relações sociais. Este elemento estaria na fronteira de rupturas democráticas e de direitos fundamentais e representaria uma nova faceta de um mesmo termo “neoliberalismo” – já não como um movimento solucionador de crises capitalistas, mas como um esforço por normalizar esta condição aparentemente inerente ao regime de acumulação capitalista (SUMONJA, 2021).

Deckard e Shapiro (2019) também identificam três períodos diferentes na evolução do neoliberalismo e propõem uma diferenciação conceitual entre “neoliberalismo” e “neoliberalização”. Este último termo descreveria os processos materiais e tecnologias do desenvolvimento capitalista na forma de um processo dinâmico, incluindo elementos como a financialização, privatização, ajustes estruturais, a desmaterialização do trabalho e novos regimes de conduta. Já por neoliberalismo entendem a identificação de um conjunto particular de ideologias de mercado, políticas econômicas, modelos de desenvolvimento e paradigmas acadêmicos associados ao “coletivo do pensamento neoliberal” de Mirowski (DECKARD; SHAPIRO, 2019).

Ainda para estes pensadores, o processo de neoliberalização pode ser entendido como tendo se desenvolvido paralelamente ao keynesianismo – e não simplesmente após, como uma ruptura repentina. Uma primeira fase deste processo teria acontecido a partir de meados dos 1960 até os primeiros anos da década de 1970, quando o neoliberalismo poderia tanto ter dado lugar a um novo paradigma quanto ter-se tornado a força dominante que veio a ser. Um segundo período iria do início da década de 1970 até a crise financeira de 2008 e, assim como a fase anterior, abarcou simultaneamente elementos que poderiam contribuir para uma ruptura tanto quanto para a emergência de uma terceira fase. Esta, por fim, desdobra-se desde os anos 2010 e configura o atual momento de neoliberalismo “tardio” – que marca um movimento de hegemonia central capitalista fora do eixo tradicional dominante da América do Norte e Europa Ocidental e estende-se ao Sul e Leste Asiático (DECKARD; SHAPIRO, 2019).



Por sua vez, Andrade (2018) entende que, historicamente, o neoliberalismo constituiu-se antes como um objeto de debate do que propriamente um conceito consensual. Para o sociólogo, mesmo entre os genitores do pensamento liberal, os ordoliberais e representantes das escolas ortodoxas, “não tinham opinião comum sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou sobre a experiência fracassada do laissez-faire do século XIX” (ANDRADE 2018, p. 212).

Interessante notar, mais recentemente, o posicionamento do notoriamente liberal Instituto Adam Smith de identificar-se abertamente, tendo sido objeto de reflexão de seus defensores, através do termo “neoliberalismo” – até mesmo reconhecendo seu uso pejorativo na produção literária e até certo ponto realmente afastando-se do liberalismo clássico. Coloca-se o argumento de que para os novos liberais, o neoliberalismo reflete o que sempre acreditaram e defendiam, reforçando os votos da concorrência, da liberdade, da acumulação e do livre mercado como condições para o desenvolvimento econômico e enaltecendo efeitos positivos – ainda que não apresentem claramente os supostos ganhos empíricos – obtidos através de corolários como o Consenso de Washington<sup>5</sup> e a globalização (BOWMAN, 2016; PIRIE, 2014).

A dimensão controversa do uso e do próprio conceito de neoliberalismo adquire, também para Andrade (2018), contornos outros além de um modelo de política econômica a partir dos anos 1990. Naquele contexto, o neoliberalismo teria passado a traduzir uma ampla gama de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e, ao fim, serviria para identificar a própria sociedade de seu tempo. Ocorre uma ampliação do caráter amplo e vago de seu uso descritivo, até que a partir dos anos 2000 se conhecem esforços teóricos das ciências sociais pela requalificação do debate e pela construção de definições mais precisas (ANDRADE, 2018).

Neste sentido, poderiam ser três os caminhos para identificar e significar o conceito de neoliberalismo. O primeiro priorizaria a releitura dos postulados de seus arquitetos originais, a fim de recuperar as interpretações autênticas e extrair seus significados essenciais. Outro método seria delimitar e descrever o neoliberalismo

---

<sup>5</sup> A visão macroeconômica ortodoxa entende por Consenso de Washington o conjunto de recomendações e políticas voltadas a orientar o mundo em desenvolvimento e governos globais no sentido de controlar seus gastos e impostos e abrir os mercados para a concorrência e a livre circulação de investimentos e capitais (BOWMAN, 2016). A visão crítica ao Consenso destaca o caráter deletério da aplicação dos principais instrumentos preconizados pelas políticas liberalizantes, um dos símbolos práticos do neoliberalismo, como a desregulação financeira, as políticas macroeconômicas restritivas, a privatização, a contenção do papel social do Estado e a abertura comercial (CHANG, 2004).

como ele se apresenta ao mundo, tecendo considerações acerca dos contextos em que opera e das dinâmicas que lhes impõe. Uma terceira possibilidade, por fim, alinhada à intenção deste trabalho, seria depurar o neoliberalismo enquanto conceito histórico – aprofundando-se em suas diferentes definições críticas, revisitando sua evolução conceitual e entendendo quais as implicações e consequências do uso de um ou outro conjunto de interpretações (VENUGOPAL, 2015).

Neste esforço de definição do neoliberalismo, é possível identificar duas linhas de pensamento predominantes nas ciências sociais (ANDRADE, 2019; BROWN, 2019). A primeira prioriza um entendimento de que o neoliberalismo representa uma política de classe dotada de ideologia econômica, identificada pela lógica da “mercadorização” enquanto sistema de pensamento. Seriam características deste sistema “a expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista” (ANDRADE, 2019, p. 4).

Identificam-se com o enfoque da “mercadorização” os teóricos marxistas, tendo Harvey, Duménil e Lévy como expoentes – cujos trabalhos enfatizam o enfrentamento de classes favorecido pelo funcionamento da economia neoliberal e a reprodução da ótica da “acumulação por espoliação”. Esta sugere que o neoliberalismo cumpre um papel histórico de (re)conduzir elites ao poder econômico, ao mesmo tempo que dilui a presença do Estado como condutor e indutor do desenvolvimento econômico e legitimava um tipo específico de gestão macroeconômica.

A segunda linha de pensamento, por sua vez, privilegia o entendimento de neoliberalismo como um fenômeno de “economização”. Segundo esta ótica, o capitalismo neoliberal expande a concepção do modelo de funcionamento dos mercados para além das fronteiras do próprio mercado – através de elementos como a promoção da concorrência, da racionalidade empresarial, da instrumentalização da avaliação e ranqueamento e da eficiência, que passam a nortear a conduta do Estado e do indivíduo.

Este modo característico de ativismo é compatível com o conceito foucaultiano de governamentalidade, entendido como uma forma de guiar as relações sociais e os comportamentos humanos (FOUCAULT, 2009). Não se trataria, portanto, “da instituição governo, mas da atividade que consiste em reger a

conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais” (FOUCAULT, 2009, p. 432). Nesse sentido, pode-se argumentar que o neoliberalismo é um fenômeno mais profundo que as noções que o caracterizam como tipo de conduta econômica, na esteira da retórica de um “Estado mínimo”.

Sob o ponto de vista da “economização”, cujos expoentes teóricos mais conhecidos são, além de Foucault, Pierre Dardot, Christian Laval e Wendy Brown, o neoliberalismo é definido como uma conduta. Esta definição demanda a importante distinção entre hegemonia neoliberal e políticas neoliberais, bem como a diferenciação entre crise econômica e crise sistêmica ou hegemônica (FRASER, 2018).

Fraser (2018) entende por hegemonia uma “habilidade de convencer” e argumenta que o neoliberalismo, enquanto projeto hegemônico, acabou (FRASER, 2018). Voltaremos a esse ponto ao longo deste trabalho, enquanto considera-se importante a correlata hipótese proposta por Andrade (2019) de que o neoliberalismo está passando por uma crise de governamentalidade – mas que ela é relativamente autônoma em relação à crise econômica (ANDRADE, 2019).

Neste sentido, a literatura identificada com o enfoque da “economização” busca compreender a generalização da forma de mercado e a reestruturação do Estado, bem como de suas instituições, das empresas e da autopercepção dos indivíduos. Entende-se que aspectos como a hierarquização de classes, o fenômeno da financeirização e a introjeção na subjetividade do pensamento empresarial são antes consequências do que causas da transformação da racionalidade política e do ativismo Estatal (ANDRADE, 2019). São expoentes do enfoque “economicista” pensadores da vertente foucaultiana (Foucault, Dardot, Laval, Brown), weberiana (Davies) e neorregulacionista (Peck e Brenner).

## **2.1 Os enfoques do conceito de neoliberalismo: a “mercadorização” e a “economização”**

Esta seção tem por objetivo aprofundar os aspectos centrais de ambas as visões acerca da definição de neoliberalismo, reunindo as contribuições de seus principais expoentes. Não se tratará aqui de opor uma abordagem a outra, mas de expor seus elementos fundantes a fim de somar seus poderes explicativos tendo em vista o objetivo a que se propõe esta dissertação de contextualizar e explicar o

debate acerca do fim do neoliberalismo enquanto sistema econômico hegemônico. Este exercício permitirá refletir ainda sobre a lógica de nossa atual conjuntura e subsidiar a compreensão da organização do pensamento econômico, político e racional moderno. Começemos pela abordagem materialista.

### 2.1.1 A ótica da “mercadorização”

Sob a ótica da “mercadorização”, David Harvey (2008) localiza o neoliberalismo em um contexto de transformação na diretriz central do pensamento e da administração da macroeconomia dos Estados. Os primeiros “impulsos revolucionários” estariam ligados a marcos históricos e sociais de final dos anos 1970 e início dos 1980, como o início da liberalização da economia chinesa através de Deng Xiaoping, a mudança de orientação da política monetária do Banco Central dos EUA na figura de Paul Volcker, a eleição de Margaret Thatcher e a luta contra a inflação na Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan e a priorização de políticas trabalhistas e econômicas com foco na liberalização e desregulamentação (HARVEY, 2008).

Deckard e Shapiro (2019) remetem diretamente ao choque de juros da economia estadunidense, que passou de uma média de 10,9% a.a. em 1979 para 20% a.a. em 1981 com o pretexto de conter o rompante inflacionário originário do aumento dos preços do petróleo da virada da década. Para estes autores, a política monetária drástica foi representativa dos primeiros passos do neoliberalismo no Norte Global e foi impulsionada pela eleição de Thatcher e Reagan e seus princípios alinhados à ideologia “dominante dos anos 1980”. Este contexto fora caracterizado por menores participações da tributação na composição da renda pública, privatização de empresas e serviços públicos e a abertura dos mercados à concorrência internacional (DECKARD; SHAPIRO, 2019).

Para Duménil e Levy (2018) a virada da década de 1970 foi composta por uma crise de lucratividade, dado os níveis inflacionários nas principais economias e a aparente incapacidade das políticas keynesianas em retomar uma trajetória de crescimento econômico. Isto teria aberto espaço para a implementação do receituário neoliberal – primeiro nos mercados desenvolvidos e em seguida na América Latina, onde foram registrados resultados devastadores para a renda

nacional, os indicadores de distribuição de renda e mesmo democráticos (DUMÉNIL; LEVY, 2018).

Neste sentido, a visão monocromática do combate à inflação recuperou elementos da ortodoxia econômica muito baseados na noção de que os mercados alocam recursos de forma eficiente, retomam de forma orgânica as trajetórias de crescimento e servem aos interesses sociais (STIGLITZ, 2008). O chamado “fundamentalismo de mercado” estaria por trás do que passou a ser conhecido por Thatcherismo, Reaganomics e Consenso de Washington.

A partir dos epicentros industrializados se expandiram argumentos de uma doutrina que defendia, entre outros elementos, a limitação da intervenção do Estado na economia – priorizando a instituição mercado e seu funcionamento livre de ingerência estatal. Esta conduta em ascensão pode ser entendida como

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas (HARVEY, 2008, p. 12).

Neste sentido, o Estado atuaria apenas na medida em que forneça, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados dado que sua intervenção produziria tão somente distorções e ineficiências no ritmo da acumulação e nas relações de classe. O poder do Estado foi empregado, por exemplo, para resgatar empresas ou evitar colapsos financeiros e econômicos, como na crise de poupança norte-americana de 1987, os bancos comerciais também nos EUA em 2008 e mesmo o caso chinês da empresa Evergrande em 2021.

Este novo arcabouço liberal acaba traduzindo-se em práticas de desregulação, de privatizações e de reestruturação da atuação do Estado como reprodutor de bem-estar social e torna este discurso hegemônico a partir da década de 1980 – apoiado também pela influência exercida através de instituições de ensino e pesquisa, mídia, partidos políticos, financiamentos de campanhas eleitorais, conselhos corporativos administrativos e financeiros, instituições governamentais e organismos internacionais (HARVEY, 2008).

Para Deckard e Shapiro (2019), as práticas e políticas citadas tiveram impactos diretos e negativos sobre as classes trabalhadoras. Estas teriam perdido suas garantias e proteções sociais ao mesmo tempo em que se intensificavam novas sistemáticas extrativistas na periferia do globo e em que a produção passou a expandir-se em direção ao Sul global – justamente onde o valor trabalho tornava-se relativamente mais barato em função das novas políticas de ajuste estrutural (DECKARD; SHAPIRO, 2019).

No contexto apresentado por Duménil e Lévy (2018), o neoliberalismo expandiu-se primeiro nos EUA e Inglaterra, no final dos 1970, na Europa ocidental, nos primeiros anos da década seguinte e, a partir daí, através do fenômeno da globalização, para o resto do mundo – tendo o choque dos juros implementado pelo Banco Central estadunidense em 1979 marcado o início da hegemonia macroeconômica neoliberal. Seu desenvolvimento geográfico e a produção de consenso se deu de forma desigual nos vários contextos em que se inseriu e foi por vezes aplicado de forma parcial e assimétrica, exigindo que se adaptasse ao balanço de forças entre as classes locais e ao grau de dependência da classe capitalista em relação ao Estado (DUMÉNIL; LEVY, 2018).

De forma concreta, este receituário visava corrigir a crise de acumulação do sistema capitalista que abateu-se sobre os 1970 e que se manifestava, de acordo com seu diagnóstico, sob a forma de desemprego, inflação e crises fiscais. Enquanto teoria, o neoliberalismo que adotou a escola econômica neoclássica e monetarista teria estado incubada desde o encontro de Mont Pelerin; enquanto prática, a virada neoliberal também esteve interessada em liberar o poder corporativo, restabelecer as liberdades de mercado, recuperar as margens de lucro capitalistas e devolver o poder às elites econômicas (HARVEY, 2008).

Em obra de 2011, Duménil e Lévy já apontavam que o neoliberalismo, enquanto novo estágio do regime de acumulação capitalista, expressa a estratégia da classe capitalista em aliança com as classes gerenciais – especialmente na indústria financeira – pelo objetivo de defender e perpetuar internacionalmente sua hegemonia (DUMÉNIL; LEVY, 2011). Entre os ciclos de contração e expansão da acumulação, os capitalistas respondem à queda das taxas de lucro realocando o capital da produção para as finanças (DECKARD; SHAPIRO, 2019).

A hegemonia do binômio capitalistas-alta administração viria acompanhada da atuação governamental enquanto instrumento político de dominação. Para tanto,

a colaboração das elites das economias dominadas é essencial tanto quanto a ação de instituições internacionais como a OTAN, o FMI, a OMC e o Banco Mundial. Este processo representa uma renovação do arcabouço institucional das relações capitalistas modernas, em que os EUA despontam como líderes em um contexto mais amplo de exercício de domínio das massas trabalhadoras globais (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

A implementação do programa neoliberal fica então marcada por um aspecto imperialista, em que o objetivo da dominação torna-se a extração de excedentes pela imposição de instrumentos que permitem fixar, por exemplo, baixos preços de recursos naturais e a abertura a investimentos internacionais – quer sejam especulativos ou produtivos, o que não isenta a natureza dominadora das relações criadas (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Por meio desta atuação conjunta, por exemplo, os Estados industrializados que adotaram políticas neoliberais advogam institucionalmente pela abertura financeira e comercial das economias do globo – em nome da livre competição e da criação de ambientes favoráveis de negócios, muitas vezes impondo ajustes estruturais e condições específicas relacionadas ao ambiente regulatório, às instituições nacionais e à organização do trabalho (HARVEY, 2008).

Nesta narrativa, o neoliberalismo impôs seu projeto pela derrubada das barreiras ao fluxo de capitais na figura dos Estados, ao mesmo tempo cerceando as demandas distributivas do mundo periférico (SLOBODIAN, 2018). Em outras palavras, o neoliberalismo explicaria que os países subdesenvolvidos são pobres em função de não terem adotado seu receituário de redução da intervenção estatal, da corrupção, ineficiência e incentivos econômicos equivocados - em vez do atraso tecnológico, infraestrutural ou por questões econômicas (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

De fato, se entendido no tempo como um processo histórico e no espaço como um “sistema-mundo”, os elementos típicos do neoliberalismo como a financeirização, a liberalização e a acumulação por espoliação são originados endogenamente (DECKARD; SHAPIRO, 2019). Neste contexto, os países periféricos que implementaram políticas neoliberais perderam condições estruturais de crescimento – e quanto cresceram, o benefício ficou concentrado desproporcionalmente nas classes superiores (STIGLITZ, 2008).

Harvey (2008) concorda que o neoliberalismo serviu bem às elites econômicas, permitindo a restauração do poder das camadas dirigentes (como nos EUA e Inglaterra) e a criação de condições favoráveis para a formação de classes capitalistas (como na China, Índia e Rússia) – criando ilhas de riqueza e de influência política e novos regimes de acumulação de capital. No entanto, não tratou-se da criação de renda e riqueza, mas sim de sua redistribuição, na forma de “espoliação”, das classes baixas para as altas (HARVEY, 2008).

Contribuíram os ataques frontais e explícitos à organização sindical, a austeridade econômica geradora de desemprego como meio de enfraquecer o poder de barganha, a supressão dos direitos aos bens comuns, a financialização (enquanto processo especulativo e predatório), sistemas regressivos de tributação, a desregulação do mercado de trabalho e a responsabilização individual substituindo as proteções sociais antes fornecidas pelo Estado (HARVEY, 2008).

Este conflito de classe parece ter surgido antes mesmo da Segunda Guerra, na opinião de Duménil e Lévy (2011). Para contextualizar esta última série de argumentos, é útil a definição histórica proposta pela dupla em que se distinguem três fases na história do capitalismo moderno. Estas seriam facilmente identificáveis por serem permeadas por quatro crises estruturais: a crise dos anos 1890, a Grande Depressão dos 1930, a crise do final da década de 1970 e a ruptura de 2008. Estes momentos de inflexão seriam entendidos como um somatório de eventos nascidos das contradições internas da ordem social e das lutas de classe de cada época e contexto (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

À primeira das fases corresponderia a primeira hegemonia financeira, localizada nas primeiras décadas do século XX – na qual combinaram-se a economia de livre mercado e o progresso no universo organizacional. Este contexto teria produzido uma classe burguesa mais ou menos separada da classe empresarial e novas instituições financeiras bastante próximas das empresas não-financeiras (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Uma segunda fase inicia-se no New Deal e estende-se até o final dos 1970, assistindo a um salto na autonomia das classes administradoras em relação às classes capitalistas, favoráveis ao investimento e ao progresso técnico – além de uma maior intervenção do Estado na economia, principalmente através da regulação financeira e das políticas macroeconômicas. A “revolução Keynesiana” se transmutou ainda em baixas taxas de juros e políticas fiscal e monetária



contracíclicas, favoráveis ao emprego e ao estabelecimento do que se convencionou chamar de Estado de bem-estar social, em que as classes populares estiveram aliadas às classes corporativas (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

A terceira fase do capitalismo moderno, por fim, é inaugurada pela crise dos 1970 – que revelou as crescentes tensões provocadas pela queda das taxas de lucratividade e criou as condições para a imposição do neoliberalismo, marcando uma nova etapa de hegemonia financeira e de classe. O domínio das elites seria restaurado através das políticas de desregulação, do surgimento de novos produtos e serviços financeiros, do desenho de instrumentos de imposição de estabilidade de preços como forma de proteger credores e a abertura das fronteiras para o capital e o comércio (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Como efeitos é possível apontar a consistência retórica com o objetivo de maximização das rendas e lucros de parte das classes superiores, a redução do poder de compra das massas trabalhadoras, a expansão do corporativismo transnacional e o descolamento das rendas financeiras da economia real – também considerando as remunerações das elites financeiras (STIGLITZ, 2008).

Para Harvey (2008), no entanto, estas práticas não conseguiram estimular o crescimento econômico do mundo capitalista – ainda que a implementação do receituário austero neoliberal tenha controlado a inflação nos países que o adotaram. Por outro lado, as políticas neoliberais reduziram o ritmo de crescimento do PIB mundial<sup>6</sup>, ampliaram a desigualdade social e a concentração de renda e enfraqueceram o poder de barganha da classe trabalhadora<sup>7</sup> (HARVEY, 2008).

A transformação social operada pelo neoliberalismo teria sido impossível, para Duménil e Lévy (2011), sem que se forjasse uma aliança entre as classes capitalistas e corporativas - sobretudo seus extratos superiores. Cabe o destaque que a adesão das classes administrativas ao projeto neoliberal variou de país a país, sendo influenciada pelas configurações sociais específicas de seu contexto, pelas

---

<sup>6</sup> O crescimento global médio anual da renda per capita passou de 3,5% nos anos 1960 para 2,4% nos 1970 e 1,4% na década de 1980. Na década seguinte há novo recuo, para 1,1%, e menos de 1% nos anos 2000 (HARVEY, 2008).

<sup>7</sup> Em paralelo, uma nova classe pertencente aos estratos financeiro e corporativo, ligadas ao mercado de capitais e à alta administração empresarial, viu sua remuneração expandir-se enormemente. Entre 1980 e 2010, nos EUA, a remuneração média destas classes passou de uma proporção de 70% para 350% em comparação com o setor privado como um todo. Parte deste crescimento pode ser associado a elementos como os cortes de impostos das classes mais altas, os incentivos ao empreendedorismo, a desregulação dos mercados financeiros e a neutralização das organizações trabalhistas (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

forças da luta de classes e pelo grau de adesão ao compromisso keynesiano no contexto pós-Segunda Guerra (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Na crítica que Saad-Filho e Johnston (2005) oferecem, o neoliberalismo é posicionado como parte de um projeto hegemônico que concentra poder e riqueza nos extratos superiores. Para isto, faz uso sistemático do poder estatal para impor programas que seguem a lógica competitiva, orgânica e autônoma dos mercados em um processo replicado internacionalmente pelo fenômeno da globalização. Em outras palavras, neoliberalismo seria um sistema aprimorado de exploração da maioria pelo poder de uma minoria global (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

Já Slobodian (2018) interpreta o neoliberalismo como uma revolução estrutural projetada para conter as expectativas das classes trabalhadoras, tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos. O teórico aponta como corolários a contenção do poder de compra e a depreciação das condições de trabalho da massa trabalhadora, gerando, nos países do norte, padrões de vida mais baixos; no Sul global, a exploração de mão de obra relativamente mais barata na periferia, o desenvolvimento econômico desigual, a anulação das demandas redistributivas e mesmo a geração de paraísos fiscais engendrados pela livre circulação de capitais e sua busca incessante pelas melhores praças remuneratórias (SLOBODIAN, 2018).

Para este autor, a abordagem marxista entende que o neoliberalismo confronta diretamente os estados de bem-estar keynesianos, na qual a soberania econômica dos Estados seria superada pelas práticas e programas estabelecidos pelas instituições supranacionais como o FMI, OMC e Banco Mundial. A aplicação deste receituário é apoiada pelo direito mercantil, que protege os interesses dos investidores financeiros de regimes progressivos de tributação ou pressões redistributivas (SLOBODIAN, 2018).

O mecanismo colocado em marcha pela hegemonia neoliberal evidencia sua inspiração no neoclassicismo econômico para explicar as políticas e práticas associados ao Consenso de Washington – entendido como a convergência programática institucional das principais organizações econômicas supranacionais. É no nível microeconômico que a teoria assume que os mercados são eficientes e que os Estados geram ineficiências e distorções, devendo, portanto, abster-se das soluções para os problemas do desenvolvimento econômico como o crescimento industrial, a competitividade internacional e a criação sustentada de empregos (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

Slobodian (2018) apresenta um contraponto, argumentando que os neoliberais não concebiam realmente os mercados auto-regulados como entidades autônomas - tanto quanto não viam os agentes econômicos sendo motivados principalmente pela racionalidade. A busca não seria prioritariamente pela eliminação do Estado, na verdade há o reconhecimento pelos neoliberais de que os mercados livres não são suficientes por si próprios para promover o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Slobodian prioriza o entendimento de que o principal instrumento da hegemonia neoliberal foi e tem sido a concepção de instituições - mas para envolver os mercados, e não liberá-los; para blindar o capitalismo da ameaça democrática; para reordenar o globo de forma que os Estados possam competir entre si (SLOBODIAN, 2018).

No nível macroeconômico, a abordagem neoclássica presume que a economia global é marcada pela livre mobilidade do capital produtivo e financeiro e que a atração desta massa deve ser prioritária, na medida em que garante o crescimento econômico. Para tanto, é necessário observar políticas internas alinhadas aos interesses de curto prazo dos mercados financeiros – o que leva à competição entre praças e hemisférios (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

Um dos jeitos de garantir estas condições se dá pelo principal instrumento da política econômica neoclássica: a taxa de juros. Assume-se que haja uma taxa de juros “correta”, que permita o equilíbrio da balança de pagamentos, baixos níveis de inflação, a realização de investimentos e consumo em níveis sustentáveis e, portanto, altas taxas de crescimento econômico no longo prazo (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).

A combinação do conjunto de programas, políticas e práticas descritas nesta seção constituem a disciplina fiscal e monetária apregoada pelo receituário neoliberal. Segundo a interpretação marxista, o receituário, de forma programática ou orgânica, a depender do argumento, promoveu a expropriação do capital das massas trabalhadoras em favor das classes capitalistas e corporativistas. É possível identificar epicentros deste fenômeno e a expansão de sua capacidade de determinação de prioridades econômicas por meio da globalização e da institucionalização de seu conteúdo programático – que, por sua vez, transforma a atuação dos Estados vis-à-vis a liberalização dos mercados e os habilita a determinar os padrões internacionais de especialização e alocação de investimentos

e consumo e mesmo a divisão do trabalho com base na estratificação por classes e suas lutas.

### 2.1.2 A ótica da “economização”

Uma visão alternativa à interpretação marxista é a proposta por pensadores como Brown (2019) e Dardot e Laval (2009), que enfatizam o caráter sociológico e político do neoliberalismo. Para esta vertente, o neoliberalismo é um sistema normativo que estende a lógica da concorrência e do capital a todas as instâncias sociais – inculcando uma racionalidade material no âmago do subjetivo. É, portanto, mais que uma ideologia ou orientação de política econômica; é um fenômeno multifacetado com grande capacidade de autofortalecimento, apoiado no Estado e que se vale das crises para justificar-se e ilimitar-se.

Neste sentido, a interpretação marxista não dá cabo de entender integralmente a crise do final dos 1960 e início dos 1970. Através deste enfoque, a crise teria acontecido no plano econômico e seria característica de uma ruptura do regime de acumulação capitalista – o que implicaria relativizar a profundidade das transformações nas esferas sociais, culturais e subjetivas derivadas da expansão da lógica neoliberal sobre a sociedade como um todo. Assim, o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação e sim uma resposta a uma crise de governamentalidade, marcando a difusão de uma nova maneira de conduzir os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2009).

Esta hipótese encontra convergência com o conceito foucaultiano de “racionalidade política” ou de uma “razão governamental”, entendida como uma lógica através da qual a administração de Estado emprega procedimentos destinados a orientar a conduta dos homens (FOUCAULT, 2009). A tese defendida por Dardot e Laval (2009) transcende precisamente a ótica do neoliberalismo enquanto política econômica, entendendo-o como fenômeno político normativo que tende a dirigir e estruturar não apenas as políticas públicas, mas também – e ao mesmo tempo – seus governados.

Na concepção de neoliberalismo oferecida por Foucault, seu significado histórico, objetivo e propósitos possuem implicâncias que transcendem a economia política e o empoderamento do capital. O fenômeno melhor se enquadraria na definição de uma nova racionalidade política, na qual os princípios de funcionamento

de mercado se tornam os princípios de conduta aplicados pelo e para o Estado – sendo incorporado ainda pelas instituições e por entidades sociais das mais diversas matrizes, como escolas, universidades, empresas, etc. (FOUCAULT, 2009).

Em artigo de 2020, Laval converge com a visão de neoliberalismo como racionalidade política e aponta que a governamentalidade leva os indivíduos a agirem, nos contextos apontados acima, segundo as “normas inscritas no meio, conforme uma lógica inerente às situações”. (LAVAL, 2020). A originalidade deste fenômeno de condução residiria em aplicar o princípio da concorrência em todas as situações experienciadas pelo indivíduo econômico, forçando-o a estar em constante estado de competição. Em outras palavras, a governamentalidade neoliberal produz situações e ao mesmo tempo orienta as reações dos sujeitos e Estados.

O comportamento de mercado e a moral apregoados, no contexto da racionalidade neoliberal, surgem de forma espontânea e se adaptam organicamente – tecendo as relações sociais independente das intenções individuais e estabelecendo as regras de uma conduta específica (BROWN, 2019). Esta governamentalidade generalizada alcança as subjetividades e produz um indivíduo “calculador e responsável, trabalhador, econômico e previdente, conforme um discurso que acompanha o desmantelamento dos sistemas de aposentadoria, de educação e de saúde públicas” – algo estreitamente relacionado à forma histórica do capitalismo globalizado e financeiro (LAVAL, 2020).

A combinação destes elementos com o ideário da competição de mercado projeta o indivíduo como capital humano, impelido a buscar sempre mais em suas relações sociais, íntimas e econômicas. Forma-se um “imaginário da performance” que, como apontado anteriormente, torna-se uma resposta padronizada que se manifesta em todas as situações nas quais o sujeito se encontra (DARDOT; LAVAL, 2013).

Ao tomar todas as esferas da existência e reorientar as prioridades e valores do *homo economicus*, os princípios desta conduta neoliberal transformam o sujeito liberal clássico – aquele que entende as relações comerciais e a satisfação de suas necessidades – no sujeito da competição e do capital humano aprimorado (FOUCAULT, 2009). Este fenômeno é identificado por Brown como “empreendedorização” ou “capitalização humana” dos sujeitos, apoiado na implementação de reformas políticas e programas que transferiram a

responsabilidade para os indivíduos e famílias dos cuidados, proteções e responsabilidades providas pelo Estado social (BROWN, 2019).

O amparo mútuo destes poderes gestou a “grande virada”, responsável pelo processo histórico de transformação neoliberal do capitalismo e que foi precedido pela cruzada ideológica empenhada por “ensaístas e políticos contra o Estado de bem-estar”. Este processo permitiu a legitimação da racionalidade emergente, que, por sua vez, alimentou a mudança de comportamento necessária à alçada da ideologia neoliberal como sistema hegemônico – construído a partir dos mecanismos econômicos e subjetivos de impulsos individualistas e competidores destacados há pouco. Finalmente, a partir da ampliação progressiva e da consolidação deste construto histórico normativo instaurou-se uma racionalidade mais geral “que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 193).

Para Foucault, os indivíduos seriam assim transfigurados em “multidões de empresas” ou “portfolios de autoinvestimentos”, na medida em que a racionalidade neoliberal delega para o universo privado até mesmo a educação, a saúde e a assistência previdenciária – substituindo múltiplos aspectos do Estado social. Assim, a inoculação na subjetividade do formato de operação das empresas e mercados convertem o trabalho humano em capital e reposicionam o ativismo Estatal – a “condução da conduta” – em favor de um reordenamento radical de valores e princípios (FOUCAULT, 2009).

Para Davies (2014), este ativismo do Estado neoliberal é marcadamente agressivo e utilitarista, pois busca submeter as avaliações quantitativas e empíricas toda ação política, pública e individual. Neste sentido, contrário à visão de que o neoliberalismo representa uma forma de fundamentalismo de mercado, sua principal instituição não seria o mercado em si – mas formas de economização baseadas ou derivadas do modelo de funcionamento dos mercados, compatível com elementos como a mensuração de desempenho, avaliação de resultados e a livre concorrência (DAVIES, 2014).

Seria precisamente este conjunto de valores – e valorações – o que guia a conduta dos indivíduos neoliberais, como uma “forma de poder que se pretende técnico, neutro, pragmático”, que cumpre um papel de discernir com mais precisão os “vencedores” e os “perdedores”, de tornar os sujeitos mais produtivos, supervisionados e donos de sua própria mais-valia. Daí a importância para a

hegemonia neoliberal da racionalidade que promove a competição e implementa instrumentos de registros, avaliações de competências individuais, acompanhamento de benchmarks, ranqueamentos e outros construtos inspirados no modelo do mercado econômico (LAVAL, 2020).

Como corolário da implementação destas virtudes, Davies aponta que os valores, gostos, crenças e ideais políticos são reduzidos ao status de meras “preferências”, elas mesmas determinadas pela economização (DAVIES, 2014). De certa forma, o neoliberalismo promove o esvaziamento do político e do social e sua substituição pelo econômico; a reposição do julgamento de valor pelas formas de avaliação. Neste contexto, resta ao sujeito neoliberal submeter-se às normas da situação que se coloca diante dele, engolindo os valores do mercado como lhe é fixado pela governamentalidade neoliberal a fim de orientar suas práticas (LAVAL, 2020). Não haveria espaço para ambiguidade, dúvida ou escolha – apenas a inescapável realidade

Neste sentido, é central na abordagem da economização neoliberal o aspecto da delegação da responsabilidade para o indivíduo pela aquisição das proteções e serviços que aquele mesmo Estado neoliberal privatizou, em nome de garantir o bom funcionamento dos mercados, controlar quadros inflacionários (como aquele de fins dos 1970) via controle austero e a estabilização da base monetária, recuperar as taxas de lucro capitalistas, limitar o poder de pressão das organizações de assalariados, reduzir e eliminar esquemas progressivos de impostos e conter os gastos públicos. Tem-se por consequência, entre outros, a restrição da proteção social, a desregulação dos mercados – em especial o financeiro e do trabalho, e o desmantelamento da sociedade de massa (DARDOT; LAVAL, 2009).

Para Brown (2019), este processo de dissolução do social e eliminação do estado de bem-estar teria sido um dos objetivos do neoliberalismo ao impor seu ideário de privatizações, a redução dos serviços sociais e o abafamento das demandas redistributivas – tidas como interferências inapropriadas ao funcionamento do mercado e à liberdade individual (BROWN, 2019).

Também para Davies (2014) o desmantelamento do estado social responde à racionalização que implementou os controles e avaliações técnico-econômicas e que justamente relegava ao indivíduo responsabilidades antes supridas pelo Estado. Os instrumentos utilizados para o desaparelhamento da sociedade de massas, por sua

vez, tiveram de ser pensados a partir do zero – o que confere ao neoliberalismo uma dimensão construtivista e, por vezes, experimental (DAVIES, 2014).

Neste sentido, o novo ativismo de Estado, remodelado para garantir que seus governados obedeçam aos princípios de mercado concorrencial, escolham a liberdade e submetam-se ao seu escrutínio, torna-se essencial para estender a hegemonia do regime neoliberal. Não se trata, portanto, de encolher o tamanho do Estado – mas de reimaginá-lo e transformá-lo em um instrumento de poder para o neoliberalismo, sendo, paradoxalmente, um dos objetos de sua constante crítica (DAVIES, 2014).

Este argumento encontra consonância com o pensamento de Dardot e Laval (2009), no qual o neoliberalismo está longe de pressupor a simples retirada articulada do Estado no sentido de uma abstenção à intervenção; antes que isso, o fenômeno neoliberal implica uma reconfiguração do ativismo político Estatal tendo em vista certos objetivos e modalidades de intervenção (DARDOT; LAVAL, 2009).

Neste contexto, encontra sentido a afirmação de Peck (2008) de que o neoliberalismo não pode existir com nem sem o Estado, embora tenha tido sucesso em construir e sustentar um modelo de autoridade política que legitimou sua hegemonia e soberania; em outras palavras, o neoliberalismo conseguiu perpetuar-se apesar de suas próprias contradições (PECK, 2008).

Ao mesmo tempo, a hegemonia neoliberal concebeu os mercados competitivos como demandantes de apoio político, como parte de sua governamentalidade. Nesta racionalidade, os governos são para os mercados e orientados por princípios de mercado. Há a possibilidade latente de, simultaneamente, construir e resgatar os mercados através de instituições políticas, quando necessário – o que revela que, por mais valorizados que sejam pela ótica neoliberal, os mercados não são autossustentáveis: é necessário o suporte político-institucional (FOUCAULT, 2009).

É por isso que, para Dardot e Laval (2013), a governança no contexto neoliberal valoriza a liberdade: ela reconhece que não pode governar contra a liberdade ou apesar dela, mas sim através dela – explorando ativamente seu conceito de forma que os indivíduos neoliberais se conformem com as normas de seu sistema de pensamento e as aceite sem resistências (DARDOT; LAVAL, 2013).

Por trás desta nova política, se encontra também o papel normativo e protagonista do Estado enquanto disciplinador dos aspectos jurídicos, monetários e



comportamentais. São estes, por sua vez, que chegam ao nível do indivíduo e lhe impõe o comportamento de empresa e o modelo de mercado relacionados à lógica de individualização, competição econômica generalizada e a disciplina como técnica de governo próprio. Enquanto razão do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo ganha escala global através da interação do Estado com forças nacionais e internacionais como as “oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais” (DARDOT; LAVAL, 2009).

A globalização neoliberal, por outro lado, aparece como uma das responsáveis pelos níveis de insatisfação das classes médias e trabalhadoras nos países do norte – cujos recursos minguaram à medida que o capital produtivo passou a priorizar a mão de obra relativamente mais barata no hemisfério sul. Os efeitos deletérios sobre as massas também se originaram do caráter especulativo do capital financeiro, mas foram também além da busca por expandir o poder do capital: sua eterna busca por lucros de mais curto prazo, bem como a busca por reafirmar a hegemonia das elites econômicas e sociais produziram sentimentos de exclusão, divisão e ressentimento nas massas desassistidas (BROWN, 2019)<sup>8</sup>.

Dardot e Laval (2009) dirigem-se à reflexão acerca das razões pelas quais o neoliberalismo segue hegemônico enquanto racionalidade econômica, apesar dos flagrantes retrocessos sociais e econômicos que suas políticas produziram. Para os autores, não apenas sua faceta “destruidora” deve ser considerada ao propor hipóteses e relações causais; o neoliberalismo também constrói, produz relações sociais e subjetividades e conduz as sociedades, Estados e instituições através de formas bastante específicas de ativismo Estatal (DARDOT; LAVAL, 2009).

O neoliberalismo, neste sentido, não é uma antítese da regulação: ele é um processo contraditório de auto-regulação – que assume formas maleáveis, mutáveis e contraditórias de governança. Sua história tem sido de uma construção contínua e não parece ter obedecido uma sequência lógica ou temporal, apresentando-se em manifestações claras e indistintas, e sim aparenta ser o *zeitgeist* de diferentes contextos, alimentando e sendo alimentado por seu entorno, suas ideias, ideologias e conformações políticas e sociais (PECK, 2010).

---

<sup>8</sup> Em seu livro “Nas ruínas do Neoliberalismo”, Wendy Brown detalha seu entendimento acerca de como a racionalidade neoliberal posicionou suas peças para a mobilização e legitimação de forças antidemocráticas já no século XXI, ancorada no poder das hegemonias e na desesperança das massas despossuídas.

Para Dardot e Laval (2009) foram antes os Estados que introduziram nas diversas instâncias – da economia e da sociedade à subjetividade – a lógica dos mercados competitivos e o modelo de funcionamento da empresa. Mais além, é do poder político que o próprio neoliberalismo busca legitimidade e faz uso de seus instrumentos – legais, institucionais e intangíveis – para alcançar os indivíduos e orientar os mercados a operarem de forma convergente com sua racionalidade. Por outro lado, “o mercado moderno não atua sozinho: ele foi sempre amparado pelo Estado”. (DARDOT; LAVAL, 2009). E o Estado neoliberal, por sua vez, adquire autoridade a partir do estímulo e gestão da competitividade (DAVIES, 2014).

Em suma, o enfoque da “economização”, que entende o neoliberalismo como fenômeno de condução das condutas, prioriza a explicação de atributos como sua adaptabilidade, autofortalecimento e a aparente familiaridade à crise com que seu programa parece navegar a “arte de governar”. A racionalidade com que opera e deixa-se operar através de um ativismo Estatal específico, que o legitima e o justifica, emprestam ao capitalismo histórico diferentes momentos de um regime voltado ao financeiro e à condução dos sujeitos econômicos.

Estes atributos, por sua vez, se fazem presentes e evidentes nas respostas das economias centrais às crises de 2008 e 2020. Assim, oferecem uma base concreta ao exercício crítico que opõe aqueles que acreditam que o neoliberalismo encontrou seu fim e aqueles que acreditam que ele está mais ativo do que nunca, operando correções pontuais que permitirão que seu projeto ilimite-se. Antes, porém, apresenta-se relevante para o objetivo deste trabalho que se remeta à visão crítica de um enfoque sobre o outro – objeto da sessão a seguir.

## **2.2 As visões críticas do fenômeno da neoliberalização**

O enfoque materialista e o enfoque ideacional apresentam diferentes dimensões da mudança histórica e das transformações do próprio neoliberalismo principalmente a partir dos anos 1970. Pode-se argumentar que de algumas formas estas duas abordagens se complementam, na medida em que priorizam determinados elementos explicativos em detrimento de outros aspectos menos sistematizados.

Enquanto a abordagem marxista dá cabo das instituições, políticas e relações econômicas, visualizando o neoliberalismo como um novo capítulo do capitalismo

moderno composto por forças contraditórias e crises, parece deixar uma lacuna explicativa em relação aos “efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos” (BROWN, 2019, p. 32).

De outro lado, o enfoque foucaultiano tende a concentrar-se nas formas pelas quais a razão neoliberal transforma governos e subjetividades e é organizado em torno de uma racionalidade política. O neoliberalismo, segundo esta concepção, é capaz de reordenar valores sociais e políticos e a própria relação entre Estado, sociedade e indivíduos – mas concede relativamente pouco espaço para o estudo das forças do capital e das finanças globais edificadas pelo neoliberalismo (BROWN, 2019).

Para Dardot e Laval (2009), “a interpretação marxista, por mais atual que seja, revela-se de uma insuficiência gritante nesse caso. O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 21). Ao invés de impor uma “mercantilização sorrateira”, o neoliberalismo, enquanto forma de conduta, tem como característica marcante a extensão da competitividade e da racionalidade de mercado às instâncias sociais e também às individuais.

Neste sentido, a lógica da concorrência e o modelo empresarial teriam se tornado um princípio geral de governo, que adentra todos os domínios da existência e avança muito além da esfera econômica apenas. Para Dardot e Laval (2013), a abordagem marxista não consegue capturar este lado do neoliberalismo e teria interpretado de maneira incompleta a expansão da governamentalidade neoliberal ao reduzir a crise dos anos 1970 a um choque econômico: “ela é estreita demais para captar a extensão das transformações sociais, culturais e subjetivas introduzidas pela difusão das normas neoliberais em toda a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 15).

Assim, para o enfoque da “economização”, o neoliberalismo não seria meramente uma resposta a uma crise de acumulação – e sim um reflexo de uma crise de governamentalidade. Como corolário, seria mais apropriado considerar uma “sociedade neoliberal”, não apenas a existência de “políticas neoliberais” ou de uma “economia neoliberal”, à medida que o neoliberalismo proporcionaria um arcabouço teórico e prático coerente com o ativismo específico do governo, no sentido da

condução das condutas, na reorientação dos indivíduos e da reordenação das respostas dadas aos conflitos sociais e de classe (DARDOT; LAVAL, 2009).

Ao privilegiar o entendimento de neoliberalismo como um instrumento oportunista de ataque das elites capitalistas ao Estado social e aos extratos governados, a abordagem marxista supõe o protagonismo de uma burguesia histórica que precisou agir apenas sutilmente para desacreditar o programa keynesiano e as políticas de bem-estar para reordenar o regime de acumulação de capital, convertendo e corrompendo a classe política (BROWN, 2019).

No entanto, este aspecto específico parece divergir da noção apropriada por Harvey (2008) de que o fenômeno da neoliberalização acabou por produzir mudanças profundas nas conformações de classe dos países que cederam ao programa neoliberal. Como apontado mais cedo neste texto, o neoliberalismo proporcionou o surgimento de novas burguesias em países como a Rússia, China e Índia conforme suas fronteiras se abriam ao ativismo de Estado do tipo neoliberal.

Por outro lado, Dardot e Laval (2013) defendem que não houve de forma consciente a aplicação de um programa pré-concebido que permitisse à classe política favorecer suas contrapartes capitalistas. A governamentalidade foi tomando forma, evoluindo e adaptando-se de forma incerta e tateante – longe de ter tido características estruturadas ou programadas por seus arquitetos originais. Ainda assim, a “estratégia neoliberal” foi concretizada por meio de um conjunto de discursos e práticas que apoiavam e legitimavam suas regras de funcionamento econômico e social – reduzindo os gastos públicos, controlando inflação com contração monetária e afetando o nível de emprego via nível da demanda (DARDOT; LAVAL, 2013).

Assim, em outras palavras, “trata-se de compreender, mais especificamente, como a governamentalidade neoliberal escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas” – e não apenas, como privilegia o enfoque marxista, entender como o intervencionismo do Estado apresenta-se como instrumento das elites e impõe à psique operária as relações capitalistas na forma de espoliação (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 21).

Em contrapartida, Duménil e Lévy (2018) tecem sua crítica ao enfoque foucaultiano adotado pelos autores transcritos acima, baseados na racionalidade da subjetividade à imagem dos mercados e do *modus operandi* empresarial. Para estes

representantes da abordagem marxista, no neoliberalismo, na verdade, a vida privada dos sujeitos econômicos foi submetida aos objetivos de classe do neoliberalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

Em outras palavras, a vertente materialista reconhece os elementos filosóficos e sociológicos que envolvem o ativismo do Estado neoliberal – mas a construção da história e das sociedades econômicas capitalistas não existe fora das relações de produção, da estratificação social baseada na divisão do trabalho ou das lutas de classe. Os indivíduos adaptam-se ao programa neoliberal e suas prioridades econômicas e desenvolvem sua própria racionalidade – que se coloca em oposição à noção da racionalidade neoliberal baseada no funcionamento das empresas (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

No enfoque da “mercadorização” esta soberania estatal seria suplantada pelas soluções apresentadas na forma de ajuste estrutural por instituições econômicas supranacionais, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI, que seriam responsáveis por resguardar e promover os interesses do capital – ao qual estão submetidos os indivíduos e as famílias, democraticamente desmobilizados pelo “intervencionismo legal” do ativismo neoliberal que luta contra os sindicatos e organizações sociais para promover a livre concorrência, a livre mobilidade do capital e a divisão internacional do trabalho em detrimento dos interesses das massas trabalhadoras (SLOBODIAN, 2018).

Outra face do ataque das classes dirigentes, presente na abordagem materialista e por ela lançada crítica contra o enfoque foucaultiano, é a relação entre as classes capitalistas, gerenciais e populares. Desta interação se produziram os programas como o ataque legal às instâncias sindicais, a desregulação do mercado de trabalho e a redução das proteções sociais responsáveis por restringir o poder de barganha dos trabalhadores. Este processo, na esteira do crescimento da financialização, favoreceu a liderança dos estratos corporativos – que descolaram-se, em termos de concentração de renda e riqueza e de poder político, das classes populares e mesmo das classes do capitalismo produtivo (HARVEY, 2008).

Neste sentido, o neoliberalismo pode aparecer como um projeto de construção institucional por meio das quais opera o favorecimento e sustentação de classe – em oposição a uma “racionalidade nebulosa” (SLOBODIAN, 2018). Esta primazia teria produzido resultados negativos sobre as economias que abriram-se para a neoliberalização, ainda que tenha permitido que alguns países ou regiões se

destacassem pelos avanços econômicos relativos logrados através da implementação de políticas neoliberais, como o Japão e Alemanha Ocidental nos anos 1980 e os EUA e Inglaterra nos 1990<sup>9</sup> (HARVEY, 2008).

A visão da “economização” entende que se houve resultados não negativos, estes foram alcançados de forma pontual, não sustentada e graças a configurações específicas e efêmeras. Ainda assim, autores de ambas as matizes e mesmo as instituições que no passado atuaram pelo processo de neoliberalização<sup>10</sup> colocam o questionamento de como o neoliberalismo pode legitimar-se e mesmo aprofundar-se sem que a história econômica e o empirismo sejam capazes de justificá-lo. Ao mesmo tempo, quando o neoliberalismo pareceu incapaz de juntar seus pedaços, surgiram as discussões que buscavam entender se finalmente sua hegemonia estaria sem fôlego para continuar.

Para Dardot e Laval (2013), parte da resposta se encontra no fato de que o neoliberalismo não produziu apenas retrocessos sociais, crises políticas e mesmo rupturas democráticas; ele também construiu relações sociais, modos de pensar e agir e subjetividades capazes de ordenar a existência – e, em última instância, perpetuar-se a despeito de potenciais ameaças à sua hegemonia, quer sejam internas ou externas ao seu funcionamento (DARDOT; LAVAL, 2013).

Deste ponto de vista, o caráter contemporâneo do neoliberalismo parece imprimir simultaneamente a lógica da concorrência na subjetividade e servir de instrumento de poder para as elites capitalistas. Tanto a visão da “economização” quanto a abordagem marxista possuem poder explicativo acerca do fenômeno de transformação do pensamento econômico hegemônico, tendo sido recentemente impactado por duas grandes crises em pouco mais de uma década.

Estando imersos nesta realidade ao passo que ela se modifica pelas forças econômicas modernas, cabe-nos reunir elementos para melhor compreender como a normatividade neoliberal galgou os últimos 50 anos e quais as circunstâncias produzirá – dando continuidade ou perdendo seu status hegemônico – através do debate que se coloca sobre seu fim. Neste sentido, uma revisão e contextualização

---

<sup>9</sup> Estes exemplos são analisados em maior profundidade por David Harvey em seu “Neoliberalismo, história e implicações” (2008) e são tomados como casos de avanços econômicos em meio a políticas e programas liberalizantes – ainda que não tenham produzido resultados distributivos ou de mais longo prazo.

<sup>10</sup> Como veremos mais adiante, o próprio FMI reconheceu a superestimação do neoliberalismo enquanto regime de acumulação capitalista capaz de promover o desenvolvimento econômico sustentado e equitativo. O texto de título “*Neoliberalism: Oversold?*” foi publicado em 2016 na página da própria instituição.

passará impreterivelmente pelos aspectos políticos, na forma da conquista e exercício do poder pelas forças neoliberais; econômicos, vis-à-vis a expansão do capitalismo financeiro; e sociais, no comportamento individual como empresa, na subjetividade do individualismo e da competitividade e na decomposição da solidariedade.

### **3 A GESTAÇÃO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 E O RETORNO DO DEBATE SOBRE A CRISE DO NEOLIBERALISMO**

Dois eventos, em especial, em um espaço de pouco mais de uma década, lastrearam o debate recente acerca do fim do neoliberalismo. A crise financeira de 2008 abateu-se sobre o mercado financeiro estadunidense, que esteve submetido a processos de desregulação e liberalização nas décadas anteriores ao grande choque. A conexão com os mercados financeiros globais desestabilizou a economia real e tomou proporções que se traduziram em uma ruptura apenas comparável, até então, à Grande Depressão (DUMÉNIL; LÉVY, 2011). Economistas e teóricos identificados com o enfoque da “mercadorização”, como Stiglitz, Duménil e Lévy, apresentaram novos argumentos de que o neoliberalismo havia encontrado seu fim vis-à-vis a produção de contradições sistêmicas internas insuperáveis.

O argumento da crise do neoliberalismo e a transição para um novo regime de acumulação parece ter perdido força poucos meses depois do socorro estatal ao sistema bancário e outras medidas de enfrentamento. A adoção de políticas neoliberais neste contexto é compatível, por sua vez, com a análise foucaultiana do neoliberalismo norte-americano (FOUCAULT, 2009), que oferece um olhar mais cauteloso à discussão sobre a crise do paradigma neoliberal ao apresentar o conceito de governamentalidade (ANDRADE, 2019).

Neste sentido, este capítulo pretende trazer à luz os elementos causadores do choque de 2008 e que tornaram viável a colocação das hipóteses de que o capitalismo neoliberal havia encontrado seu fim. Estas hipóteses, por sua vez, serão contrastadas com as distintas concepções de neoliberalismo de modo que se possa familiarizar-se com os argumentos críticos que encontram nas respostas econômicas à crise financeira rupturas hegemônicas suficientes para declarar a superação do regime de acumulação vigente.

Também se dará especial atenção ao tom do ativismo econômico dos Estados durante a recuperação da crise, principalmente nos EUA e na Europa Ocidental – os polos globais de poder e riqueza. Entende-se que a atuação pela superação da crise e retomada do crescimento econômico nestes centros valeu-se majoritariamente de política monetária e austeridade fiscal, com elementos que podem ser relacionados ao programa neoliberal, mas que não promoveram um retorno sustentado dos níveis de renda registrados nos anos anteriores.



Importante notar que o argumento da morte do neoliberalismo se dá, em um primeiro momento, em função da própria crise financeira – como se fosse o resultado de décadas de ativismo neoliberal. O debate sobre o fim do neoliberalismo também corresponde ao modo como os Estados socorreram a economia global, privilegiando o tecido econômico (como se confirma pelo resgate aos bancos e instituições financeiras) em detrimento do social (quando foram levantadas medidas de austeridade para lidar com a expansão das dívidas públicas, reduzindo gastos públicos e aumentando impostos). Como será visto a seguir, estes elementos parecem revelar como o neoliberalismo foi capaz de adaptar-se, contornar a crise econômica, estender e aumentar seu domínio e justificar-se.

Mais do que contextualizar a crise de 2008, e recuperar as causas que a literatura identifica e as consequências que o empirismo esclarece, trazer autores e textos que abordam o assunto será importante para o objetivo de entender como e por que surgiu a hipótese que a crise representaria o fim do neoliberalismo – assim apoiando a tarefa que aqui se propõe de apresentar e contextualizar o debate sobre seu fim.

São elementos que justificam e ilustram esta discussão a própria crise – enquanto elemento de ruptura; o ativismo estatal peculiar – voltado majoritariamente ao resgate do setor privado e, mais especificamente, do financeiro; e as políticas de austeridade que seguiram o resgate corporativo, como forma de domar a consequente explosão da dívida pública dos países afetados. Estes tópicos terão a forma de subcapítulos dentro desta seção, acompanhados pela contextualização da colocação das primeiras discussões acerca do fim do paradigma neoliberal.

Partindo do entendimento de que o neoliberalismo resistiu, espera-se identificar entre suas descontinuidades as transformações de sua lógica intrínseca que emergiram da superação provisória da crise de 2008. Mais que colocar à prova a capacidade de adaptação e autofortalecimento do modelo neoliberal este exercício carrega a expectativa de entender como o neoliberalismo, mesmo diante da mais profunda crise econômica em quase um século, parece ter sido capaz de perpetuar-se – o que será de grande valor para o objetivo central desta dissertação de apreender se, depois de dois grandes choques, o neoliberalismo ruiu ou produziu medidas contracíclicas perenes e sob medida para enfrentar a depressão pós-pandemia.

Façamos primeiro uma breve retrospectiva das origens da Grande Recessão, do ponto de vista do paradigma neoliberal, e da discussão sobre sua possível superação.

### **3.1 A crise financeira de 2008 – e o fim do neoliberalismo?**

A crise financeira de 2008 constitui um importante marco do capitalismo contemporâneo, na forma do episódio recente em que mais claramente se verificaram as fragilidades de seu funcionamento. A produção de uma crise endógena parece ter apenas iluminado as limitações do regime neoliberal no que tange à produção de crescimento sustentado, redução de desigualdades, redistribuição de renda e riqueza e a ampliação do emprego e da renda (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Em retrospectiva, parte da difusão da norma neoliberal deu-se através da liberalização financeira e da globalização tecnológica. Estes elementos se traduzem, concretamente, no estabelecimento de um mercado mundial de capitais por meio de reformas normativas como a liberação cambial, a privatização do setor bancário, a abertura dos mercados financeiros, a securitização e a criação de instrumentos financeiros inovadores (DARDOT; LAVAL, 2009).

Entre os anos 1930 e 1970, o sistema financeiro global era regulado institucionalmente de modo a limitar a concorrência e prevenir choques como o de 1929. Já a partir dos anos 1980, com o amadurecimento da onda liberalizante, as regulamentações, ainda existentes, mudaram radicalmente e passaram a enquadrar a lógica concorrencial entre os agentes financeiros em escala global – puxada principalmente por uma revisão progressiva da política monetária norte-americana (DARDOT; LAVAL, 2013).

O aumento dramático dos volumes transacionados nos mercados globais a partir dos 1980 parece ter favorecido uma autonomização da economia financeira em relação à economia produtiva. Estes elementos foram acompanhados por mudanças na forma e na gestão do capital, homogeneizando critérios contábeis e exigências de rentabilidade, priorizando a geração de valor acionário e a criação de dividendos em detrimento dos interesses e necessidades das massas assalariadas. Abrem-se, por um lado, brechas para a formação de bolhas especulativas dadas as crescentes dificuldades de domar as inovações financeiras e, sobretudo,

implementar regulações que limitassem ou contrastassem os interesses dos detentores do capital (BROWN, 2019).

Neste sentido, a ação do Estado deu suporte ao funcionamento e à globalização das finanças na medida em que forneceu um arcabouço legal à governança empresarial que legitimava e priorizava os direitos dos acionistas – em última instância exercendo um elo entre a gestão empresarial e o poder do capital financeiro. Para Dardot e Laval (2009), “o aumento do tamanho dos mercados, a abertura dos mercados e a criação do mercado de produtos derivados foram sistematicamente encorajados pelos poderes públicos para enfrentar a concorrência de outras praças financeiras (em particular as mais poderosas: Londres e Nova York)” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 203).

Este tipo de ativismo Estatal permitiu aos bancos, instituições de crédito e seguradoras, por exemplo, alavancar a concorrência entre si e os levou a assumir riscos cada vez maiores em prol da expansão da rentabilidade – fazendo o Estado o papel de credor, como visto nas intervenções de resgate no pós-crise de 2008 (HARVEY, 2011). Dardot e Laval (2013) coincidem com esta visão ao afirmar que, paradoxalmente, o papel ativo dos Estados encorajou a atuação descontrolada das instituições de crédito nos primeiros anos da década de 2000. Teria sido especialmente relevante a disseminação da lógica da competição dentre aqueles organismos e das praças financeiras, que estimulou a busca de maiores rentabilidades através da tomada de maiores riscos, o que só teria sido possível dado o caráter credor que os Estados emprestaram ao sistema capitalista (DARDOT; LAVAL, 2013).

Neste ponto, parece importante considerar a impossibilidade de separar neoliberalismo e a hegemonia dos EUA como potência capitalista global, especialmente no que tange à abrangência e profundidade de suas instituições e mecanismos financeiros e a construção da hegemonia do dólar. Sobretudo a partir dos anos 2000, quando da difusão e implementação de inovações financeiras mais extremas e da consolidação e amadurecimento de mercados financeiros internacionais, a liberalização das finanças ganhou força – ao mesmo tempo que constitui-se um fenômeno difuso e global do qual os EUA assumem certo protagonismo e acabam por constituir-se epicentro (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Sob uma perspectiva material, a crise de 2008 foi prenunciada pelo crash dos empréstimos de alto risco (*subprime*) nos EUA ainda em 2007. Daquele momento

em diante, a turbulência financeira adquiriu proporções difíceis de prever à época e revelou a fragilização estrutural pela qual o sistema financeiro global vinha sido submetido nas décadas anteriores. A interconexão entre o mercado financeiro estadunidense e das principais economias contribuiu para a produção de uma crise que se revelaria profunda e duradoura e que avançaria também sobre a economia real (ANDRADE, 2019).

O choque pareceu desdobrar-se em função de dois mecanismos principais, herdados das décadas passadas sob a racionalidade neoliberal: (i) a busca por maiores rendas vis-à-vis os processos de financialização e globalização; e (ii) a trajetória macroeconômica norte-americana não sustentável e liberada das limitações regulatórias presentes em outras economias industrializadas. No primeiro grupo de elementos se encontra a realização de lucros, ganhos de capital e altos salários obtidos através dos produtos e mecanismos financeiros favorecidos pela globalização e pela lógica da financialização – sobretudo após 2000. Estes elementos estariam apoiados no livre comércio e na livre circulação de capitais, bem como na mundialização dos (novos e cada vez mais inovadores) instrumentos financeiros e monetários (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Já no segundo grupo dos mecanismos identificam-se três tendências características do neoliberalismo norte-americano, a saber: as taxas de acumulação baixas e declinantes, o déficit da balança comercial e a dependência do financiamento externo de sua dívida interna. Estes três elementos estiveram relacionados às políticas macroeconômicas dos EUA voltadas à manutenção das taxas de crescimento e da diminuição da ociosidade da economia, que produziram efeitos como o crescimento do consumo privado (ainda que originada pela expansão da demanda dos estratos superiores de renda, uma parcela crescente foi satisfeita por importados facilitada pela abertura comercial, não favorecendo, assim, os produtores domésticos), políticas agressivas de concessão de crédito (visando estimular o consumo e compensar a demanda deficiente pelos bens e serviços internos) e a expansão desregulada do endividamento privado (fundamentada na falta de restrições ao equilíbrio do comércio internacional, na explosão dos mercados de derivativos e no afrouxamento dos requisitos para obtenção de créditos e empréstimos) (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

É deste contexto a popularização dos mercados hipotecários nos EUA, mas não como um efeito colateral autônomo da financialização neoliberal – e sim como

parte da expansão dos instrumentos financeiros, ocorrida principalmente a partir dos 2000, e já dificilmente dissociada da trajetória macroeconômica norte-americana. Por outro lado, esta “criatura” e as ramificações que estabeleceu ao redor do globo foram fundamentais para a desestabilização em escala global dos mercados financeiros e da economia real<sup>1</sup> quando do colapso do mercado imobiliário dos EUA (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Também para Harvey (2011) a crise de 2008 esteve intimamente relacionada ao sistema financeiro estadunidense e à dimensão econômica do processo de globalização das décadas de 1980, 90 e 2000. Este último elemento teria favorecido a circulação internacional de grandes volumes de recursos econômicos – na forma de investimentos estrangeiros diretos, lucros privados, rendas das classes altas e repatriação de lucros realizados por empresas transnacionais – sem que, no entanto, se convertessem em investimentos na economia real (HARVEY, 2011).

Estes recursos teriam permanecido no sistema financeiro principalmente das economias desenvolvidas, onde, estimuladas pelas baixas taxas de juros reais<sup>2</sup>, buscaram rentabilidade em ativos financeiros e convergiram para o mercado imobiliário. O aquecimento dos mercados habitacionais foi profundo: o valor total das propriedades residenciais nos países desenvolvidos cresceu US\$ 30 trilhões em apenas cinco anos (entre 2000 e 2005), chegando a US\$ 70 trilhões (MAYER-FOULKES, 2009).

Este elemento parece ser um reflexo na subjetividade do programa neoliberal de impelir o sujeito a ser sempre mais, competir com seus pares – e com si mesmo – por mais posses e administrar seu capital da mesma forma que uma empresa o faria – contabilizando seus ativos, balanceando seus passivos hipotecários, buscando novas oportunidades de investimento, calculando seus interesses, aprimorando-se enquanto capital humano e empreendendo sempre que possível.

---

<sup>1</sup> Dados do Banco Mundial (*The June 2020 Global Economic Prospects*) mostram que o PIB global caiu 1,3% em 2009 em relação a 2008, sendo que o conjunto de países de alta renda registrou uma queda de 3,2% do produto. Em comparação, os países de renda média registraram um crescimento de 3,2% entre estes dois anos. Os EUA, especificamente, vinha registrando uma queda no ritmo de expansão do PIB desde 2004 – quando havia crescido 3,8% em relação ao ano anterior; sua economia encolheu 0,1% em 2008 e 2,5% em 2009. A contração da atividade real também se manifestou na queda de 31% para 26,7% da proporção das exportações de bens e serviços do PIB global entre 2008 e 2009.

<sup>2</sup> De acordo com o Banco Central dos EUA (*Global Economic Prospects*), as taxas de juros nominais que chegaram a um pico de quase 15% nos primeiros anos da década de 1980 foram reduzidas até uma mínima, até então, de pouco menos de 3% em 2008 em meio ao pânico gerado pela crise financeira.

Parte do processo de sobreprecificação no mercado imobiliário pode ter sua origem ligada à era Greenspan<sup>3</sup> de redução das taxas de juros nos EUA, como política de incentivo ao crescimento econômico, ao investimento, consumo e renda a partir de meados dos 1980. Esta orientação econômica parece ter favorecido, entre outros processos e em um contexto de saturação dos investimentos na economia real vis-à-vis as baixas taxas de juros e de crescimento da poupança privada, a expansão especulativa do mercado habitacional e a formação de bolhas imobiliárias não apenas nos EUA, mas em diversos outros países, como Reino Unido, Austrália, Itália, França, China e Rússia (MAYER-FOULKES, 2009).

O cenário para a eclosão de uma crise em escala global, ancorada na frágil relação entre os mercados imobiliário e financeiro estadunidense, estava posto: de acordo com o *Bank for International Settlements*, o valor dos derivativos negociados cresceu enormemente entre 1998 e 2008 – saltando de US\$ 72 trilhões para US\$ 683 trilhões, um crescimento anual de 19,5%. Comparativamente, em 2008, o PIB dos EUA aproximava-se da casa dos US\$ 15 trilhões e o produto global somava cerca de US\$ 50 trilhões; já o mercado de títulos e ações encontrava-se em um patamar de valor de US\$ 100 trilhões.

À luz dos primeiros sinais de incertezas quanto à solvência no mercado de derivativos dos títulos hipotecários *subprime* nos EUA, entre 2007 e 2008, tomou forma a derrocada dos preços residenciais<sup>4</sup> e o colapso do valor dos títulos lastreados em hipotecas mediante sua deflação e o não pagamento, pelo público privado, de seus compromissos hipotecários. Em escala, o estouro da bolha imobiliária nos EUA atingiu o mercado de crédito e levou à falência bancos de investimentos, seguradoras e corretoras – o que exigiu a intervenção estatal para atenuar o contágio e prevenir os efeitos depressivos na economia, principalmente nos países industrializados (PUEHLER, 2021).

Para Dean (2012), o ativismo do Estado no contexto dos resgates seria diferente daquele durante os momentos que levaram à crise: o colapso financeiro

---

<sup>3</sup> Em entrevista à BBC em 2008, Alan Greenspan, ex-presidente do Banco Central dos EUA (1987-2006), reconhece que sua liderança à frente do FED pode ter contribuído para a irrupção da crise financeira de 2008. Matéria disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081023\\_greenSPAN\\_errorg](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081023_greenSPAN_errorg).

<sup>4</sup> Dados do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA apontam que o preço médio dos imóveis residenciais no país era de US\$ 322 mil no primeiro trimestre de 2007 – o maior valor da série histórica que se tem registro. Já no quarto trimestre de 2007 o preço médio baixou para US\$ 305 mil e caiu para US\$ 257 mil no primeiro quarto de 2009. Dados disponíveis em: [www.hudexchange.info/resources](http://www.hudexchange.info/resources).

em 2008-09 estaria intimamente relacionado a um afastamento de parte do governo estadunidense, na forma da incapacidade de seu Banco Central estabelecer padrões seguros de criação e comercialização de títulos hipotecários e, de forma mais ampla, na falha regulação e supervisão do setor financeiro (DEAN, 2012).

Rodrik (2012), por sua vez, aponta que os países do G20<sup>5</sup>, em sua primeira reunião de líderes<sup>6</sup> para tratar da crise de 2008, identificaram como causas do colapso financeiro os “baixos padrões de avaliação de riscos, práticas de gestão de risco inadequadas, produtos financeiros cada vez mais complexos e escusos e alavancagem excessiva”. Em sua avaliação, os *policy makers*, reguladores e supervisores dos setores financeiros das principais economias seriam os responsáveis pela irrupção da crise ao terem subestimado os riscos que as praças financeiras passaram a assumir – além de não terem acompanhado o ritmo das inovações financeiras ou considerado o potencial de ramificação sistêmica das falhas de seus sistemas domésticos de regulação (RODRIK, 2012).

Dada a imediata contração do sistema financeiro já em 2008<sup>7</sup>, instalou-se uma crise de liquidez entre os atores financeiros centrais do mercado norte-americano, levando à falência bancos de investimentos tradicionais e expondo outras instituições financeiras à quebra. O estouro da bolha e a deflação dos preços dos mercados financeiro e imobiliário arrastaram consigo a capacidade dos lares de sustentar suas dívidas e empréstimos ou mesmo refinanciá-los. O colapso da renda das classes pobres e médias derrubou o consumo privado, que, por sua vez, impactou negativamente os níveis de investimento na economia – contaminando, por fim, a dimensão real da economia (KOTZ, 2009).

Para além da economia, a crise financeira teve efeitos políticos marcantes e que se manifestaram na forma de uma onda global de protestos entre 2010 e 2013.

---

<sup>5</sup> Para Rodrik (2012), algumas das principais decisões tomadas nas fases iniciais da crise, como a adoção de estímulos fiscais, políticas de expansão monetária, o compromisso de evitar um surto de protecionismo e a alocação de recursos extraordinários pelo FMI estariam associadas à iniciativa dos países do G20 (RODRIK, 2012).

<sup>6</sup> É possível visualizar a declaração dos países do G20 com seu reconhecimento da crise e seu compromisso por conduzir o mundo para a superação da crise, em ocasião do encontro em abril de 2009 em Londres. Material disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2009/2009communique0402.html>.

<sup>7</sup> Matéria da Folha de São Paulo de 2008 apontou que o índice Dow Jones da bolsa de valores de Nova York caiu 34,65% naquele ano – o pior resultado desde 1931. Outra matéria do mesmo veículo identifica quedas diárias nos índices estadunidenses quantitativamente semelhantes às registradas nos primeiros dias comerciais após o atentado de 11 de setembro de 2001. Textos disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3112200803.htm> e <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/09/445168-bolsas-em-ny-tem-maior-queda-desde-o-11-de-setembro-com-quebra-do-lehman.shtml>.

Os eventos que começaram nos países do norte da África e Oriente Médio, como Egito, Tunísia, Líbia e Síria, passaram para a história como a Primavera Árabe e reuniam e mesclavam elementos políticos, das lutas de classe e da resposta do poder econômico à crise global – expandindo-se para países europeus, como a Espanha (movimento *Indignados*), Inglaterra (escadaria de St. Paul), EUA (movimento *Occupy Wall Street*) e mesmo o Brasil (manifestações de junho de 2013 (RUGITSKY, 2020).

A combinação de todos estes elementos, a nível econômico, político e sociológico, parece ter subsidiado a colocação do questionamento se o neoliberalismo encontrou seu fim enquanto sistema de pensamento econômico hegemônico, em função da crise financeira e da gravidade da ruptura no tecido econômico, teórico e social que ela promoveu. Este parece ter sido o pano de fundo para o surgimento das primeiras reflexões que buscavam entender se a crise financeira seria para o neoliberalismo o fim de sua hegemonia.

Dardot e Laval (2009) argumentam que setores amplos, da academia à mídia e da teoria econômica à sociológica, pensaram que a crise global representara para o neoliberalismo seu fim e que haveria um retorno do Estado – na forma de um ativismo mais próximo ao Keynesiano – e da regulação dos mercados comerciais e financeiros. Pensadores como Stiglitz (2008), Duménil e Lévy (2011), por exemplo, teriam sido adeptos deste ponto de vista (DARDOT; LAVAL, 2009).

Estes dois últimos autores enxergaram “a crise do neoliberalismo de 2007-8 como uma crise estrutural, assim pressupondo o início da transição para uma nova ordem social, como aconteceu após cada uma das três crises anteriores” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 109). O colapso econômico de 2008 seria assim resultante da flagrante e irreparável insustentabilidade da estratégia neoliberal, gerando rupturas inconciliáveis no regime de acumulação capitalista, na sustentação das elites corporativas e financeiras e no ativismo Estatal típico neoliberal – encerrado na desregulação dos mercados e no estímulo à competição generalizada (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Por outro lado, para Crouch (2011), não se poderia esperar a partir da crise de 2008 o fim da hegemonia neoliberal e a emergência de um novo paradigma. Ele explica que o neoliberalismo justamente iniciou seu domínio quando o sistema de pensamento anterior – o Keynesianismo, priorizando a ótica da demanda – entrou em crise a partir do episódio inflacionário dos anos 1970. No entanto, a ruptura do



paradigma Keynesiano levou ao seu colapso e não a ajustes em suas definições econômicas e sociais; não necessariamente por haver alguma incongruência em seus postulados, mas sim porque a organização das classes sociais priorizadas por sua dinâmica – os trabalhadores manuais industriais, do mundo ocidental – estava em declínio e perdendo seu poder social relativo (CROUCH, 2011).

Já os grupos priorizados pelo neoliberalismo, como as corporações globais, especialmente do setor financeiro, foram capazes de conservar sua importância relativa e seu peso social. Mesmo tendo sido os bancos os grandes responsáveis pelo colapso financeiro global, eles saíram da crise mais poderosos do que entraram – enquanto a maioria dos outros setores não receberam auxílios ou estímulos significativos diante dos efeitos da recessão ou mesmo tiveram cortes orçamentários, como o caso dos serviços públicos (CROUCH, 2011).

Davies (2014) coincide com o pensamento de Crouch, argumentando que o neoliberalismo favoreceu-se da incerteza política ocasionada pela crise do Keynesianismo nos anos 1970 para propor novas ideias, princípios e tipos de ativismo Estatal. Os grupos que colocaram a hipótese de que o neoliberalismo seria superado por outro paradigma econômico em ocasião da crise financeira global haviam entendido que o sistema neoliberal tinha alcançado este mesmo ponto em 2008, o que parece não ter se verificado (DAVIES, 2014).

Em outras palavras, se o colapso financeiro tivesse seguido a sequência de acontecimentos da crise Keynesiana, teria havido uma grande ruptura nas instâncias diversas que o neoliberalismo moderno atua – do ativismo de Estado à razão e à moral características de sua ideologia – sucedida por um período de incerteza política, revisões e novas produções teóricas, pela emergência de um novo regime de avaliação e mensuração do indivíduo-capital e, por fim, a uma nova e estável realidade. Grande parte dos teóricos e pensadores, no entanto, parece reconhecer que o neoliberalismo foi capaz de evitar sua derrocada nestes termos (DAVIES, 2014).

Dardot e Laval (2013) consideram perigosas as suposições – as quais chamam de “ilusões” – de que o neoliberalismo morreu vis-à-vis a crise de 2008, na medida em que elas tem o poder potencial de desmobilizar e despolitizar o debate social. Ademais, elas estariam embasadas em erros de diagnóstico no que tange à definição crítica e normativa do neoliberalismo – que, entendido de forma incorreta, incompleta ou a-histórica, sem apreço por seus impactos sociais e subjetivos

profundos tem a capacidade de enviesar, amenizar e mesmo incapacitar os sujeitos que se confrontam com a realidade como ela é – e foi – no desenrolar da Grande Recessão (DARDOT; LAVAL, 2013).

Neste sentido, para Peck (2010), é necessário que o neoliberalismo – e a neoliberalização, enquanto processo de dominação da nova racionalidade liberal – sejam abordados de forma adequada e completa em seus significados sociais (PECK, 2010). A esta definição poderia corresponder o conceito de “neoliberalismo realmente existente” cunhado por de Brenner e Theodore (2002) ao enfatizar o caráter *path-dependent* dos projetos de reforma neoliberais, em oposição a uma concepção puramente ideacional e mais próxima ao signo inconstante e mutável do neoliberalismo (BRENNER; THEODORE, 2002).

Assim, Peck (2010) entende que as declarações que postulam a morte do neoliberalismo na crise de 2008 foram prematuras. O pensador ressalta que o paradigma neoliberal, em seus vários momentos e facetas, sempre foi discernível por seu poder de capturar e empregar a ação estatal em seu benefício – e dos interesses corporativos e financeiros, da agenda de liberalização comercial e da autonomização dos mercados (PECK, 2010).

Este diagnóstico parece encaixar-se sem muito esforço à emergência do colapso financeiro global, tanto na herança de anos de políticas liberalizantes que possibilitou a crise quanto na resposta dos Estados à depressão que a sucedeu. Para Peck (2010), assim, o neoliberalismo teria simplesmente perdido mais uma de suas nove vidas na crise financeira – fazendo alusão à dinâmica sinuosa de sua trajetória histórica. Na ocasião específica de 2008, sob o ponto de vista do fim do neoliberalismo, seria de se esperar o retorno da regulação, da intervenção e, de forma mais genérica, do Estado – dando fim à era neoliberal (PECK, 2010a).

É deste contexto que, além da metáfora das vidas de um gato, obteve certa repercussão a analogia de um “neoliberalismo zumbi” a partir dos debates de vertentes marxistas sobre o estado de saúde do neoliberalismo (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI, 2020). O estado “zumbi” descreveria a iminência de um paradigma econômico em decadência que continuaria exercendo seu poder de regulação e condução dos sujeitos e da vida social (DAVIES, 2014); também teria sido concebido para explicar o aparente paradoxo da coexistência do descrédito público nas políticas neoliberais e da repaginada do neoliberalismo no pós-crise – caracterizado pela socialização do risco financeiro, do auxílio aos mercados de

crédito e da imposição de novas formas de disciplina, austeridade e de organização do trabalho (DEAN, 2012).

Para Plehwe, Slobodian e Mirowski (2020), estas formas de um intervencionismo assumido e típico da agenda neoliberalizante, em oposição à crença popular e rasa de uma ordem natural de mercado, demonstram a capacidade de improvisação e flexibilidade da racionalidade liberal às circunstâncias que a ela se colocam. Neste sentido, as analogias acima citadas somente tem sentido se verdadeiramente se considerar e compreender um atributo vital do neoliberalismo: sua adaptabilidade (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI, 2020).

Aalbers (2013) coincide com esta perspectiva ao argumentar que a crise financeira de 2008 pode ter rompido com a ideologia dos livres-mercados, mas não foi capaz de minar a capacidade adaptativa inerente ao neoliberalismo. Assim, a Grande Recessão não teria sido a crise que marcaria o fim da hegemonia neoliberal; ela na verdade foi capaz de apresentar as condições da ruptura socioeconômica decorrente da crise e introduzir o neoliberalismo como a melhor solução disponível (AALBERS, 2013). Este argumento parece amplamente compatível com a abordagem da “economização”, em que o neoliberalismo opera segundo sua governamentalidade específica, sendo capaz de justificar-se e aprofundar-se em função e através das crises. Pode-se argumentar ainda que há uma relativa autonomia da crise econômica – de fato consumada em 2008 – em relação a uma crise hegemônica – conducente à superação de um paradigma por outro.

Este processo, no entanto, não ocorreria sem rupturas no tecido social e político. Para Andrade (2019), neste contexto, além do colapso financeiro, a hipótese de crise final do neoliberalismo ganhou tração também em função dos protestos populares que se espalharam pelo mundo a partir de 2011. Entendendo o neoliberalismo pela ótica sociológica e da subjetivação, pode-se falar na ocorrência, em 2008, de uma crise nas dimensões da economia, política e sociedade – e não apenas como um corolário das contradições internas de seu regime e do caráter insustentável de sua estratégia (ANDRADE, 2019).

Vejamos a seguir como o ativismo Estatal deu cabo da emergência destes elementos contraditórios e do enfrentamento da crise financeira, a fim de entender a resposta neoliberal e de subsidiar o entendimento de que sua hegemonia pareceu seguir vigente – apenas transformada.

### 3.2 O ativismo econômico Estatal no contexto da crise financeira

A emergência da crise financeira parece ter demandado um conjunto específico de respostas e retóricas para seu enfrentamento. Davies (2014) entende que a viabilidade do sistema financeiro global estava em risco e a atuação dos poderes políticos através dos Estados era necessária para prevenir seu colapso (DAVIES, 2014). No entanto, para Peck (2010), a resposta deste ativismo estatal teria representado um aprofundamento e não um abandono das políticas, estratégias e racionalidade neoliberais – o que revelaria o processo de neoliberalização como um elemento de reestruturação regulatória, baseada na lógica dos mercados, induzido e simultaneamente indutor de crises (PECK, 2010).

É representativa deste argumento a intervenção do Banco Central estadunidense pelo socorro às instituições financeiras e empresas não financeiras – atuando como substitutos de instituições privadas. O déficit público tomou a forma do tratamento de choque aplicado pelo governo dos EUA, por exemplo, e replicado mundo afora em uma série de intervenções à primeira vista alheias ao receituário neoliberal (DUMÉNIL; LÉVY, 2011). Em outras palavras, a resposta econômica à crise requereu forte intervenção de parte das instituições centrais – especialmente dos governos e bancos centrais – em contraposição à inspiração emprestada dos livres mercados (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

Esta intervenção seria justificada, para Coppola (2017), pelo temor de uma reedição dos efeitos econômicos deletérios experienciados nos anos pós-Grande Depressão. Algumas das medidas adotadas pelos poderes centrais teriam sido a injeção de moeda nos mercados financeiros, os programas de compras extensivas de ativos, o resgate dos bancos e instituições financeiras impactadas e ameaçadas de falência e os programas fiscais expansionistas promovidos pelos países do G20 com vistas a retomar os níveis de comércio, crescimento e emprego (COPPOLA, 2017).

Kotz (2009) e Puehler (2021) concordam que a atuação dos governos centrais deu-se através de respostas fiscais contracíclicas, tendo sido acompanhada da expansão do balanço patrimonial dos principais Bancos Centrais. Estes atuaram comprando no mercado enormes volumes de títulos problemáticos, injetando liquidez nos bancos comerciais e de investimento. Estes, por sua vez, já estavam atuando no mercado financeiro buscando títulos públicos para proteger-se com

liquidez e estabilidade, a baixíssimas taxas de rendimento, das instabilidades que passaram a ser sentidas no início de 2007 – quando das primeiras notícias de perdas envolvendo empréstimos hipotecários, considerados, até então, uma opção segura de investimento muito por influência da superestimação de ratings pelas agências de risco (KOTZ, 2009; PUEHLER, 2021).

O Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, atuou através de consecutivas reduções na taxa de redesconto na tentativa de suprir liquidez às instituições financeiras em meio à crise. No entanto, mesmo com continuados cortes na taxa de redesconto, houve pouco efeito sobre a capacidade e disposição em aumentar a oferta de crédito. Estas medidas foram complementadas por políticas de subsídio de capital e a ampliação das possibilidades de colaterais oferecidos como contrapartida aos títulos públicos negociados com o FED. A injeção de liquidez via compra de títulos “podres” pelo FED foi, por sua vez, a intervenção mais polêmica e representativa das prioridades das autoridades monetárias. Através deste mecanismo, o resgate de entidades financeiras contra sua falência e efeitos cascata sobre o restante da economia somou pouco mais de US\$ 1 trilhão e, ainda assim, deixou de fora instituições que mais tarde passariam a simbolizar o choque financeiro em seu tamanho e capacidade disruptiva, como o caso do banco de investimentos Lehman Brothers em 2008 (PUEHLER, 2021).

Para Dardot e Laval (2013), o resgate dos bancos nos EUA teria demonstrado que o governo não poderia permanecer indiferente ao colapso das grandes instituições financeiras – de acordo com o princípio “grande demais para quebrar” (em inglês, “*too big to fail*”). Os pensadores apontam ainda que este seria um reflexo do papel de credor assumido pelos governos neoliberais, especialmente no contexto de compra de dívidas, ativos podres e sua securitização. Operando em favor de uma casta e seguindo certa racionalidade contábil, ocorre uma verdadeira e generalizada nacionalização dos riscos e privatização dos lucros (DARDOT; LAVAL, 2013).

Pode-se considerar também, ainda neste sentido, a atuação do Banco Central Europeu em flexibilizar os requisitos de colaterais, aceitando títulos não apenas públicos, mas também privados e até comerciais em troca de seu apoio monetário. Além disso, o BCE atuou reduzindo a taxa básica de juros entre 2008 e 2009 com o objetivo de manter a estabilidade financeira na zona do Euro e evitando bolhas especulativas – atingindo a mínima nominal de 1%. Em conjunto com os bancos

centrais da Inglaterra e Suíça, o BCE injetou cerca de US\$ 250 bilhões entre 2008 e 2010 para garantir liquidez às instituições financeiras europeias (PUEHLER, 2021).

A autoridade central do continente ainda valeu-se do *quantitative easing* (compra de ativos possibilitada pela expansão do balanço de pagamentos do banco central), ainda que, para Marshall e Edmonds (2010), seu caráter polêmico e a falta de consenso quanto à sua efetividade fizeram com que sua abrangência cobrisse apenas 5% do mercado de títulos europeu (MARSHALL; EDMONDS, 2010).

Krugman (2015) exemplifica alguns dos planos de resgate europeus em resposta à crise, como a injeção de cerca de US\$ 700 bilhões do governo britânico em pacote de nacionalização parcial de seus bancos em 2008. Naquele mesmo ano, a administração Bush injetaria até US\$ 100 bilhões em cada uma das duas maiores financiadoras imobiliárias dos EUA, as instituições Freddie Mac e Fannie Mae, dado o entendimento de que sua falência repercutiria negativamente a economia por anos. Já no início do ano seguinte, o recém eleito governo Obama executaria um pacote de ajuda econômica de US\$ 787 bilhões e até mesmo a injeção direta de recursos em suas principais fabricantes de veículos – o que somou aproximadamente mais US\$ 86 bilhões em socorro financeiro (KRUGMAN, 2015).

Duménil e Lévy (2011) apontam que nos EUA e nas principais economias, os bancos centrais e as agências federais gradualmente passaram a desempenhar as funções que o setor financeiro já não conseguia assumir para evitar falências e prover liquidez à economia e também para estimular a demanda privada e a atividade empresarial através do apoio à concessão de crédito provendo novos empréstimos para as instituições financeiras. Os governos agiram, nestas circunstâncias, como consumidores (incluindo os investimentos) e emprestadores simultaneamente.

Ainda assim, a intervenção central nos mecanismos financeiros não foi suficiente para atenuar a contração do crédito e a desaceleração da atividade econômica, cuja dimensão, ao fim de 2008, já denunciava a depressão que se seguiria. Apesar da injeção de liquidez via Bancos Centrais, o crédito oferecido à economia foi restrito na medida em que os bancos comerciais passaram a acumular reservas em vez de realizar novos encaixes monetários. Para tanto, fez-se necessário agir para estimular a demanda da economia através dos gastos públicos. No início de 2009, já na administração Obama, o Congresso dos EUA aprovou uma medida que combinava cortes de impostos, gastos sociais e programas de

infraestrutura – que contribuíram para elevar o patamar da dívida pública de 40% no pré-crise para 56% do PIB (DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Coppola (2017) entende que a aceleração do déficit fiscal das economias em resposta à crise foi um dos efeitos justamente dos esforços anticíclicos, que lograram conter um efeito depressivo mais prolongado ou uma espiral deflacionária como verificado nos anos de 1930. Ainda assim, citando o exemplo da crise grega a partir de 2009, seria evidente para o autor a fragilidade dos países com altas proporções de dívida-PIB e altos déficits fiscais no enfrentamento da crise – o que teria lastreado, como será contemplado ainda neste capítulo, episódios de consolidação fiscal, potencializados pelo infame artigo de Reinhart e Rogoff (2010)<sup>8</sup> sobre o assunto.

É neste contexto que as respostas econômicas dos governos e bancos centrais à crise alimentaram o debate acerca do arcabouço teórico-institucional sob a qual poderiam ser enquadradas. Especialmente porque, como aponta Aalbers (2013), na prática, um elemento central da resposta dos governos envolveu o socorro financeiro de empresas privadas de um lado e medidas de austeridade de outro. À queda da arrecadação fiscal proveniente da redução da atividade econômica somou-se uma tendência de redução relativa dos investimentos sociais – contribuindo para o aprofundamento do processo de desconstrução do Estado de bem-estar (AALBERS, 2013).

Para Andrade (2018), “na crise de 2008, a relação entre soberania e racionalidade econômica passou a outro patamar. O Estado, em suas medidas de emergência, reapareceu como uma força toda poderosa que abandonou o comedimento orçamentário para injetar centenas de bilhões de modo a recuperar as finanças” (ANDRADE, 2018, p. 227-8). Mesmo que este tipo de ativismo tenha sido logo preterido por um retorno à lógica contábil de mercado, Davis (2014) argumenta que esta aparente contradição é central na discussão sobre a racionalidade neoliberal (DAVIES, 2014).

Assim, ficariam evidentes de forma simultânea dois elementos típicos da sistemática dos Estados neoliberais: de um lado, uma lógica econômica criteriosa e afeita ao monitoramento e avaliação dos gastos e regulações; de outro, um poder

---

<sup>8</sup> Neste trabalho, Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff (2010) defendem que há um limite crítico de 90% da relação dívida-PIB – acima do qual o desenvolvimento econômico é prejudicado. Pouco tempo depois de sua publicação, foram encontrados erros nos dados utilizados pela pesquisa, o que contribuiu para o descrédito do trabalho dos autores.

normativo capaz de transcender a própria lógica, beirando o imensurável (ANDRADE, 2018).

O elemento que une estas perspectivas e ajuda a explicar sua dupla operação é a dependência do neoliberalismo ao poder soberano, mais especificamente àquele da decisão executiva. Os próprios Estados teriam justificado a intervenção em nome da credibilidade, da estabilização monetária, dos mercados e bancos – classificando-se como necessária para a superação da crise e a sobrevivência do sistema (DAVIES, 2014).

Este ativismo foi operacionalizado através da declaração de estados de exceção, nos quais o Estado neoliberal adquire o direito legal de agir por necessidade – qualquer que ela seja – e o poder soberano executivo passa a dispensar qualquer justificativa – tornando-se capaz de construir sua própria narrativa e criando a possibilidade de estados permanentes de exceção (DAVIES, 2014).

Por trás desta intervenção, Andrade (2019) enxerga a perpetuação da racionalidade do Estado neoliberal e a manutenção do status quo – que largamente o beneficia, especialmente considerando sua soberania e poder decisório. Neste sentido, o comprometimento de enormes recursos voltados ao salvamento do sistema financeiro pareceu buscar a retomada da acumulação capitalista, adaptando-se à situação e evidenciando até onde a racionalidade neoliberal é capaz de ir para manter o estamento vigente e aproveitar os espaços de ação proporcionados pela crise e pelas próprias soluções apresentadas. Em outras palavras, “essa resposta à crise financeira foi uma exceção à própria racionalidade econômica neoliberal, pois se abriu mão do cálculo para salvar o status quo a qualquer custo” (ANDRADE, 2019, p. 11).

Duménil e Lévy (2018) enfatizam a habilidade com que o neoliberalismo deu continuidade à conformação de classes vigente desde a alçada de sua posição à hegemonia, não tendo os extratos superiores da hierarquia social se dissolvido (DUMÉNIL; LÉVY, 2018). Neste sentido, a crise de 2008 teria fornecido a oportunidade aos setores liberalizantes de efetivamente cortar gastos sociais e “acomodar” as forças trabalhistas cerceando suas demandas através dos baixos salários e altos níveis de desemprego. Em certo sentido, “o neoliberalismo pareceu responder à crise com mais neoliberalismo” (VAINER, 2009 in AALBERS, 2013). Assim, para Aalbers (2013), não pode-se falar em crise hegemônica do



neoliberalismo; sua ideologia segue preservada, mesmo no advento da crise, uma vez que mostra-se dominante o suficiente para seguir impondo suas soluções e influenciar as decisões políticas e respostas econômicas à recessão em sua tentativa de perpetuar-se como regime de acumulação (AALBERS, 2013).

Alinhado à esta perspectiva, Harvey (2008) entende que os Estados não são agentes externos e sim centrais no sistema neoliberal, uma vez que, através dos sistemas de influência mencionados, resgatam e representam os interesses do capital privado – na figura, principalmente, das corporações multinacionais e do capital financeiro. É deste contexto a prática do ativismo estatal no sentido do “bem-estar empresarial”, favorecido através de re-regulações (em oposição a desregulações) em detrimento dos interesses das classes trabalhadoras e do universo de política econômica social. Não se trata, portanto, de uma ausência ou desligamento do Estado – mas antes de uma reestruturação qualitativa de seu ativismo (AALBERS, 2013).

Ainda para Aalbers (2013), este ativismo neoliberal, através de suas respostas para a crise, combina “resgates econômicos e pacotes de estímulo para o setor financeiro e para as grandes corporações, a socialização das dívidas privadas e a privatização das dívidas públicas e dos riscos, a privatização de ativos públicos, a comoditização e despolitização do trabalho e, principalmente nos países da União Europeia, políticas de austeridade”. Isso, portanto, seria central para a colocação da hipótese de que a crise de 2008 não foi para o neoliberalismo uma ruptura de sua hegemonia.

Coincidem com esta hipótese Dardot e Laval (2013), para quem, longe de romper com as políticas neoliberais, a crise levou ao seu aprofundamento – especialmente na forma dos planos de austeridade, postos em marcha pelos Estados que vinham promovendo ativamente a lógica da concorrência nos mercados financeiros (DARDOT; LAVAL, 2013).

Krugman (2015) entende que ainda em 2008 era claro que, nas principais economias, a política monetária adotada como resposta à crise, na figura da redução das taxas de juros e na expansão dos balanços de pagamentos dos bancos centrais, não seria suficiente para combater a recessão. No entanto, ao invés de adotar-se políticas fiscais expansionistas, como poderia supor um movimento contrário àquele que favoreceu a formação da crise financeira e interessado na

retomada e preservação do emprego e da renda, houve a priorização do corte dos déficits e dívidas públicas (KRUGMAN, 2015).

Dois elementos parecem ter sido determinantes para esta guinada à austeridade. De um lado, o poder político parecia interagir com um público alheio à dinâmica de geração de déficits e gastos públicos – estimulado a pensar o orçamento governamental do ponto de vista das finanças de família. De outro, os extratos conservadores valeram-se dos supostos perigos das dívidas e déficits públicos para justificar cortes em benefícios e auxílios e, em última instância, refutar o Estado de bem-estar (KRUGMAN, 2015).

De todo modo, após uma breve e pontual resposta de um ativismo mais ou menos Keynesiano, através das políticas fiscais, de regulação das finanças e de expansão monetária, efetivamente passou-se a priorizar a restrição fiscal – operacionalizada através da contenção dos gastos públicos<sup>9</sup>, da redução nos serviços públicos e do aumento de impostos aos consumidores e empresas. Em muitos casos, como principalmente nos países da zona do Euro, medidas de austeridade foram a contrapartida imposta para o socorro financeiro de instituições como o FMI e o Banco Central Europeu (DEAN, 2012; COPPOLA, 2017).

A incipiente regulação financeira concebida no imediato pós-crise também modificou-se à luz do aprofundamento do tom neoliberal das medidas que a acompanharam ainda em 2008 (DEAN, 2012). Para Crouch (2011), ela teria dado lugar a uma regulação “voluntária”, baseada em um monitoramento superficial das garantias de bom comportamento das grandes instituições e empresas financeiras (CROUCH, 2011).

Andrade (2019) também percebe uma mudança na intensidade da regulação financeira e a emergência de políticas de austeridade fiscal – que teriam tomado o lugar dos gastos públicos de emergência para o salvamento do mercado financeiro assim que eles foram estabilizados e tiveram suas margens de lucros restauradas,

---

<sup>9</sup> Ospina e Roser (2016) oferecem a conceituação de gasto público como aquele que permite aos governos produzir e adquirir bens e serviços para alcançar certos objetivos – como a provisão de bens públicos para a população ou a redistribuição de recursos. Os autores apontam que dados de series históricas revelam que os gastos públicos aumentaram significativamente no século XX nas primeiras economias a industrializar-se, conforme os Estados passaram a despender maiores recursos em proteção social, educação e saúde. No período entre 1945 e 1980 estes gastos expandiram-se particularmente rápido, estabilizaram-se nos primeiros anos da década de 80 e apresentaram tendência decrescente nos anos seguintes (OSPINA; ROSER, 2016). Dados disponíveis em <https://ourworldindata.org/government-spending>.

ainda que às custas de desemprego e da continuada execução hipotecária (ANDRADE, 2019).

Neste sentido, para Rodrik (2012), os problemas políticos decorrentes da crise financeira foram tão graves quanto os puramente econômicos vis-à-vis o conflito distributivo relacionado à divisão do fardo das medidas de austeridade – principalmente quando estiveram em jogo dívidas internacionais entre países e instituições. Este panorama pode apresentar duas dimensões: de um lado, os países e instituições credores pressionam que os devedores assumam a austeridade como forma de comprometer-se com o serviço da dívida, enquanto estes tendem a demandar reestruturações ou refinanciamentos com o objetivo de tornar seus compromissos viáveis (RODRIK, 2012).

De outro lado, o conflito pode surgir dentro dos próprios países em relação a quais atores contribuirão para a rolagem das dívidas em aberto. Nos países credores, por exemplo, as partes envolvidas podem ser as instituições financeiras ou a população – via impostos – a financiar a dívida; nos países devedores, a incidência das medidas de austeridade necessárias ao serviço da dívida pode recair sobre a sociedade de modo geral – dos contribuintes, beneficiários de serviços públicos e trabalhadores ao setor público ou privado (RODRIK, 2012).

Para Dardot e Laval (2009), as medidas de austeridade atenderiam a uma lógica disciplinadora, servindo de forma eficaz a um propósito de reduzir os salários e conter a proteção social das populações. No contexto europeu do pós-crise financeira, isto se verificou ainda dentro de um sistema de moeda única, com características de mais livre concorrência, no qual havia pressões especulativas por parte dos investidores privados justamente sobre os mercados de dívida pública – pressionados pelas agências de classificação de riscos e contido pela impossibilidade de atuar via desvalorização cambial em função da legislação do bloco (DARDOT; LAVAL, 2009).

As pressões especulativas, que passaram a sofrer especialmente os títulos públicos dos países da periferia da zona do Euro, impactaram negativamente a recuperação da economia europeia (RUGITSKY, 2020). Dados do Banco Mundial apontam que o PIB do bloco, após forte contração em 2009 e 2010, recuperou-se em 2011 e voltou a cair em 2012 – apresentando comportamento errático, entre

crescimentos e quedas, desde então<sup>10</sup>. Os países mais afetados pelas crises de dívida soberana, ataques especulativos e estagnação econômica foram os países que vieram a ser identificados pelo acrônimo pejorativo PIGS: Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha (RUGITSKY, 2020).

Para Rodrik (2012) este desempenho econômico e o modo como a crise de 2008 impactou a Europa pode ser parcialmente explicado pelas divergências macroeconômicas entre os países do norte e os países da periferia europeia e a dinâmica dos fluxos de capital entre estes polos. Esta, por sua vez, parece desenhar-se a partir do desenho institucional da própria União Europeia – cujas limitações a crise parece ter iluminado. Rodrik destaca a heterogeneidade econômica dos países membros, a falta de uma regulação financeira comum em um mercado financeiro unificado, a ausência de coordenação fiscal entre os países e a falta de um compromisso claro pelo não salvamento dos países membros em dificuldades (RODRIK, 2012).

Na esteira desta falta de coordenação dentro da estrutura do bloco europeu, Blyth (2017) cita como exemplo a oposição alemã ao resgate da dívida soberana da Grécia – o que teria incrementado o risco de insolvência e teria contribuído para o aumento das taxas de juros dentro do bloco e, por consequência, para o crescimento da dívida pública dos países mais endividados. O resgate destes membros viria através do Banco Central, da Comissão Europeia e do FMI na forma de empréstimos acompanhados pela imposição de medidas drásticas de austeridade, o que acabaria por aumentar ainda mais a dívida pública, contrair a atividade econômica e, ao fim, demandar novos empréstimos (BLYTH, 2017).

Os países membros da União Europeia tiveram suas margens de manobra limitadas pelas metas fiscais às quais tiveram de comprometer-se ao ingressar na união monetária (MADOWITZ, 2014). No entanto, como aponta Davies (2014), a Comissão Europeia suspendeu a proibição do Auxílio Estatal (em inglês, *State Aid*<sup>11</sup>) de forma que os países pudessem resgatar seus setores financeiros da forma que fosse necessária. Este “estado de exceção” teria representado para o bloco a

---

<sup>10</sup> Os dados disponíveis refletem ainda que o nível do PIB do bloco no ano de 2019, anterior aos impactos econômicos mais severos da pandemia de Covid-19, seguia abaixo do verificado em 2008 – o maior valor registrado para a região. Fonte: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=#>.

<sup>11</sup> A página online da Comissão Europeia define o Auxílio Estatal como uma vantagem qualquer conferida por autoridades nacionais públicas a empresas de forma seletiva. O Tratado da União Europeia proíbe este amparo a não ser que haja uma justificativa por razões de desenvolvimento econômico. Disponível em: [https://ec.europa.eu/competition-policy/state-aid/state-aid-overview\\_en](https://ec.europa.eu/competition-policy/state-aid/state-aid-overview_en).

suspensão do dever legal de justificar quaisquer intervenções econômicas – contribuindo para a retomada de um aprofundamento de medidas liberalizantes (DAVIES, 2014; ANDRADE, 2019).

Neste sentido, as políticas de austeridade impostas na Europa, na sequência do resgate de instituições financeiras em consonância com as respostas estadunidenses, representaram um ativismo favorável à criação de uma racionalidade calcada na “criação de confiança”, na qual a solvência dos Estados e a competitividade das praças financeiras, operacionalizadas através da redução das dívidas públicas, imperam. Para Andrade (2019), este rumo foi tomado em detrimento de incentivos Keynesianos ao crescimento econômico e emprego, logo que o Banco Central Europeu considerou mitigados os riscos de um colapso financeiro generalizado (ANDRADE, 2019).

É deste contexto que Blyth (2017) extrai o entendimento de que a crise da dívida grega, agravada pelas decisões do bloco europeu e suas principais economias nos esforços pela superação da crise de 2008, foi utilizada como “propaganda global contra as alegadas ameaças do Keynesianismo e seus riscos orçamentários”. Esta imagem contribuiria para que as dívidas públicas fossem retratadas como despesas descontroladas e nocivas para o crescimento econômico sustentado<sup>12</sup> – justificando a implementação e radicalização de políticas neoliberais como solução para a crise que elas mesmas desencadearam (BLYTH, 2017).

### **3.3 O mundo e o neoliberalismo no pós-crise financeira**

Os resultados desta guinada à austeridade não foram, no entanto, positivos para uma recuperação sustentada da crise financeira em termos de nível de emprego, renda e crescimento econômico. Para Andrade (2019), as políticas de austeridade geraram graves consequências humanas. Alguns dos seus efeitos

---

<sup>12</sup> Neste contexto, a lógica do controle da dívida pública via “austeridade expansionista” ganhou tração com o trabalho desenvolvido por Alberto Alesina, O economista de Harvard desenvolveu um modelo estatístico que analisou as economias avançadas entre 1970 e 2007 e encontrou evidências de que o corte nos gastos públicos esteve associado ao crescimento econômico – e não a recessões. Isto se deveria ao fato de que a contração das despesas cria confiança nas economias e mais que compensa os efeitos negativos da contração fiscal. A ideia de austeridade expansionista logo tornou-se inspiração em alguns círculos principalmente na Europa e teria sido reconhecida pelo então presidente do BCE Jean-Claude Trichet. O trabalho de Alesina foi grandemente criticado pela metodologia utilizada e caiu em descrédito, não sem antes arrebanhar uma participação no imaginário de teóricos e pensadores (BLYTH, 2017). Importante notar a menção a uma retórica de confiança e concorrência muito afeita à racionalidade neoliberal, que parece reforçar a hipótese de uma adaptação à crise e à proposição de soluções próprias para as rupturas econômicas.

teriam sido a falência de empresas e negócios, desemprego – especialmente entre a população jovem, redução dos salários e precarização das condições de trabalho, o endividamento público e privado, a retração dos serviços públicos e, por fim, aumento da desigualdade e das dificuldades sociais (ANDRADE, 2019).

Krugman (2015) também identifica efeitos deletérios sobre as economias que adotaram medidas de austeridade, sendo as dificuldades enfrentadas proporcionais à profundidade das políticas implementadas. Os países mais atentos à guinada foram ainda os que tiveram menores taxas de crescimento do PIB no cenário de recuperação econômica, como aqueles mencionados na seção anterior sob a sigla PIGS. Neste contexto, o FMI teria expressado algum nível de *mea culpa* ao reconhecer ter subestimado os efeitos nocivos e as limitações para a retomada do crescimento do corte de gastos públicos<sup>13</sup> (KRUGMAN, 2015).

Por outro lado, Ray, Gallagher e Kring (2020) apontam que relatórios do FMI logo depois da eclosão da crise financeira sugeriram que a consolidação fiscal seria inadequada como resposta dos países em desenvolvimento à recessão. Estes autores propuseram um estudo econométrico para avaliar a extensão do afastamento do FMI durante o imediato pós-crise de 2008 em relação aos seus pacotes condicionais de consolidação fiscal. Seu estudo encontrou que, na verdade, a imposição de medidas austeras não mudou significativamente durante os primeiros momentos de resgate financeiro.

Outra conclusão importante teria sido que os países com maiores direito de voto dentro do FMI e da ONU e com relações comerciais mais vultuosas com a Europa ocidental receberam condicionalidades fiscais relativamente mais brandas que os demais países que receberam suporte da instituição. Em relação a estes últimos, ainda de acordo com os resultados obtidos, o nível de austeridade apresentou significativa correlação com mais altos níveis de inflação e de investimentos estrangeiros diretos provenientes da Europa ocidental (RAY; GALLAGHER; KRING, 2020).

Neste sentido, Madowitz (2014) aponta que a implementação de políticas de austeridade antes de uma recuperação econômica robusta tende a deprimir o crescimento econômico e a aumentar o déficit público no curto e no longo prazos –

---

<sup>13</sup> Krugman (2015) aponta um depoimento de fins de 2012 de Olivier Blanchard, então economista-chefe do FMI, admitindo que, apesar de a instituição não ter reforçado uma eventual correlação entre austeridade e crescimento econômico, não havia clareza dos danos que o corte de gastos poderia infligir sobre as economias em recuperação.

bem como taxas de desemprego prolongadas e taxas decrescentes de crescimento do produto interno (MADOWITZ, 2014).

Outro estudo realizado com parâmetros econométricos foi produzido por Coppola (2017) e suas conclusões concorrem com os achados expostos acima. Segundo a economista, as políticas de austeridade implementadas durante a recessão foram responsáveis por impactar negativamente a performance econômica das economias que as adotaram, reduzindo seu PIB real e potencial, produzindo inflação e contraindo investimento e consumo agregados. Em conclusão, os esforços empregados para reduzir a dívida pública dos países à luz da austeridade produziram resultados contraprodutivos (COPPOLA, 2017).

Andrade (2018) aponta que pensadores marxistas como Harvey (2008), Duménil e Lévy (2014) classificam como medíocres os resultados das políticas neoliberais obtidos em termos de retomada do crescimento econômico global – pelo menos para as massas trabalhadoras. Elas teriam produzido tão somente – e com muito sucesso – a recuperação e ampliação dos níveis de lucros financeiros e corporativos, o controle dos processos inflacionários, a contração dos salários dos trabalhadores, o aumento da desigualdade social e, por fim, a expansão da mercadorização – entendida como processo de restauração do poder das elites econômicas. Os lucros recuperados, no entanto, não teriam sido capazes de promover o crescimento da economia real, da renda e do emprego, na medida em que seriam majoritariamente especulativos – o que serviria apenas para promover a “transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos” (ANDRADE 2018).

Também para Davies (2014), desde a eclosão da crise financeira, os registros empíricos e relatos de uma crescente desigualdade aumentaram. Ainda sob a perspectiva materialista, ela seria um sintoma do conflito de classes que teria sido exacerbado em função do tipo de ativismo de Estado ao qual coube dar uma resposta soberana à recessão (DAVIES, 2014). Assim, de certa forma, “os riscos e as responsabilidades foram novamente transferidos pelo governo central para administrações locais, diretorias escolares, autoridades de saúde, entidades filantrópicas e famílias; e os custos da insegurança e da reestruturação foram mais uma vez pagos pelos pobres e vulneráveis” (PECK; THEODORE; BRENNER, 2012, p. 23).

Os resultados da aplicação de políticas neoliberais foram diferentes nos países que a adotaram, mas revelam um elo comum de operacionalizar em favor de

uma minoria política e econômica soluções liberalizantes para remediar as perturbações e limitações da própria hegemonia neoliberal. Neste sentido, as soluções neoliberais parecem valer-se das crises e flutuações intrínsecas ao sistema capitalista para formular, implementar e perpetuar a racionalidade neoliberal. É na flutuação econômica constante e controlada, preferível a cenários de estabilidade ou mesmo de crescimento baixo e constante, que o capitalismo, particularmente o financeiro, enquanto governamentalidade, encontra as condições mais favoráveis para sobreviver e prosperar (ANDRADE, 2019).

Dardot e Laval (2013) apontam para a crescente instabilidade e falta de dinâmica das economias capitalistas principais vis-à-vis a desigualdade e precarização social cada vez mais fortes. Este seria um efeito direto da intensificação da lógica da concorrência e da acumulação improdutivo, de tipo financeira, que tende a não produzir efeitos sobre a economia real e representa para a racionalidade neoliberal uma espécie de inércia. No entanto, presos à lógica da competitividade e pressionados pela fuga de capitais, os Estados continuam agindo segundo um ativismo neoliberal e preparando o caminho para novas crises – reforçando a retórica de que suas soluções são a salvação de um sistema econômico problemático, decadente, que não reconhece méritos e esforços pessoais e que acaba por justificar os ataques à proteção social e aos salários das massas (DARDOT; LAVAL, 2013).

Davies (2014) entende que é notável que a crise de 2008 tenha se originado em Wall Street, na medida em que a recessão trouxe impactos fiscais e sociais negativos importantes para um dos países que foram essenciais para a disseminação global do neoliberalismo. Igualmente significativo é o fato de que este paradigma parece relativamente intacto – mesmo anos depois da eclosão da crise, o que tem sido objeto de estudos da comunidade acadêmica (DAVIES, 2014).

Neste sentido, Peck (2010) entende que o neoliberalismo revelou uma capacidade única de renovação e reafirmação a partir da crise financeira. Sua flexibilidade prática em adaptar-se ao contexto posto – mesmo naqueles em que seu próprio ritual contribuíram para o colapso – parece lembrar as estratégias do Ordoliberalismo. Em outras palavras, seu ativismo específico na resposta econômica à crise tendeu a apresentar-se de forma mais ordenada, menos voraz na inspiração que busca nos livres mercados e relativamente menos afeito à desregulação do liberalismo da escola de Chicago. Isto representaria, para o pesquisador, uma nova



instância da adaptação do neoliberalismo às crises – o que poderia ser considerado tão somente um “ajuste paradigmático” (PECK, 2010).

De forma similar, Davies (2014) argumenta que a incapacidade de alcançar-se um novo ordenamento político ou um novo paradigma econômico revela, de certa maneira, o sucesso do projeto neoliberal. Para compreender a natureza e a extensão da crise do neoliberalismo, em face à crise de 2008, cabe admitir que as causas destes fenômenos tem raízes encontradas nas estruturas socioeconômicas, nas instituições, na profunda desigualdade social e nas dinâmicas de poder das sociedades (DAVIES, 2014).

Isto poderia ser relacionado ao conceito de “neoliberalismo do dia a dia” (em inglês, *everyday neoliberalism*), próxima da abordagem da economização, apresentado por Mirowsky (2013) – para quem a sobrevivência do neoliberalismo à crise de 2008 sugere que sua ideologia e pressupostos passaram a ser rituais normativos. Esta teria passado a ser a lente pela qual os atores econômicos e sociais entendem o mundo ao seu redor, relacionam-se uns com os outros e definem suas prioridades (MIROWSKY, 2013).

Ainda neste sentido, o neoliberalismo que imperou sobre a crise teria prescindido da necessidade de justificar-se – propagando-se sem o suporte moral ou empírico dos quais os primeiros neoliberais usufruíam. O resultado, para Davies (2014), é a produção “economizada de uma realidade social e política que se mantém de forma frágil, pois é constantemente amparado, resgatado, estimulado, monitorado, ajustado e alterado por aqueles responsáveis por socorrê-lo” (DAVIES, 2014, p. 187). O neoliberalismo não sobreviveria, assim, de forma consensual e revelaria que o projeto de desencantamento da política pela economia, como exposto no primeiro capítulo, alcançou seu limite. Um dos resultados parece ter sido que sua crise – e as próprias críticas recebidas por sua aparente contribuição enquanto elemento causador da crise financeira – foi adiada ou acomodada (DAVIES, 2014).

Em linha com este raciocínio, Andrade (2019) entende que “o neoliberalismo não consegue existir de maneira pura nem pode desfazer completamente as formações sociais e institucionais que lhe precedem, precisando parasitá-las para sobreviver” (ANDRADE, 2019, p. 10). Sua natureza híbrida lhe confere, assim, um caráter de incompletude e de constante adaptação – podendo sempre culpar o

Estado ou outras formações políticas, sociais ou institucionais por crises que seu ativismo desencadeia.

Enquanto governamentalidade, o neoliberalismo pode, ainda, oferecer-se como solução para os desencantos que ele próprio constrói e, assim, seguir justificando-se. Seria por meio desta racionalidade que os atores corporativos, financeiros e políticos seguiram atuando na mesma direção depois de 2008. A manutenção do status quo parece ter sido uma escolha consciente de um sistema que passara por autocríticas um tanto cínicas sem romper sua hegemonia (ANDRADE, 2019).

Isto pode levar-nos a retomar o diagnóstico de um “neoliberalismo zumbi”, reforçado pelo fato de que sua ideologia passou a funcionar não mais de acordo com seu ímpeto apenas – mas sendo amparado através de diferentes formas de intervenção. A transformação de sua autoridade normativa parece ter estrategicamente adaptado algumas de suas condições fundantes, como a substituição da figura do Estado soberano por sua ordem executiva e explicitação da competitividade individual, baseada no interesse próprio – vagamente definido (DAVIES, 2014).

Dardot e Laval (2013) entendem que isso seria representativo de uma “radicalização neoliberal”, em oposição ao que se poderia esperar, no contexto da crise financeira, de uma “moderação pós-neoliberal”. Sua hipótese parte do pressuposto de que a crise de 2008 representou o fracasso da transferência da responsabilidade de regulamentação financeira do poder público para o privado e o forte estímulo à concorrência interna e à tomada de riscos cada vez maiores (DARDOT; LAVAL, 2013).

Para estes pensadores, “a maneira como a crise de 2008 foi provisoriamente superada, com uma inundação de moeda especulativa emitida pelos bancos centrais, mostra que a lógica neoliberal escapa de maneira extraordinariamente perigosa” (DARDOT; LAVAL, 2009 p. 8). Assim, para estes teóricos, a recessão não foi suficiente para decretar o fim do neoliberalismo; na verdade, revelou uma grande capacidade de adaptação e autofortalecimento ao atuar como um modo de governo

– priorizando as classes dominantes mesmo que tornando flagrantes os retrocessos sociais e econômicos para o grosso das populações<sup>14</sup>.

Rodrik (2012) argumenta que não ficou claro, no contorno da Grande Recessão, se os problemas que desencadearam a crise financeira foram adequadamente solucionados. Ele entende que as regiões superavitárias do globo retornaram e mesmo expandiram as políticas que estiveram relacionadas à geração dos desequilíbrios que contribuíram para a ruptura de 2008, enquanto outras debilidades, como a aparente incapacidade de os atores financeiros regulatórios acompanharem as atividades dos mercados financeiros globalizados, seguiram contaminando a economia global (RODRIK, 2012).

Neste sentido, pode-se entender que as teses que enxergaram o fim do neoliberalismo confundiram a dinâmica ideológica da implantação das políticas neoliberais com a prática efetiva do receituário liberalizante. Seria por este motivo que a racionalidade neoliberal predomina e orienta a conduta dos governos, das empresas e dos indivíduos, à imagem da lógica de funcionamento dos livres mercados, mesmo sob o descrédito que paira sob sua ideologia. Antes de promover o “retorno do Estado”, nos moldes do ativismo Keynesiano, ou alguma outra alternativa, como imaginaram segmentos da economia e da mídia, a crise de 2008 parece ter representado para o neoliberalismo uma renovação enquanto modo de governar as sociedades (DARDOT; LAVAL, 2009).

Ao fim, partindo-se da caracterização de neoliberalismo como um processo de inoculação de políticas econômicas liberalizantes através de um ativismo Estatal específico, não parece haver elementos de ruptura suficientes para declarar o fim de sua hegemonia a partir da crise de 2008. Mais que isso, o neoliberalismo parece ter-se adaptado ao cenário que se colocou sobre as economias e sociedades do globo e valeu-se da própria crise – entendida no sentido de governamentalidade – para fortalecer os mecanismos pelos quais opera em favor da classe capitalista e consolida, no contexto de fins dos anos 2000, políticas fiscais de austeridade incompatíveis com a recuperação da renda e do emprego em um horizonte de mais curto prazo.

---

<sup>14</sup> Dados do Banco Mundial revelam que indicadores como renda per capita, concentração de renda e riqueza e desigualdade social pioraram nas décadas a partir de 1980 na comparação com os registros dos anos anteriores, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial.

#### **4 A CRISE ECONÔMICA DA PANDEMIA E AS DISCUSSÕES SOBRE O FIM DO NEOLIBERALISMO**

O debate acerca da crise do neoliberalismo e a transição para um novo regime de acumulação voltou a tomar a atenção de teóricos e mesmo da mídia em ocasião da crise econômica originada pela pandemia do coronavírus, amplificada pelo distanciamento social, gargalos estruturais e rupturas de cadeias globais de valor, e da hesitante resposta contracíclica à recessão que perdura desde então. O enfrentamento inicial dos Bancos Centrais das principais economias industrializadas ao choque da pandemia foi um esforço expansionista de política econômica fiscal e monetária (PUEHLER, 2021) – através de programas e pacotes de auxílio econômico e social.

Deste contexto reemergem e se renovam as discussões acerca da “presença” do Estado na economia, com o retorno das hipóteses que antecipam o fim do paradigma neoliberal ou mesmo evocam o Estado de bem-estar social do pós-segunda guerra (RUGITSKY, 2020). De qualquer modo, o impacto produzido pela crise do coronavírus parece ter reafirmado o papel do Estado enquanto entidade viabilizadora da acumulação de capital.

Não está claro, no entanto, a extensão até a qual os Estados atentarão às necessidades do desenvolvimento social e sustentável ou tenderão a retomar uma trajetória monetarista de saúde fiscal e austeridade conservadora. Em outras palavras, a crise causada pela pandemia de coronavírus parece dar continuidade ao debate que ganhou força a partir do choque de 2008 e pode aprofundar a transformação do ativismo Estatal hegemônico. Resta entender se as prioridades que emergem das respostas dos governos à crise são suficientes para decretar a superação do neoliberalismo ou se são condizentes com medidas anticíclicas efêmeras, pontuais e sob medida – lastreadas nos aprendizados e adaptações da racionalidade neoliberal que sobreveio à crise financeira de 2008.

Neste sentido, é interessante notar que o argumento de crise do neoliberalismo vis-à-vis o choque da pandemia parece apresentar-se em duas frentes. De um lado estariam, como se pretende recuperar neste capítulo, os impactos econômicos da crise da pandemia e as principais respostas dos governos às repercussões negativas sobre os níveis de emprego e renda agregados. Entende-se que as políticas de estímulo adotadas estiveram inseridas em um

contexto de retomada da atividade econômica remanescente da superação provisória e em processo de consolidação da última grande ruptura.

Esta, por sua vez, não parece ter representado para o neoliberalismo sua superação, em se considerando o viés da “economização” – o que sugere que a própria racionalidade neoliberal, modificada por aquele processo crítico, esteve e está sendo responsável, à sua maneira, por dar cabo da crise instaurada a partir de 2020. Este enfrentamento seria marcado por um ativismo centrado em pacotes fiscais, sociais e do que passou a ser concebido como o *Green New Deal*, dando certa voz a uma demanda de que o sistema fosse radicalmente transformado e não mais remendado (RUGITSKY, 2020; RODRIK, 2020b).

De outro lado, a hipótese de crise hegemônica à luz da pandemia observa a percepção da trajetória neoliberal como elemento causador do choque econômico. A ignição desta que é a segunda “maior crise econômica global da história” em pouco mais de uma década seria, no entanto, a crise sanitária global – que tem sido apontada por observadores como sendo originada na perturbação ambiental causada pela superexploração industrial e amplificada pela fragilização das estruturas físicas e institucionais de saúde pública como um corolário direto de décadas de políticas neoliberais (SAAD-FILHO, 2020; RODRIK, 2020, SUMONJA, 2021).

Através da recuperação crítica destes tópicos, o presente capítulo tem por objetivo apresentar e contextualizar o debate sobre o (novo) fim do neoliberalismo. O que parece ter-se evidenciado é que a irrupção da pandemia – e a parada da economia global – novamente trouxeram à tona as limitações do molde neoliberal e a não resolução de muitos dos elementos que causaram a crise de 2008.

Espera-se que este esforço contribua para destacar com mais clareza os elementos que permitiram questionar se o neoliberalismo teria, de uma vez por todas, encontrado seu fim. Esta análise conclui parcialmente a jornada a que esta dissertação se pretende de contextualizar o debate recente da ruptura da hegemonia neoliberal à luz das duas principais crises econômicas globais de nosso tempo. Outras reflexões, complementares às desenvolvidas até aqui, serão apresentadas no quarto e último capítulo deste trabalho.

Começemos por uma breve retrospectiva dos principais impactos econômicos da crise da pandemia e como surgiram – e quais são – os elementos que motivaram

economistas, observadores e segmentos da mídia a retomar do debate sobre o fim do neoliberalismo.

#### **4.1 A crise da pandemia – e agora sim o fim do neoliberalismo?**

O relatório de dezembro de 2020 do Instituto de Pesquisa do banco *Credit Suisse*<sup>1</sup> considerou a crise da pandemia um choque econômico exógeno e bem definido, que poderia ser remediado com políticas e medidas direcionadas e específicas. Neste sentido, se poderia esperar que os efeitos negativos no longo prazo sejam tanto quanto ou mais severos que aqueles resultantes de desequilíbrios econômicos prolongados, como os que causaram a crise financeira de 2008, por exemplo.

Para Tooze (2021), enquanto a crise de 2008 foi motivada pelos excessos do setor bancário e da securitização hipotecária, a crise da pandemia abateu o setor financeiro de forma circunscrita. No entanto, a fragilidade do sistema teria sido gerada pela própria dinâmica interna capitalista – deixando expostos não apenas os bancos, como há pouco mais de 10 anos atrás, mas sim os mercados e praças financeiras inteiros (TOOZE, 2021).

Já para Sumonja (2021), a crise da pandemia não poderia ser considerada um choque exógeno a um sistema até então funcional – na medida em que o aumento na frequência entre populações humanas da presença de vírus como o SARS, H1N1 e o próprio Covid-19 é apontado por especialistas como um resultado previsível dos impactos devastadores da exploração agroindustrial de ecossistemas naturais, e não como uma série de eventos isolados. A ocupação e desmatamento operada por empresas de grande porte, principalmente nos setores alimentares e agrícolas, parece favorecer o transbordamento de patógenos antes contidos pelo seu habitat natural (SUMONJA, 2021).

Saad-Filho (2020) e Rodrik (2020) também argumentam que, embora o Covid-19 seja de fato um vírus relativamente novo e que seria impossível prever a proporção da pandemia que nos acometeu, a probabilidade da irrupção de uma emergência sanitária já era conhecida por especialistas mundo afora – inclusive considerando o mercado de animais silvestres do sudeste chinês (SAAD-FILHO, 2020; RODRIK, 2020). Rodrik (2020) ainda aponta que a Organização Mundial da

---

<sup>1</sup> What will last? The long-term implications of COVID-19 (2020).

Saúde esteve dedicada nos últimos quinze anos à revisão e modernização de sua estrutura global de resposta a contágios de grandes proporções, especialmente à luz de respostas limitadas em episódios anteriores como a epidemia de SARS em 2003 (RODRIK, 2020).

Harvey (2020) apresenta uma opinião radical neste sentido, argumentando que a pandemia parece ter sido uma vingança da natureza aos mais de 40 anos de um extrativismo neoliberal predatório e desregulado (HARVEY, 2020). Este ponto de vista permite inferir certa causalidade entre ativismos econômicos operacionalizados em detrimento do cuidado ambiental e da sustentabilidade e ocorrências cada vez mais frequentes de emergências sanitárias de variadas escalas demográficas.

Para Saad-Filho (2020) torna-se evidente, assim, que a crise econômica e de saúde pública não encontra causas apenas em falhas de planejamento e enfrentamento; antes, ela reflete escolhas políticas, ilustradas pela gritante subestimação do vírus e sua capacidade de contágio e do desmantelamento deliberado das capacidades estatais. Este último elemento poderia ser ligado à racionalidade de mercado e sua “eficiência superior”, que acabou resultando em processos de desindustrialização através da globalização da produção e na fragilização das estruturas financeiras internacionais em benefício de ciclos de lucratividade de curto prazo (SAAD-FILHO, 2020).

Esta herança, ainda segundo o autor, favoreceu que a emergência da pandemia do coronavírus atingisse economias fragilizadas e vulneráveis – amplificando a magnitude do choque econômico e de saúde pública, sem precedentes na história moderna. Em outras palavras, o Covid-19 não acometeu uma economia global saudável e próspera: ela já demonstrava sinais de estagnação entre fins de 2019 e início de 2020, ainda na esteira da fraca recuperação da crise financeira de 2008. A pandemia abateu-se sobre as economias desenvolvidas e periféricas de forma indiscriminada, expondo fraturas e vulnerabilidades e exercendo impactos desproporcionais nos países de baixa renda, e provavelmente imprimirá consequências de mais longo prazo no capitalismo global (SAAD-FILHO, 2020).

Tooze (2021) também entende que as condições globais antes da emergência da pandemia eram frágeis e sinalizavam que 2020 seria um ano de baixo crescimento econômico (TOOZE, 2021). Solty (2020) comenta que a trajetória do PIB global, das taxas de lucros, do nível de capacidade ocupada e o volume de horas trabalhadas já antecipavam um quadro global recessivo – tendo alguns países

industrializados experimentado as menores taxas de crescimento desde 2009. Entre os fatores e contextos que contribuíam para um estado de estagnação estariam o conflito comercial entre EUA e China, a desaceleração do PIB global em 2019 e os últimos instantes das negociações pelo Brexit, além da escalada na crise civil síria e a iminência de uma crise de refugiados (TOOZE, 2021).

Em face ao aprofundamento da pandemia, com o intuito de refrear a circulação do vírus, efetivamente salvar o maior número de vidas possível e impedir um colapso dos sistemas de saúde e atendimento, os países decretaram *lockdowns* e paralisaram diversas atividades econômicas – em especial as intensivas em contato físico. Tanto quanto necessárias, estas medidas impactaram profundamente os mercados de trabalho e os níveis de emprego e renda das populações.

Com a redução das horas trabalhadas e o aumento dos níveis de desocupação e desemprego, as cadeias globais de valor foram interrompidas, afetando negativamente a produção e as receitas privadas – arrastando consigo os patamares de demanda agregada e os resultados das bolsas de valores mundo afora (SUMONJA, 2021).

Neste sentido, para Saxer (2020), a crise da pandemia revelou quão vulnerável e dependente a economia global tornou-se da hiper-globalização. Em um mundo conectado, a epidemia alastrou-se rapidamente e com as medidas de enfrentamento físico adotadas houve a interrupção dos fluxos comerciais e financeiros entre os países – expondo as fragilizadas dos mercados e das instituições que neles buscavam inspiração para fomentarem a concorrência e a lucratividade típicas da racionalidade neoliberal (SAXER, 2020).

O relatório da Organização Internacional do Trabalho de janeiro de 2021 corrobora a magnitude destes impactos no ano de 2020. Segundo o documento<sup>2</sup>, houve uma redução de 8,8% nas horas de trabalho globais naquele ano em comparação com o último trimestre de 2019. Em termos relativos, esta perda é aproximadamente quatro vezes superior ao registrado na crise financeira de 2008. Parte desta redução de horas de trabalho é explicada pela contração da jornada de trabalho de quem manteve seu emprego; outra parte, no entanto, deveu-se à perda de empregos em um patamar sem precedentes na história: aproximadamente 114 milhões de pessoas foram atingidas. Destas, 81 milhões (ou 71%) entraram para as

---

<sup>2</sup> Monitor OIT: COVID-19 e o mundo do trabalho (2021).



estatísticas da inatividade – quando, em desesperança, deixaram de procurar emprego ou não conseguiam colocação dadas as medidas de distanciamento impostas pelas restrições de combate à pandemia.

O relatório aponta ainda que estas perdas somadas representaram uma redução de 8,3% na renda global do trabalho em 2020, o equivalente a US\$ 3,7 trilhões (ou 4,4% do PIB global). O setor de hospedagem e alimentação, por exemplo, figurou como um dos mais afetados, registrando uma redução de mais de 20% no número de postos de trabalho ativos. Em contraste, alguns setores intensivos em mão de obra mais qualificada, como o de comunicações, finanças e seguros registraram leve crescimento ainda em 2020 – o que favoreceu a geração de impactos assimétricos entre indústrias e países, bem como a acentuação das desigualdades entre as economias do globo.

Dados do Banco Mundial divulgados em junho de 2020<sup>3</sup> contribuem para reforçar os desdobramentos díspares da recessão global causada pela pandemia. Muitos dos países emergentes e economias em desenvolvimento já vinham experimentando baixas taxas de crescimento antes da crise e estiveram comparativamente mais expostas aos efeitos deletérios sobre a dimensão social na medida em que possuem largos segmentos na informalidade. Estes, por sua vez, representam uma estimativa de uma terça parte do PIB e até 70% do total de empregos nestas economias menos desenvolvidas.

O relatório do Banco Mundial de 2020 previa ainda uma contração do PIB global de 5,2%<sup>4</sup> para aquele ano – a maior recessão em décadas, apesar das medidas de enfrentamento extraordinárias adotadas pelos países nos fronts fiscal e monetário. O diagnóstico apontava ainda para efeitos de mais longo prazo profundos com menores taxas de investimento, perda de capital humano – tanto do ponto de vista estrito quanto do trabalho e da educação – e a fragmentação das cadeias globais de valor.

A contração do trabalho e da renda per capita no ano da pandemia atingiu a maior proporção de países globalmente desde pelo menos 1870. No ano de 2020, 92,9% dos países entraram em recessão; comparativamente, em 2009, registrou-se

---

<sup>3</sup> The June 2020 Global Economic Prospects (2020).

<sup>4</sup> Encerrado o ano de 2020, a revisão estatística do Banco Mundial apontou para uma contração do PIB global de 3,4% em relação a 2019 – enquanto cálculos do FMI registraram uma queda de 3,1%. Ambos os dados reiteram, ainda assim, a maior desaceleração global em décadas e sugerem que as rápidas intervenções econômicas dos países foram determinantes para evitar uma contração ainda maior como apontavam as previsões.

uma proporção de 61,2% do total das nações e de 83,7% em 1931, no auge da Grande Depressão. Dentre os países afetados, os impactos revelaram-se assimétricos entre os níveis de desenvolvimento econômico: as economias avançadas encolheram cerca de 7% e o grupo de países emergentes contraiu 2,5%<sup>5</sup>.

Em outro relatório de 2020<sup>6</sup>, o Banco Mundial destaca o impacto humanitário da crise causada pela pandemia. Suas estimativas apontam que pelo menos 88 milhões de pessoas passaram a integrar as populações globais que vivem abaixo da linha da pobreza; este número, no entanto, poderia chegar a 115 milhões de pessoas. Os efeitos da privação alimentar, sanitária e educacional serão sentidos no longo prazo – sendo estimado que os efeitos da evasão escolar e déficits de aprendizado, isolados, poderiam chegar a perdas de até US\$ 10 trilhões (ou 10% do PIB global) nas próximas décadas.

A combinação dos argumentos que enxergam a fragilização do sistema capitalista enquanto herança de décadas de neoliberalização e da superação provisória da crise de 2008, com a faísca produzida pela crise sanitária e recessão que dela decorreu parece ter estimulado o retorno do debate sobre a crise final do neoliberalismo enquanto conduta hegemônica. A estes elementos somaram-se outras observações, de cunho político e sociológico, que enxergaram na emergência da crise, na resposta dos Estados e na preleção de eventos externos rupturas suficientes para destacar uma vez mais que a era neoliberal teria chegado a seu fim.

Neste momento da pandemia, menos frequentes parecem ser os argumentos que enxergam a superação do neoliberalismo. Stiglitz (2019a) esteve convencido que a hegemonia neoliberal, pela ótica dos mercados auto-regulados, pela desregulação das relações de trabalho, financeirização e globalização – e por ter produzido estagnação e concentração de riqueza – teria encontrado sem fim na emergência da crise da pandemia (STIGLITZ, 2019a).

Seu argumento é de que as décadas anteriores produziram tão somente paralizações na economia global e uma tendência declinante na renda, principalmente das populações já marginalizadas. Este cenário teria sido agravado pela instabilidade financeira e pela degradação ambiental recentes, cujas origens se encontram nos próprios mercados mundiais. Neste sentido, estes mesmos mercados

---

<sup>5</sup> Fonte: The June 2020 Global Economic Prospects (2020).

<sup>6</sup> 2020 The Year in Review, divulgado em dezembro de 2020.

– ou a racionalidade que inspira o ativismo das principais economias – não teriam condições de, por si só, promover a recuperação a partir da crise sanitária como elemento deflagrador do caráter insustentável do sistema capitalista neoliberal (STIGLITZ, 2019b).

Rugitsky (2020a) também argumenta nesta linha de que o neoliberalismo acabou produzindo as condições para sua própria superação. O observador entende que em 2008 as hipóteses colocadas sobre o fim da hegemonia liberal foram precipitadas, mas que a magnitude econômica e social da crise promovida pela pandemia do coronavírus permitem argumentar com mais segurança que o tempo atual já se encontra em transição para um novo sistema de pensamento (RUGITSKY, 2020a).

Sua argumentação adverte que as mudanças provocadas pela pandemia e seu enfrentamento na economia, na sociedade, na política e mesmo na subjetividade são ainda muito recentes para realizar uma previsão efetiva em relação à transformação em curso. Sua hipótese encontra subsídios nos eventos globais de larga escala que precederam a crise de 2020, como a Grande Recessão de 2008, os protestos e manifestações observados a partir dos anos 2010, que teriam colocado as condições para que uma próxima ruptura fosse suficiente para a derrocada da hegemonia neoliberal. Neste sentido, Rugitsky (2020b) defende que a pandemia e a combatividade dos ativismos Estatais deverá levar à superação do neoliberalismo – o que colocaria o tempo presente na condição de um interregno gramsciano, onde o antigo já morreu mas o novo ainda não nasceu (RUGITSKY, 2020b).

Por outro lado, Slobodian (2020) entende que pode ter-se tornado relativamente rotineiro, à luz de choques de variadas proporções, a colocação da hipótese de fim do neoliberalismo. Sua argumentação recupera outros eventos quando este debate também veio à tona, como a crise financeira asiática de 1997 – à qual grandes segmentos da literatura acadêmica atribuem a adoção pragmática do Consenso de Washington -, a crise financeira de 2008, a eleição de Donald Trump nos EUA em 2016 e o Brexit, iniciado em 2017 (SLOBODIAN, 2020).

Para Plehwe, Slobodian e Mirowski (2020) o debate sobre o fim do neoliberalismo extrapolou os limites da academia e inseriu-se também na mídia, *think tanks* e até mesmo nas redes sociais – o que contribuiu para amplificar a discussão e, de certa forma, banalizá-la. Os pesquisadores também reconhecem

uma maior frequência neste debate em ocasião da eleição de Trump e na crise de 1997, identificando ainda a guinada à esquerda na América Latina iniciada por Evo Morales em 2003 e o colapso financeiro global em 2008 – voltando a ter destaque nos obituários no advento da crise da pandemia (PLEHWE; SLOBODIAN; MIROWSKI, 2020).

Doherty (2020), neste sentido, argumenta que 2008 na verdade assistiu a um aprofundamento da intervenção governamental pró-negócios, voltada a recuperar e garantir a perpetuação da racionalidade de mercado. Passando por esta quase-ruptura, o neoliberalismo teria enfrentado novo teste com as eleições estadunidenses de 2016 e com os movimentos de desintegração do bloco europeu a partir de 2017 (DOHERTY, 2020).

É interessante notar que, de acordo com este autor e com Slobodian e Plehwe (2018), a hipótese de crise final do neoliberalismo à luz da ruptura de 2020 parece relacionar-se de forma significativa com estes elementos de cunho político observados em argumentações como as mencionadas nesta seção. Para estes autores, a colocação do debate a partir de Trump e do Brexit são fundamentais para contextualizar, verdadeiramente entender e mesmo avaliar a viabilidade dos argumentos que relacionam a crise de 2020 à superação da hegemonia neoliberal (DOHERTY, 2020; PLEHWE; SLOBODIAN, 2018).

Neste sentido, cabe mencionar que desde o advento da crise da dívida pública europeia em 2009, tem sido frequente encontrar descrições da União Europeia como sendo um bastião do neoliberalismo. Na visão de Slobodian e Plehwe (2018), no entanto, os acadêmicos, observadores e empresários ligados ao movimento neoliberal desde os anos 1990 tem sido críticos – e não defensores – do bloco europeu. Por sobre esta ojeriza à UE, aqueles afeitos ao neoliberalismo comemoraram a saída do Reino Unido da organização e reconheceram a compatibilidade das políticas migratórias com a racionalidade neoliberal, congruentes no sentido de visualizar as pessoas como ativos – de maior ou menor valor (PLEHWE; SLOBODIAN, 2018).

Já em relação à eleição de Donald Trump nos EUA de 2016, representativa da escalada ao poder de extremas-direitas em outros países – como nas Filipinas (Duterte, em 2016) e, anteriormente, na Turquia (Erdogan, até 2014) e na Hungria (Orbán, 2010) -, parece revelar um atravessamento de elementos fundantes do neoliberalismo e do ultraconservadorismo (RUGITSKY, 2020b). Os argumentos

neste sentido defendem que estes dois sistemas assumem por vezes ambas as faces de uma mesma moeda, sendo sua relação, simultaneamente, contraditória e parasitária (RUGITSKY, 2020b).

Uma característica marcante deste debate é que há argumentos que inferem que o neoliberalismo e as extremas-direitas retroalimentam-se e outros, no entanto, entendem que a hegemonia neoliberal deu lugar precisamente à emergência de novos conservadorismos. Brown (2019) busca entender exatamente esta relação entre nacionalismos e o neoliberalismo, avaliando como a política neoliberal contribuiu para a ascensão da direita antidemocrática – também agregando o argumento da antipolítica e do discurso anti-sistêmico, que teria sido um ponto em comum entre os sistemas de pensamento neoliberais e ideologias de extrema-direita (BROWN, 2019).

De todo modo, estas argumentações estiveram inseridas nos debates sobre o fim do neoliberalismo no passado recente, ainda que parecem ter assumido um diagnóstico incompleto da racionalidade neoliberal – tal qual ocorreu em 2008 – no sentido de subestimar ou mesmo ignorar a capacidade de adaptação do sistema neoliberal ao contexto em que se insere e a elementos de outras ideologias (DOHERTY, 2020).

Para Sumonja (2021), muitas destas interpretações incorretas afirmaram que o neoliberalismo havia encontrado seu fim com a pandemia ao tomá-lo como uma espécie de “Keynesianismo emergencial” – já que os Estados e não os mercados teriam salvado a economia. Esta argumentação seguiria calçada na interpretação ingênua de neoliberalismo como uma retórica anti-Estado e não seria condizente com a extensão e profundidade com o qual sua racionalidade toca os ativismos econômicos e as subjetividades – não sendo, portanto, possível concluir pela sua superação (SUMONJA, 2021).

Da forma similar, Salgado (2021) entende que, em oposição às visões de que a crise da pandemia teria representado para o neoliberalismo seu fim, se tomado pelo conjunto de práticas e mecanismos institucionais que pretendem blindar o funcionamento de mercado da deliberação popular, a hegemonia neoliberal não foi rompida. Sua argumentação se dá pela observação de que as medidas de enfrentamento estiveram mais interessadas em resguardar as margens de lucros dos bancos e grandes corporações do que os salários e sistemas de bem-estar, de certa forma viabilizando através da crise um aprofundamento, e não um

equacionamento, da concentração de renda. Em outras palavras, o Covid-19 não teria sido suficiente para encerrar a era neoliberal; ao fim, foi uma demonstração de sua força (SALGADO, 2021).

Outros observadores e teóricos, entendendo que as declarações de óbito do neoliberalismo diante da crise de 2020 foram superestimadas, buscaram entender como o regime de acumulação neoliberal aparenta ter sido impactado. Para Callison (2019) e Lapavitsas (2020) a pandemia catalisou novas mutações na dinâmica do desenvolvimento global e alterou o balanço entre os Estados e os mercados – enquanto para Sumonja (2021) e Tooze (2021) a crise da pandemia revelou os riscos e fragilidades do regime de acumulação neoliberal.

Estes elementos parecem fazer-se presentes desde a crise financeira de 2008 e são parcialmente apontados nos argumentos de superação provisória da Grande Recessão, da qual emergiu uma ideologia neoliberal transfigurada e análoga à condição de morto-vivo (CALLISON, 2019; SUMONJA, 2021). A renovada contestação da hegemonia neoliberal, datada de 2020, parece assumir a forma de um novo ponto de inflexão, um confronto à ortodoxia econômica pregada desde os anos 1980 e uma contraposição à hegemonia da liberalização, desregulação e privatização seguindo o princípio da competição (DEBIEL; ROUSSELIN, 2022).

Doherty (2020) entende, assim, que as medidas de enfrentamento da crise da pandemia implementadas pelos Estados contradizem sua aderência a esta supremacia dos mercados – na intenção de promover um retorno ao “normal” e demover as populações dos auxílios sociais ativados na situação de emergência. O compromisso pela manutenção da racionalidade liberal teria passado pela resistência que diversas economias apresentaram em implementar ou estender sistemas de renda básica universal ou subsídios salariais – amplamente difundidos no conjunto de políticas anticíclicas (DOHERTY, 2020).

Neste sentido, Sumonja (2021) enxerga uma tendência dos Estados neoliberais de justificar medidas conservadoras e austeras, necessárias, segundo seu diagnóstico, para estimular a atividade privada e conduzir a força de trabalho global, por meio do combate ao vírus (SUMONJA, 2021). Se esta seria uma amostra da sobrevida da racionalidade neoliberal, restaria entender como estas tendências recentes podem modificar, reestruturar ou estender a hegemonia neoliberal – mapeando as mutações do capitalismo financeiro e reconsiderando as interrelações

entre o neoliberalismo, seu entorno e as forças que a ele se opõem (CALLISON, 2019).

Vejamos a seguir como o ativismo neoliberal remanescente deu cabo da emergência destes elementos contraditórios e do enfrentamento da crise da pandemia, a fim de aprofundar a contextualização do debate sobre a ruptura ou transformação do atual paradigma econômico.

#### **4.2 O ativismo econômico Estatal no contexto da crise da pandemia**

Além do viés econômico, a crise do coronavírus representou um dos mais profundos e abrangentes choques sociais e sanitários da história. Após a declaração da Organização Mundial da Saúde, em março de 2020, de que o aumento de infecções e mortes em decorrência do Covid-19 configuraria uma situação de pandemia, grande parte dos países adotaram medidas econômicas e de saúde pública como tentativas iniciais de mitigar os efeitos mais imediatos do contágio e da queda na atividade economia global.

Para Orair e Soares (2021), “após alguma hesitação inicial, a maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento passou a anunciar e a adotar uma série de medidas com vistas a: i) reduzir a mobilidade e o contato entre pessoas para diminuir as chances de transmissão do vírus causador da doença; ii) reforçar seus sistemas de saúde para enfrentar a pandemia; e iii) proteger empresas, empregos e famílias dos impactos negativos dos choques sanitário, econômico e social” (ORAIR; SOARES, 2021).

Em relação às primeiras medidas de enfrentamento, principalmente as que determinaram sistemas de lockdown e quarentenas, Frey (2020) também identifica certa hesitação por parte das autoridades em reconhecer a gravidade da epidemia e a proporção da ação necessária. Nos momentos iniciais do contágio, muitos países e interlocutores consideraram que as medidas de isolamento social não apenas colocariam a economia sob pressão como revelariam as condições dos sistemas de saúde pública – degradadas por décadas de políticas neoliberais. Uma das alternativas aventadas foi seguir a lógica da imunidade de rebanho, que nada mais representaria do que a possibilidade de os governos delegarem a responsabilidade da gestão da crise e culparem o vírus, e não sua própria ação, por eventuais colapsos dos sistemas de saúde. Nesta esteira, seria viável ainda responsabilizar as

pessoas infectadas por não respeitarem as orientações relacionadas à quarentena (FREY, 2020).

Para Saad-Filho (2020), a tentativa de aplicar a estratégia da imunidade de rebanho inevitavelmente impactaria na eliminação daqueles e daquelas em idade avançada, social e economicamente marginalizados e com saúde frágil. A hesitação em impor quarentenas objetivas e voluntárias e a minimização da crise sanitária, logo de início, pareceu revelar a preocupação em afetar as margens de lucros do regime de acumulação e ainda em admitir que os Estados podem ter um papel ativo na dinâmica social em benefício do bem-estar das massas<sup>7</sup> (SAAD-FILHO, 2020).

Solty (2020) e Sumonja (2021) destacam ainda a aparente intenção de proteger a confiança dos investidores e praças financeiras e os esforços políticos por manterem os candidatos da situação, citando especialmente o caso de Trump nos EUA – quem alterou a abordagem em relação à pandemia, reforçando a necessidade de lockdowns e passando a propor pacotes de estímulo, apenas quando a bolsa de valores estadunidense registrou forte queda em março de 2020 (SOLTY, 2020; SUMONJA, 2021).

Se a escalada da pandemia urgiu autoridades de todo o globo a implementarem mecanismos de contenção, do ponto de vista econômico foram adotadas medidas de enfrentamento inspiradas diretamente nas lições da Grande Recessão (TOOZE, 2021). Em 2020, a expansão dos gastos públicos, a redução de tributos, as intervenções dos bancos centrais e as políticas monetárias e fiscais como um todo pareceram ser adotadas ainda mais prontamente – revelando a manutenção de certo tipo de ativismo econômico, remanescente daquele não tão longínquo choque financeiro, e inspirando a retomada de discussões no campo teórico, como elementos da escola Keynesiana e da Teoria Monetária Moderna (SALGADO, 2021).

À luz da magnitude de um preocupante prospecto recessivo, o Banco Mundial, em relatório citado anteriormente<sup>8</sup>, destacou a urgência de aprovar e implementar medidas voltadas ao fortalecimento dos serviços de saúde, a subsidiar a demanda e a renda das famílias e a apoiar o setor privado. Sua ação pareceu dar

---

<sup>7</sup> Saad-Filho qualifica como competente e sensível o enfrentamento implementado por Jacinda Ardern na Nova Zelândia, Angela Merkel na Alemanha, Mette Frederiksen na Dinamarca, Katrín Jakobsdóttir na Islândia, Alberto Fernández na Argentina e António Costa em Portugal – cuja seriedade contrasta radicalmente com a inação e negacionismo de países como os EUA, México e Brasil (SAAD-FILHO, 2020).

<sup>8</sup> Ver nota de rodapé 6.



cabo também do horizonte de mais longo prazo, promovendo reformas e programas para sustentar a recuperação econômica vis-à-vis o impacto deletério da crise sanitária sobre o regime global. Alinhado a esta perspectiva, o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA)<sup>9</sup> destaca a implementação de políticas fiscais pelos governos para coibir a falência das empresas como isenções tributárias, subsídios para linhas de crédito e renegociação de dívidas e também para oferecer proteção social através de transferências de renda e programas de manutenção do emprego.

Através de dados da OCDE, o relatório identifica as proporções do gasto total dos países com medidas de socorro econômico por destino dos recursos – revelando a priorização da preservação das cadeias produtivas e, como corolário, dos níveis de emprego e renda. Do total de recursos aplicados globalmente, 69,1% dirigiram-se ao socorro às empresas (sendo 31,6% para empresas de grande porte e 15,2% para pequenas e médias), 16,1% voltaram-se ao atendimento das populações, 7,9% diretamente para o fortalecimento da saúde e 6,9% ao suporte a governos nacionais e subnacionais.

De acordo com estimativas do FMI<sup>10</sup>, a resposta dos países na forma de medidas fiscais e financeiras à recessão ainda em 2020 contribuiu para um crescimento de 6 p.p. do PIB global – i.e. a contração do produto teria sido quase três vezes maior na ausência destas medidas de enfrentamento. O Relatório Fiscal da entidade aponta que os esforços fiscais somaram ao todo US\$ 16 trilhões<sup>11</sup>, dos quais US\$ 2,9 trilhões (ou 3% do PIB mundial e 18% dos gastos fiscais totais) foram investidos em ações de proteção social. A título de comparação, o valor representa 4,5 vezes o que foi investido nesta mesma rubrica em ocasião da crise financeira de 2008 (ou um montante de US\$ 653 bilhões). Já no auxílio às empresas, em 2020, os países desenvolvidos investiram em média 27,8% de seu PIB; os países emergentes, por sua vez, destinaram 6,7% de sua produção para tal fim.

Tanto quanto urgente para garantir a sobrevivência das populações – especialmente as mais vulneráveis – e das empresas, a magnitude deste esforço

---

<sup>9</sup> Medidas de Enfrentamento dos Efeitos Econômicos da Pandemia Covid-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha.

<sup>10</sup> Dados do relatório *Fiscal Monitor* de abril de 2021.

<sup>11</sup> Valor correspondente aos montantes investidos desde o início da pandemia até março de 2021. Ainda segundo o relatório, “como parte desse conjunto de ações, as medidas de proteção social visando à preservação do emprego dos trabalhadores, da renda e dos meios de vida das famílias levaram a um rápido, mas temporário, aumento da cobertura desses sistemas ao nível global. Pouco mais de um mês depois do anúncio da pandemia, 151 países haviam anunciado alguma medida de proteção social para mitigar os impactos da crise”.

fiscal contribuiu para o aumento do endividamento dos países. Esta variável também apresentou assimetrias de acordo com o nível de desenvolvimento das economias: enquanto o déficit fiscal dos emergentes passou de uma média de 4,8% para 9,8% do PIB, nos territórios desenvolvidos o balanço passou de 2,7% para 11,7% do PIB.

Em 2021, os países seguiram reforçando seus pacotes de estímulo econômico, adaptando-os aos avanços da vacinação, aos controles de circulação e às respostas sobre a atividade que as medidas contracíclicas produziram até aqui. As maiores economias foram as que, via de regra, apresentaram os pacotes mais agressivos, especialmente no período imediatamente após a declaração de situação pandêmica e dos primeiros *lockdowns*. Por outro lado, como defende Ramonet (2020)<sup>12</sup>, as contenções de gastos públicos em saúde nas últimas décadas, na forma de medidas de austeridade, representou para o enfrentamento da pandemia uma grande limitação da infraestrutura de saúde e assistência para os países<sup>13</sup>.

O pesquisador aponta que “países com um sistema de saúde público mais estruturados acabaram saindo na frente nas medidas de proteção e ficaram um pouco mais preparados para sair antes do confinamento”. Por outro lado, os países com sistemas de saúde defasados ou subdesenvolvidos acabaram investindo possivelmente mais na forma de enfrentamento do que teriam gasto anteriormente.

Desde aqueles primeiros momentos de 2020, os EUA, por exemplo, viram sua taxa de desemprego pular de 3,5% em fevereiro para 14,7% em abril<sup>14</sup>. A administração Trump aprovou no Senado, ainda em março de 2020, um aporte econômico de US\$ 2,3 trilhões (ou cerca de 9% de seu PIB)<sup>15</sup> – que dividiu-se

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://mondiplo.com/la-pandemia-y-el-sistema-mundo>.

<sup>13</sup> Estudo desenvolvido por pesquisadores de oito universidades brasileiras buscou entender o impacto das contradições e tensões da política neoliberal, materializadas na precarização do trabalho, sobre a saúde mental dos profissionais de saúde no contexto da pandemia. Sua conclusão é de que, “sob a égide da política neoliberal, a pandemia de Covid-19 trouxe um recrudescimento da precariedade do trabalho, influenciando na subjetividade e na saúde mental das trabalhadoras de enfermagem”. Artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/5cWSZKHzsZd7st3FKWRP44z/?lang=en&format=pdf>. Há outros estudos neste mesmo sentido, como o “*Neoliberal disease: COVID-19, co-pathogenesis and global health insecurities*” (disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0308518X211048905>), que conclui que as mesmas práticas, planos e políticas neoliberais aplicadas globalmente em nome do desenvolvimento econômico mostraram-se desastrosas em proteger a saúde pública na ocasião da pandemia.

<sup>14</sup> Fonte: *Trading Economics*. A título de comparação, a taxa de desemprego registrada nos EUA no pior momento da crise financeira de 2008 foi aproximadamente 10%.

<sup>15</sup> Fonte: Medidas de Enfrentamento dos Efeitos Econômicos da Pandemia Covid-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha. A título de comparação, o pacote econômico aprovado pela administração anterior para o enfrentamento da crise de 2008 somou US\$ 830 bilhões entre 2009 e 2019.

principalmente entre socorro às empresas, transferências de renda para a população e ampliação do seguro-desemprego, apoio ao sistema de saúde e à administração dos estados.

Ainda na maior economia do globo, Trump, através de seu *Coronavirus Aid, Relief and Economic Security* (CARES) *Act*, aprovou junto ao seu governo a liberação de empréstimos financeiros do banco central para empresas não-financeiras – instrumento em desuso desde os anos 1930 – e, de forma sem precedentes, o pagamento de auxílios de US\$ 1.200 para cada cidadão estadunidense – com valores adicionais para casais e filhos, começando pelas famílias mais pobres. Estas medidas acompanharam recursos específicos para hospitais e profissionais da saúde, na ordem de US\$ 150 bilhões, e para empresas de pequeno e médio porte, aproximadamente US\$ 370 bilhões (LAPAVITSAS, 2020; SALGADO, 2021).

O pacote de auxílios públicos dos EUA previu ainda benefícios tributários para o setor privado e programas de empréstimos para as empresas de grande porte – além da redução da taxa de juros da economia e a aceleração do *quantitative easing* através da compra de US\$ 700 bilhões em ativos<sup>16</sup>. Já na administração Biden, há o registro do maior pacote de estímulo dos EUA em tempos de paz em mais de um século (CUNHA; FERRARI, 2021). A soma de US\$ 6 trilhões se divide em três pacotes (*Rescue Plan*, de US\$ 1,9 trilhão; *American Jobs Plan*, de US\$ 2,3 trilhões; *American Families Plan*, de US\$ 1,8 trilhão) e avança sobre socorro social, investimentos em infraestrutura e energias limpas e no estímulo e sustentação da demanda doméstica. Para Cunha e Ferrari (2021), o plano Biden mira no horizonte de longo prazo – i.e. vai além de medidas de enfrentamento imediatas ou de ajustamento da atividade econômica: “ela se direciona ao enfrentamento de gargalos estruturais do desenvolvimento econômico nos mercados das tendências atuais”. Não se pode descartar, vale mencionar, o componente geopolítico de contenção da influência econômica e sistêmica chinesa.

O Japão também aprovou recentemente um pacote de estímulo em complemento às medidas de enfrentamento iniciais, no valor de US\$ 490 bilhões

---

<sup>16</sup> Dados da Agência Brasil, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-pandemia>.

(mais de 10% de seu PIB)<sup>17</sup>. O aporte pretende acelerar a recuperação econômica do país através da redistribuição de riqueza, transferências de renda e do estímulo aos pequenos negócios e indústrias consideradas estratégicas. Adicionalmente, o Banco Central japonês renovou o programa de concessão de empréstimos com taxa de juros zero e ampliou a compra de títulos corporativos e ativos de risco no mercado secundário.

A vizinha asiática China, por sua vez, apesar de ser o epicentro da pandemia do coronavírus, foi uma das únicas economias a registrar crescimento real em 2020. Contribuiu a rápida reação dos estímulos públicos, focados em crédito e subsídios às empresas, investimentos públicos em áreas como infraestrutura e logística e a sustentação da demanda agregada e dos níveis de emprego. Adicionalmente, o Banco Central chinês reduziu as taxas de empréstimos e compulsórios, injetando bilhões de dólares na economia<sup>18</sup>. Esta injeção de liquidez alcançou um pico de 8% do PIB no decorrer de 2020.

Já a Zona do Euro registrou uma contração de 6,8% de seu PIB em 2020, sendo que algumas de suas principais economias (Alemanha, França, Espanha e Itália) decresceram às maiores taxas desde o pós-Segunda Guerra – respectivamente 5%, 8,3%, 11% e 8,9% em relação à 2019<sup>19</sup>. Ainda no início de 2020, a União Europeia aprovou a criação de um fundo de € 750 bilhões para socorrer as economias do bloco, parte na forma de crédito e parte a fundo perdido. Paralelamente, ao passo que o Banco Central europeu desempenhou um programa agressivo de compra de ativos que totalizou € 1,1 trilhão em 2020, os países da zona do euro investiram em média 4% de seu PIB com pacotes fiscais naquele mesmo ano.

De um modo geral, as medidas adotadas pelos países e regiões para reduzir os impactos da contração da atividade econômica apresentaram forte mobilização dos Estados na condução de pacotes fiscais e monetários<sup>20</sup>. Ganharam destaque, ainda neste sentido, ações específicas como a suspensão de pagamentos de

---

<sup>17</sup> Dados do El País, disponível em <https://brasil.elpais.com/economia/2021-11-19/japao-aprova-o-maior-pacote-de-estimulo-fiscal-de-sua-historia.html>.

<sup>18</sup> Dados da Agência Brasil.

<sup>19</sup> Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/02/16/O-tamanho-do-rombo-da-pandemia-na-economia-europeia-em-2020>.

<sup>20</sup> O site do FMI dedica uma seção específica para o registro, por país, das principais políticas econômicas implementadas em resposta à crise da pandemia. O monitoramento inclui 197 economias, reúne informações até julho de 2021 e está disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19#B>.

hipotecas e auxílios públicos para folhas de pagamento no Reino Unido, a expansão dos benefícios de creche para famílias de baixa renda e apoio na forma de renda básica para empreendedores na Alemanha, a nacionalização de empresas em dificuldades na França, a compra pública de empresa aérea na Itália e de hospitais na Irlanda (SUMONJA, 2021). Outro elemento em comum foi a articulação de instrumentos bastante diversificados de política econômica, subsidiadas institucionalmente pelos arranjos de cada território<sup>21</sup>.

O relatório *The long-term implications of COVID-19* do *Credit Suisse* aponta que o resultado destes pacotes fiscais, somado à queda nas receitas tributárias provenientes da desaceleração da atividade econômica, contribuiu para o aumento da relação dívida/PIB dos países em 2020. Um debate decorrente da preocupação do pensamento econômico em relação aos efeitos destes elementos é a favorabilidade de um processo inflacionário global. Nos últimos meses de 2020, a aceleração do nível geral de preços retraiu-se nos países desenvolvidos e em muitos dos subdesenvolvidos, embora os confinamentos tenham constituído um choque negativo de oferta.

Neste sentido, o relatório aponta que em 2020 os pacotes fiscais não compensaram completamente a contração da demanda. Isto contribuiu para alargar o hiato do produto, que pressupõe capacidade ociosa e tendências desinflacionárias. Assim, novas medidas fiscais expansionistas apenas favoreceriam um processo inflacionário se aproximassem o PIB real do PIB potencial antes de a oferta agregada conseguir ajustar-se à recuperação da demanda – cenário pouco provável naquele contexto. Além disso, a aprovação de novas rodadas de estímulos fiscais enfrentariam ainda mais resistência política e tenderiam a revelar certa saturação dos gastos privados e um impulso pelo entesouramento (poupança).

Ainda assim, estes obstáculos de mais curto prazo não significavam que a inflação eventualmente não crescesse além do esperado – ou desejado – pelos bancos centrais. Por outro lado, àqueles preocupados com a expansão inédita dos balanços dos BCs e a derrubada das taxas de juros, os registros econômicos

---

<sup>21</sup> Sumonja (2021) e Debiel e Rousselin (2022) exemplificam esta mobilização dos Estados nacionais, para além da expansão do gasto público e da renúncia ocasional das políticas de austeridade, na imposição de lockdowns, na orientação de certos segmentos industriais em relação à produção de respiradores e outros insumos médicos, na restrição ao deslocamento e ao uso de espaços públicos e privados e mesmo no apoio à OMC a, excepcionalmente, suspender as patentes farmacêuticas relacionadas às vacinas contra o Covid-19 (SUMONJA, 2021; DEBIEL; ROUSSELIN, 2022).

mostram que os riscos inflacionários calculados como corolário do QE não se concretizaram na prática.

As pressões inflacionárias que tem sido verificadas recentemente parecem conversar com elementos de custos e restrições no lado da oferta, bem como as crises geopolíticas, amplificado pelo aumento dos preços das commodities, pelos gargalos logísticos manifestados no desarranjo das cadeias globais de valor e com a crise energética que tem ganhado destaque nos continentes europeu e asiático. Analisando as medidas econômicas de enfrentamento da recessão, é possível verificar que as principais economias priorizaram o socorro às empresas – em especial as de grande porte. Alguns instrumentos utilizados para o financiamento das empresas foram empréstimos diretos, cortes tributários, refinanciamentos de dívidas com negociação de garantias e mesmo aquisições patrimoniais (SLOBODIAN, 2020).

Diante do financiamento direto de empresas de grande porte por parte dos bancos centrais, Saad-Filho (2020) entende que abriu-se um precedente para que os recursos fossem indiretamente repassados aos seus acionistas (SAAD-FILHO, 2020). Neste sentido Salgado (2021) argumenta que foram as restrições leves e pouco transparentes sobre o uso que estas corporações poderiam dar aos volumes de crédito obtidos que permitiram um rápido crescimento da acumulação de riqueza – elemento paradoxal diante de uma crise de tamanha proporção, descolando-se fortemente da economia real e seu iminente colapso. Assim, não seria de estranhar que ao mesmo tempo que os níveis de desemprego e desocupação escalavam o globo, com interrupções de produção e quebras de empresas, a riqueza dos bilionários estadunidenses, por exemplo, crescesse 19% entre março e junho de 2020 (SALGADO, 2021)

Sumonja (2021) argumenta em linha com o pensamento referido acima: enquanto os ativismos estatais responsáveis por construir o enfrentamento da crise colocavam medidas de austeridade econômica, viam seus bancos centrais disponibilizar crédito de baixo custo a bancos comerciais para que fossem destinados ao setor privado. No entanto, as empresas, especialmente as de maior porte ou mais estruturadas, parecem ter-se favorecido dos recursos para realizar recompra de ações e remunerar seus acionistas em vez de investir pela manutenção ou criação de empregos (SUMONJA, 2021).

Neste sentido, Rugitsky (2020) entende que as medidas de enfrentamento se destinaram “antes a atenuar a redução dos lucros e resgatar as empresas em dificuldade do que proteger as classes trabalhadoras dos riscos colocados à sua subsistência” (RUGITSKY, 2020). O autor pergunta-se, no entanto, se estas políticas, alinhadas ao receituário econômico neoliberal, seriam apenas temporárias e feitas sob medida para o combate à crise da pandemia – tendendo ao entendimento de que elas dariam lugar a um novo tipo de ativismo, reforçando sua hipótese de que a hegemonia neoliberal foi superada.

Para Cunha e Ferrari (2021), este processo esteve em linha com a crise de legitimidade das políticas de desregulamentação e redução da atuação estatal iniciada na crise financeira de 2008. O ativismo estatal passou a dar-se mais enfaticamente através da política monetária, priorizando o socorro aos atores financeiros em detrimento da economia real – carente de um choque de produtividade e de oportunidades para os indivíduos e empresas de menor porte (CUNHA; FERRARI, 2021).

Sumonja (2021) argumenta que o claro compromisso dos Estados pela preservação dos mercados em detrimento das necessidades mais imediatas das populações nada mais é que uma escolha política em um contexto em que a crise tem sido gerida pela racionalidade neoliberal, remanescente da superação provisória da crise de 2008. Seu propósito parece seguir sendo a manutenção do status quo, que a blinda dos impulsos e pressões pela equalização de oportunidades e democratização do poder político e econômico. Ainda assim, para o autor, é imprescindível tratar a crise de 2020 como uma ruptura orgânica da ordem social na medida em que voltou-se a empregar um conjunto de ativismos transformados pela necessidade de adaptação do sistema hegemônico com vistas à sua própria sobrevivência (SUMONJA, 2021).

De qualquer forma, os efeitos da pandemia do coronavírus parecem ter exigido dos Estados respostas inéditas em termos de magnitude e abrangência de ativismo macroeconômico. Em relatório de novembro de 2021<sup>22</sup>, o FMI aponta que os pacotes fiscais de enfrentamento da pandemia, através dos múltiplos mecanismos implementados, foram econômica e estatisticamente significantes para estimular a atividade da economia real. De medidas emergenciais ao confinamento e

---

<sup>22</sup> The Effects of Fiscal Measures During COVID-19.

distanciamento social e aos pacotes de socorro econômico, verificou-se uma requalificação da ação Estatal; resta saber se esta recalibração tem potencial para durar mais que a própria crise da pandemia. Neste sentido, ganha atenção entre analistas, pesquisadores e veículos midiáticos<sup>23</sup> o debate dos efeitos potencialmente terminais da crise da pandemia sobre o pensamento econômico hegemônico.

Para Harvey (2020), a crise da pandemia expôs as fragilidades dos sistemas de saúde da maioria dos países, resultado de décadas de desaparecimento, principalmente nos países do ocidente, sob a bandeira neoliberal (HARVEY, 2020). Esta herança, para Sumonja (2021), manifestou-se principalmente na privatização de instituições públicas de saúde – que contribuiu sobremaneira para seu subfinanciamento, para a redução das equipes de trabalho disponíveis, das infraestruturas e dos insumos de saúde e revelou o despreparo da indústria de saúde privada em dar cabo da emergência sanitária<sup>24</sup> (SUMONJA, 2021).

Também para Solty (2020) a reestruturação de longo prazo dos sistemas de saúde pública através da redução de seu financiamento é um corolário da racionalidade neoliberal. O corte de recursos seria um reflexo das medidas de austeridade impostas pela ortodoxia econômica em resposta a crises de dívida e à lógica de mercado que prioriza a competição e a acumulação de lucros privados<sup>25</sup> (SOLTY, 2020).

Saxer (2020) e Saad-Filho (2020) também apontam para o desaparecimento da infraestrutura de saúde pública nos países que passaram a abraçar o receituário

---

<sup>23</sup> São exemplos: <https://www.theguardian.com/news/2021/sep/02/covid-and-the-crisis-of-neoliberalism>; <https://studies.aljazeera.net/en/reports/shifting-geopolitics-coronavirus-and-demise-neoliberalism-%E2%80%93-part-2>; <https://socialistproject.ca/2020/04/coronavirus-crisis-and-the-end-of-neoliberalism/>; <https://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/le-covid-19-une-crise-qui-ne-va-rien-changer-1193461>.

<sup>24</sup> Para ilustrar este ponto, Sumonja (2021) aponta para a redução de 50% no volume de leitos hospitalares na Itália entre 1997 e 2015 e de 46 mil funcionários da saúde entre 2009 e 2017 como resultado dos cortes no financiamento do sistema de saúde público impostos pelo regime de austeridade fiscal. Some-se a este cenário a terceirização da produção de equipamentos e insumos médicos em busca de melhores margens e a falta de interesse comercial das empresas do setor em preparar-se para situações emergenciais – o que implicaria manter leitos vazios e estoques cheios ou mesmo investir no desenvolvimento de vacinas (SUMONJA, 2021).

<sup>25</sup> Solty (2020) argumenta que na Itália e Espanha, por exemplo, os impactos da pandemia foram relativamente mais profundos por terem sido alguns dos países forçados a adotar programas severos de austeridade na esteira da recuperação econômica da crise de 2008 – resultando em cortes drásticos dos orçamentos de saúde pública. Na Itália, por exemplo, os gastos públicos em saúde como proporção do PIB teriam passado de 9% para 8,8% entre 2011 e 2016, apesar de sua população ter crescido em 1,5 milhões de pessoas no período. Já na Grécia, país que ficou marcado pelas medidas de austeridade pós-Grande Recessão, os gastos em saúde caíram 22,4% de 2011 a 2016. Cortes de gastos, investimentos e privatizações no setor de saúde aconteceram também em países como Alemanha, UK e USA (SOLTY, 2020).



neoliberal nas últimas décadas. Além dos efeitos diretos de deterioração de equipamentos e redução de profissionais qualificados, adequadamente remunerados e devidamente aparelhados, o toque neoliberal sobre os sistemas de saúde tendeu a favorecer a precarização das condições sanitárias e sociais daquelas populações mais vulneráveis – que possuem pouco ou nenhum plano ou seguro de saúde privados – e sofrem com problemas habitacionais, baixa renda, nutrição inadequada e cargas de trabalho incompatíveis com padrões minimamente salutarés (SAXER, 2020; SAAD-FILHO, 2020).

Se estes elementos seriam ainda um reflexo do neoliberalismo residual, que esteve à prova nas crises e rupturas das décadas que desembocaram no ano de 2020 e parecem ter produzido endogenamente as condições para a irrupção de uma crise sistêmica, é também sob a batuta desta racionalidade que a pandemia e seus efeitos foram enfrentados. Inspirando-se diretamente na pretensa lógica dos mercados, argumentos como o da imunidade de rebanho<sup>26</sup>, neste sentido, pareceram conferir uma renovada justificativa para o despreparo das estruturas sanitárias mundo afora: a epidemia poderia ser mais rapidamente superada se deixada livre de regulações. Este “neoliberalismo epidemiológico” seria capaz de produzir e perpetuar tão somente a fragilidade das massas desassistidas (FREY, 2020).

Em se considerando a trajetória da aplicação de políticas econômicas neoliberais na história recente, pode-se argumentar que um paradigma que já vinha com dificuldades de recompor uma demanda efetiva, com capacidade de absorver os crescentes fluxos econômicos e financeiros, tenderia a apresentar dificuldades de sustentar-se mesmo aos olhos dos investidores e setores privados (HARVEY, 2020). Neste sentido, diante da magnitude e gravidade da crise instaurada a partir de 2020, não foram apenas os bancos e instituições financeiras considerados muito grandes para quebrar – mas sim os mercados como um todo<sup>27</sup> (TOOZE, 2021).

A escala das intervenções pela estabilização da economia, tal qual em 2008, parece ter novamente servido aos interesses daqueles que tinham mais a perder

---

<sup>26</sup> A imunidade de rebanho é uma forma passiva e indireta de contenção, que assume que uma proporção suficientemente grande da população torna-se protegida – por meio de vacinas ou por ter sido anteriormente infectada – e configura condição suficiente para conter a disseminação de um patógeno. Esta alternativa de enfrentamento da pandemia de covid-19 foi aventada por vários países, mas ficou mais popular por ter sido adotada no Reino Unido e nos Países Baixos (FREY, 2020).

<sup>27</sup> Em referência à expressão em inglês “too big to fail”, adotada no contexto da crise financeira de 2008 para argumentar que a eventualidade de quebra dos bancos e demais instituições afetadas pela recessão tenderia a arrastar consigo economias inteiras.

(SUMONJA, 2021). Para Tooze (2021) isso seria suficiente para argumentar em favor de que os Estados democráticos tem as condições para agir, bastaria a vontade e disposição política para intervir em benefício do controle sobre a economia – o que seria, ao mesmo tempo, uma afirmação do poder soberano e da realização de serem as instâncias de crises os elementos impulsionadores de tais ativismos (TOOZE, 2021).

Para Debiel e Rousselin, no entanto, a motivação das intervenções realizadas desde a crise de 2008 parece privilegiar tão somente a estabilização do sistema neoliberal e seus protagonistas. Antes da Grande Recessão, os autores não enxergam situações em que a hegemonia neoliberal tivesse sido seriamente ameaçada, mas os momentos críticos passaram a ser utilizados como justificativas para a ação de ativismos Estatais específicos – e muitas vezes sem interesse pelo bem comum<sup>28</sup> (DEBIEL; ROUSSELIN, 2022). Como argumenta Lapavitsas (2020), os Estados-nação sempre estiveram no coração do capitalismo neoliberal, garantindo a dominância da classe corporativa e financeira através de intervenções eletivas em momentos críticos (LAPAVITSAS, 2020).

### **4.3 O mundo e o neoliberalismo no pós-crise da pandemia**

A exposição das massas aos impactos sociais inevitáveis da pandemia parece ter fragilizado, para Harvey (2020), um elemento central do capitalismo neoliberal calcado na expansão monetária e creditícia. O “consumismo”, como superlativo da maximização da absorção dos volumes de capital em intervalos cada vez mais curtos, parece ter sido neutralizado pela contração do emprego e da renda e pela retração da atividade econômica em nível global – ameaçando diretamente o regime de acumulação neoliberal (HARVEY, 2020).

Já Valença (2019) acredita que o que define o capitalismo neoliberal é mais do que as relações de consumo e a moralidade da acumulação: ele estaria mais concretamente baseado no capital financeiro, que, este sim, subsumiria a posse e o consumo como categorias fundamentais. Sua ressalva é de que este capital

---

<sup>28</sup> Neste sentido, ver também matéria da The Economist reconhecendo que a intervenção estatal não significou a dominação econômica pelo Estado, dando-se, na verdade, em favor da preservação dos livres mercados e da ideologia e racionalidade que emprestam à vida social e subjetiva. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2020/03/26/rich-countries-try-radical-economic-policies-to-counter-covid-19>.

financeiro tem uma definição pouco clara e bastante ampla, calcado na imagem da multiplicação do valor a partir do investimento e do risco, mas que, como ideologia dominante, deve ser sempre contemplado nas reflexões acerca de tendências futuras e análises críticas (VALENÇA, 2019).

Já para Rugitsky (2020), a crise da pandemia atingiu o capitalismo neoliberal por outra frente. O autor argumenta que a contração da renda e os baixos salários nos mercados de trabalho são consequências diretas “tanto do enfraquecimento dos sindicatos, atacados pelos governos neoliberais, quanto pela transferência de uma parcela significativa dos empregos com remuneração relativamente mais elevada para as novas oficinas do mundo”. O continuado crescimento dos níveis de consumo foi subsidiado por meio do endividamento, em um contexto de estagnação dos salários reais (RUGITSKY, 2020).

Mais que o colapso do “consumismo”, do capital financeiro ou dos mercados de trabalho, a crise da pandemia estaria representando para o sistema de classes uma nova ruptura na legitimidade dos padrões concentradores típicos do capitalismo neoliberal. Na maior parte dos países, a força de trabalho envolvida nos cuidados sanitários e acolhimento hospitalar, bem como em outras áreas do *front*, é tipicamente desigual em termos de gênero, raça e extrato social – muitas vezes confrontadas com a escolha entre arriscar o contágio para seguir trabalhando ou perder seu sustento sem seguranças ou garantias assistenciais (HARVEY, 2020). Para Valença (2019), este viés refletiria a luta constante das pessoas por sua sobrevivência – o que cria um forte individualismo e revela do neoliberalismo “uma forte dimensão ideológica, capaz de hegemonizar vários setores da sociedade” (VALENÇA, 2019, p. 9).

Lapavitsas (2020) argumenta que os segmentos mais expostos, vulnerabilizados por anos de políticas neoliberais, são aqueles com contratos flexíveis, trabalhadores informais e pequenos empreendedores – além dos trabalhadores endividados ou sem reservas financeiras e aqueles com acesso limitado a benefícios e serviços públicos. Além de terem sido proporcionalmente mais impactados pela emergência da crise, estes setores parecem ter sido ainda os menos contemplados pelas medidas de enfrentamento – saindo também pior da crise da pandemia (LAPAVITSAS, 2020). Visto deste modo, parece cínico o esforço das elites em reconhecer a importância dos trabalhos considerados essenciais –

ainda que este esforço não vá além da retórica e não represente concretamente iniciativas por seguridade social, econômica ou de saúde (SOLTY, 2020).

Neste sentido, Rugitsky (2020) entende que, antes que proteger as massas trabalhadoras, as medidas de salvamento pareçam em primeiro lugar socorrer as empresas privadas e atenuar a redução de suas taxas de lucros. Para este autor, o investimento fiscal em políticas de segurança social, ampliação dos sistemas de saúde e sustentação de renda, ainda que imprescindíveis, revertem apenas parcialmente a decomposição da demanda agregada nas economias. Isto contribuiria para o agravamento das desigualdades decorrentes da dominação capitalista e tenderia a aprofundar a crise da hegemonia neoliberal (RUGITSKY, 2020).

Sumonja (2021) também argumenta no sentido de que as medidas de enfrentamento, as quais insere em um contexto de ativismo do tipo “socialismo de desastre”, tendem a agravar as desigualdades sociais – contribuindo para separar as porções consideradas produtivas e saudáveis da sociedade daquelas que não o são, inevitavelmente incorrendo em um recorte de etnia, raça e casta social. Em retrospecto, a crise da pandemia poderá ter sido apenas mais uma crise capitalista, reforçando as estruturas de poder de classe e dentro de seu ciclo costumeiro, ou um episódio de destruição criativa – implicando uma reorganização e um reordenamento das relações sociais e produtivas (SUMONJA, 2021).

A hipótese de Slobodian (2020) é mais radical neste sentido, para quem o cenário pós-crise da pandemia será de ainda maior concentração de renda e riqueza. O historiador econômico entende que as grandes corporações ficarão ainda maiores e mais atadas aos Estados, que os resgataram; a austeridade retornará à luz dos gastos públicos mobilizados pelo enfrentamento; a especulação passará a novos patamares, pelas mãos de investidores, profissionais e instituições especialistas em falências em um contexto de deflação, depreciação e quebra de ativos e negócios. Sua argumentação inspira-se nos episódios experimentados durante a pandemia em que as bolsas de valores ao redor do mundo registravam picos de valorização, no auge dos resgates e apoios estatais ao setor privado e puxadas pelos ativos das grandes empresas de capital privado<sup>29</sup>, enquanto a

---

<sup>29</sup> Neste sentido, Eisinger (2020) aponta as grandes empresas privadas como as principais beneficiadas pelos esforços de enfrentamento massivos implementados pelos Estados. Matéria disponível em: <https://www.propublica.org/article/the-bailout-is-working-for-the->

economia real derretia e os custos humanos e sociais eram ignorados (SLOBODIAN, 2020).

Por outro lado, Tooze (2021) destaca que os impactos profundos da crise sobre o tecido econômico e social dos países abriu espaço para uma certa “experimentação reformista”, no sentido de incluir no enfrentamento novos modos de bem-estar e agendas positivas – como políticas ambientais e o endereçamento da crise climática. Os slogans que se popularizaram como o “*Green Deal*”, “*Green Growth*” e o “*Build Back Better*” passaram a expressar a inclusão das pautas verdes nos planos e políticas de enfrentamento dos impactos da crise da pandemia. Um grande pacto, identificado como “*Green New Deal*”, passou a fazer referência ao programa econômico proposto pelo presidente estadunidense Franklin Roosevelt para combater a Grande Depressão e sugere refletir a magnitude dos esforços que os ativismos estão dispostos a implementar para a superação da ruptura de 2020 (TOOZE, 2021).

Este programa surgiu no *mainstream* ainda no contexto da crise de 2008 e voltou à pauta por representar uma estratégia de desenvolvimento pós-pandemia com o protagonismo de Estados atentos às massas vulnerabilizadas e pobres e em consonância com a preservação ambiental – retomando sua visibilidade em ocasião da eleição de Biden nos EUA e da realização da cúpula do clima no primeiro trimestre de 2021 (MATHIAS et. al, 2021). Para Tooze (2021), a possibilidade de retomada deste ativismo poderia impulsionar a colocação de sistemáticas e pensamentos diferentes daqueles vigentes desde os anos 1970 e desacreditados no enfrentamento das crises de 2008 e 2020, refletindo as demandas econômicas e sociais por reformar de forma definitiva e radical uma racionalidade que contribuiu para criar e reproduzir desigualdades, instabilidade e crises (TOOZE, 2021).

Neste sentido, Rodrik (2020b) entende que a crise da pandemia deu voz a demandas até então contidas, como a ambiental, o acesso universal à saúde, maiores proteções ao mercado de trabalho e às cadeias domésticas de valor. Assim, a pandemia teria revelado a inadequação e incapacidade de os mercados darem conta por si só de problemas coletivos e a importância das capacidades estatais no enfrentamento de crises e na promoção de desenvolvimento sustentado. Em sua opinião, a economia global no pós-pandemia será pautada por três tendências: um

novo equilíbrio entre as forças de mercado e estatais, em favor destas últimas; um reposicionamento da gangorra que opõe hiper-globalização e autonomia nacional, também em benefício deste segundo elemento; e, por fim, uma revisão – para baixo – das expectativas de crescimento econômico (RODRIK, 2020b).

O conjunto destes elementos, para Rugitsky (2020) permite supor que as transformações decorrentes do enfrentamento da crise da pandemia colocaram as condições para a reversão e transmutação da herança neoliberal – descartando que as políticas adotadas pelos países, como as transferências de renda, pagamentos de salários diretamente pelos governos e mesmo as estatizações sejam temporárias e voltarão a dar lugar a políticas macroeconômicas tipicamente neoliberais. Para o pesquisador, a superação do neoliberalismo envolve a ascensão de um capitalismo de Estado aos moldes do consenso Keynesiano, agindo para restringir o componente neoliberal da concorrência de mercado (RUGITSKY, 2020).

Simetricamente, a noção crítica de crise final do neoliberalismo implica pensar na transição para uma outra fase na evolução do capitalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2011). Uma primeira hipótese, possivelmente intuitiva e mesmo tentadora, poderia ser considerar a migração para uma antítese do regime neoliberal ou ao retorno ao paradigma que precedeu o neoliberalismo. No entanto, uma recolocação do estado de bem-estar pressuporia uma ruptura extremamente violenta na governamentalidade neoliberal e implicaria considerar de forma otimista sua superação por meio de políticas sociais ou em função das contradições inerentes à acumulação capitalista (ANDRADE, 2018).

Esping-Andersen (1991) lembra que os *welfare states* não se caracterizam apenas por certo tipo de política de gastos ou tributação; mais que isso, denotam “a institucionalização das preferências de classe e do comportamento político”. O arranjo das classes sociais que supõe o Estado de bem-estar não parece compatível, no entanto, com as alianças políticas e econômicas que preterem as redes de solidariedade e oferecem respostas hesitantes às demandas sociais no contexto da crise da pandemia (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Em um sentido amplo, “as modificações observadas no *welfare state* pós-anos 1970 consistiriam em adaptações funcionais a mudanças no ambiente econômico, social e político”<sup>30</sup>, que seguem como plano principal do processo de

---

<sup>30</sup> KERSTENETZKY, 2012, p. 73.

globalização e dominação de classe; isto, por si, parece sugerir ser inviável a recolocação do ativismo típico do *welfare state*.

Também para Rodrik (2020a) a hipótese de superação do neoliberalismo e uma retomada a partir de um Estado alinhado ao consenso Keynesiano é improvável, na medida em que a crise da pandemia “evidencia claramente as características dominantes do regime político de cada um dos estados, que na verdade se tornam uma versão ampliada de si mesmos” (RODRIK, 2020a).

Os discursos e práticas de enfrentamento parecem mais identificados com uma espécie de capitalismo emergencial, insuficientes – e talvez desinteressadas – no endereçamento das fragilidades relacionadas à desindustrialização e a reestruturação do mercado de trabalho, à insegurança e precarização das relações de trabalho e ao desemprego de longo prazo. Em outras palavras, não se poderia alçar automaticamente o ativismo Estatal em reação à crise ao papel de agente de superação do neoliberalismo e recondução do estado de bem-estar (SUMONJA, 2021).

Fazê-lo seria voltar a cair na armadilha retórica de entender o neoliberalismo enquanto dicotomia entre Estados e mercados, quando, na verdade, é necessário ter claro que tem sido o próprio ativismo estatal a força viabilizadora da hegemonia neoliberal (SUMONJA, 2021). A remoção dos obstáculos à acumulação de capital e lucros privados, bem como a disseminação da lógica de mercado, da concorrência, das contrarreformas fiscais são todas facetas de um mesmo “recrudescimento da violência institucionalizada do Estado capitalista-burguês e da colonização da esfera pública, dos organismos estatais, pelos setores privatistas da sociedade civil”, na perspectiva marxista de Diogo Valença (VALENÇA, 2019, p. 9-10).

O Estado não é mínimo na racionalidade neoliberal e a crise de 2020 e seu enfrentamento parece tê-lo confirmado uma vez mais, na medida em que seu pragmatismo buscou claramente viabilizar a manutenção do status quo e a justificação de seus protagonistas e dos interesses do capital e das finanças (TOOZE, 2021). Neste sentido, não se pode subestimar o poder da ideologia neoliberal – dado que seu domínio parece ser exercido pela construção de consensos em torno da realidade, que alcançam até mesmo o nível da subjetividade. Desta forma, deve-se admitir que um corolário possível da crise da pandemia seja o fortalecimento do sistema capitalista neoliberal (VALENÇA, 2019).

Para Rodrik (2020b), antes de constituir um ponto de ruptura do pensamento macroeconômico e social, o choque da pandemia tem consolidado e intensificado as tendências já existentes manifestadas no baixo crescimento econômico, estagnação da renda, desemprego, fragilidades sociais e mesmo o autoritarismo conservador representado pela ascensão de regimes populistas verificadas nos últimos anos e que estiveram no poder na eclosão da pandemia (RODRIK, 2020b).

Também para Salgado (2021) o neoliberalismo, mesmo reforçando estes elementos e tendo a crise revelado as vulnerabilidades criadas pela implementação de suas políticas nas sociedades mundo afora, não parece ter encontrado seu fim em ocasião da atual crise. Neste sentido, o pesquisador entende que uma argumentação em contrário poderia levar a crítica a declarar novamente a morte do neoliberalismo em eventuais – e prováveis – próximas crises globais. Antes que isso, o neoliberalismo pareceu capaz de sobreviver as suas muitas declarações de óbito (SALGADO, 2021).

Para Andrade (2019) isso revela a capacidade singular do neoliberalismo de “instrumentalizar as crises econômicas em seu favor, impedindo a transição para um novo arranjo normativo-institucional e, conseqüentemente, para uma nova fase do capitalismo” (ANDRADE, 2019, p. 10). Seu regime de acumulação é, assim, contraditório, por favorecer a emergência de crises sistêmicas – mas a eficiência de sua governamentalidade mais que compensa o potencial desestabilizador de sua hegemonia (ANDRADE, 2019).

Um olhar amplo sobre a crise de 2020 revela múltiplas possibilidades de interpretação tanto da crise em si quanto de seus desdobramentos sobre a racionalidade vigente – ainda que este processo esteja em andamento no tempo presente. Neste sentido, Laval (2020) argumenta que o contexto de pandemia é o de uma crise dos imaginários dominantes – que tem a concorrência por princípio fundamental. Não se trata, para o pensador, do fim do neoliberalismo enquanto sistema de dominação e subjetivação, mas possivelmente do maior desafio à sua continuidade hegemônica (LAVAL, 2020).

Para Wong (2020), esta crise poderia representar uma mutação na ideologia neoliberal, com um aprofundamento da racionalidade de mercado nas instituições financeiras, nas cada vez mais concentradas grandes corporações e no cotidiano dos indivíduos (WONG, 2020). Visto sob este prisma, a crise parece reforçar a lógica da concorrência ao conter orçamentos e demandas sociais – que aceleram os



volumes de falências e desemprego e, por sua vez, parecem justificar e acelerar medidas de enfrentamento que induzem a internalização da racionalidade neoliberal como única saída para a sobrevivência no mercado. Por fim, constrói o imaginário do herói empreendedor, dono de si, como capital humano que deve sempre e cada vez mais qualificar-se (ANDRADE, 2019).

Em complemento à dimensão da governamentalidade Foucaultiana, para Laval (2020), esta dimensão imaginária forma a totalidade do processo de subjetivação neoliberal e elimina os espaços para a dissidência e a diferença; fora dessa forma normal estão apenas os defeitos que devem ser superados, como parte das condutas que o sujeito assimila em seu processo de racionalização, incremento de performance, o atingimento de objetivos sempre mais elevados e o superar-se a partir do seu próprio esforço (LAVAL, 2020).

Andrade (2018) argumenta que o neoliberalismo parece sobreviver mesmo sem que os indivíduos necessariamente abracem sua racionalidade. Independentemente de acreditar ou reconhecer a ideologia neoliberal, ela conduz suas condutas na medida em que emaranha-se à subjetividade (ANDRADE, 2018). É deste contexto que, diante da morte de milhões de pessoas pelo coronavírus, o princípio da concorrência apresenta-se em sua forma mais extrema. Ele poderia justificar a melhor proteção que as elites contam para enfrentar a pandemia, perdendo qualquer ambição de universalidade e revelando a solidariedade como a verdadeira forma de arranjo social sustentável. No entanto, diante das forças desestabilizadoras que este arranjo enfrenta, a esperança parece esvair-se e em seu lugar agem os esforços apaziguadores das elites econômicas e políticas (LAVAL, 2020).

Diante da crise da hegemonia neoliberal, Rugitsky (2020) argumenta que a eventual superação do neoliberalismo poderia representar uma janela histórica de disputa pelos rumos das sociedades e sua organização. Deste processo de ruptura poderiam emergir sistemas mais afeitos às demandas e interesses sociais, que valorizem a solidariedade, a sustentabilidade e o valor-trabalho; no entanto, não se poderia descartar a possibilidade de a transformação ou superação do atual paradigma trouxesse mais elementos regressivos do que emancipatórios, como o surgimento e reforço de autoritarismos, sistemas de vigilância estatal e novas rodadas de austeridade econômica (RUGITSKY, 2020).

Do ponto de vista de Laval (2020), a crise do neoliberalismo parece estar fortalecendo um “novo neoliberalismo” – que reúne a governamentalidade neoliberal e o imaginário soberano. Este novo sistema apareceria e se legitimaria em regimes totalitários, através de sistemas de vigilância, repressão, austeridade e outros elementos que supõem que deve-se retomar a trajetória de crescimento trabalhando ainda mais eficientemente e que contribuiriam, por exemplo, em nome do restabelecimento de uma soberania nacional, para que o enfrentamento à pandemia se desse de forma isolada por cada país (LAVAL, 2020).

Neste sentido, Saxer (2020) aponta que, ao contrário da crise financeira de 2008, na ruptura de 2020 não houve uma resposta coordenada do grupo das vinte maiores economias. Entre os fatores que contribuiriam para um enfrentamento descentralizado estariam, de um lado, rivalidades geopolíticas entre as principais potências e, de outro, regimes populistas de direita expressivos, que fomentaram o isolamento e priorizaram um enfrentamento individualizado (SAXER, 2020).

Desta perspectiva, a crise da pandemia marcaria o fim de um ciclo iniciado nos anos 1970. Ela poderia representar ainda a primeira grande ruptura derivada do relacionamento desequilibrado entre o capital e a natureza, visto nos termos de um regime de acumulação predatório (TOOZE, 2021). A partir da transformação deste paradigma em descrédito, Rodrik (2020b) pergunta-se qual a forma assumirá o ativismo Estatal no pós-crise de 2020. Uma guinada em desfavor do fundamentalismo de mercado vigente nas últimas décadas poderia ser ligeiramente mais viável e tenderia a priorizar a sustentabilidade econômica, a criação de empregos de qualidade e a recomposição das classes médias (RODRIK, 2020b).

Para Stiglitz (2019b), cujos argumentos reconhecem o fim do neoliberalismo na crise da pandemia, três seriam as possíveis orientações deste novo ativismo Estatal: um nacionalismo de extrema-direita, um reformismo de centro-esquerda ou uma esquerda progressiva. Em qualquer caso, o economista identifica quatro prioridades que devem estar presentes: restabelecer o equilíbrio entre os mercados, o Estado e a sociedade civil; abordar o problema da crescente concentração de poder de mercado; reconhecer que os mercados desempenham um papel crucial na facilitação da cooperação social, mas que eles só servem a esse propósito se forem regidos pelo Estado de direito e sujeitos a um acompanhamento democrático; e, por fim, cortar o vínculo entre poder econômico e influência política (STIGLITZ, 2019b).

Ao fim, parece haver relativo consenso de que a racionalidade neoliberal – quer seja através das políticas de enfrentamento mobilizadas ou através da colocação das condições que favoreceram a eclosão de uma nova “crise nunca antes vista” – enfrenta uma crise de magnitude não desprezível. Ainda assim, identificar qual força sairá do enfrentamento da pandemia em posição de influenciar a economia e a política mundiais, na forma de uma ruptura do paradigma neoliberal ou sua transformação no sentido de adaptar-se e/ou dissociar-se da trajetória em que ele mesmo colocou a história, parece pouco praticável: este fenômeno está acontecendo neste exato momento. Para apoiar este exercício de perspectiva, serão feitas considerações e contextualizações adicionais ao debate sobre o fim do neoliberalismo no quarto e último capítulo desta dissertação.

## 5 A CONTINUIDADE DO DEBATE SOBRE O FIM DO NEOLIBERALISMO

A resposta para a reflexão que busca melhor entender se a hegemonia neoliberal foi superada parece exigir um distanciamento histórico com o qual ainda não é possível contar, dado que tanto a discussão recente quanto a extensão do próprio paradigma encontram-se em aberto. Ainda assim, a recuperação do debate crítico, que voltou à pauta na esteira das crises de 2008 e 2020, oferece elementos para uma reflexão profunda, multidisciplinar e rica em valor teórico acerca das transformações das relações econômicas e sociais atuais.

Uma parte significativa – se não consensual – dos acadêmicos, observadores e teóricos que inspiraram esta dissertação até aqui apresenta um entendimento convergente de que o neoliberalismo não encontrou seu fim. Seu espírito parece ter sobrevivido a uma série de rupturas, que também lastrearam discussões sobre a superação do capitalismo neoliberal – desde a crise asiática dos anos 1990, a crise da dívida europeia dos 2010 e até aos choques sociais e institucionais como a Primavera Árabe, o Brexit e a eleição de Donald Trump nos EUA (TOOZE, 2021). Nem mesmo os colapsos econômicos recentes marcados, pela escala sem precedentes das intervenções estabilizadoras implementadas, parecem ter representado para o neoliberalismo sua superação (DARDOT; LAVAL, 2019).

De forma complementar a esta linha de argumentação, e quase como um corolário, muitas reflexões buscaram entender e qualificar as transformações que o paradigma neoliberal, constantemente renovado, operacionalizado através de um tipo de ativismo Estatal específico e apoiado por instituições supranacionais, tem experimentado. Em outras palavras, se o debate que busca qualificar a hipótese do fim do neoliberalismo tem como ponto passivo sua continuidade, parece haver uma transferência de foco analítico para os resultados de suas promessas, dos corolários desta continuidade e das suas transformações no período recente.

Sua capacidade orgânica de adaptação parece valer-se das estruturas legais, sociais, econômicas e políticas do próprio sistema-mundo. Em linha com o entendimento de que o neoliberalismo segue exercendo sua governamentalidade, a racionalidade neoliberal modifica e é modificada pelo Estado, pelos discursos de entidades como o FMI e Banco Mundial e produz contrarreações e formas de resistência (ANDRADE, 2019).

Assim, tendo em vista o objetivo de apresentar o debate recente acerca do fim do neoliberalismo enquanto paradigma hegemônico, é fundamental fazer considerações sobre estes elementos e contextualizá-los. Este capítulo carrega a expectativa de apontar os argumentos recentes da discussão que vão além das hipóteses levantadas em ocasião das crises de 2008 e 2020. Estes elementos explicativos dão cabo da flagrante complexidade do paradigma neoliberal, das contradições de seus discursos, práticas e narrativas e da metamorfose pela qual passa desde os anos 1980 e que parece ter se acelerado nos choques recentes.

Neste sentido, a primeira parte desta seção buscará analisar elementos da globalização e da liberalização financeira – tida como uma das fundações da racionalidade econômica neoliberal. Mais especificamente, se dará atenção ao documento disponibilizado pelo FMI reconhecendo as fragilidades das políticas econômicas neoliberais, bem como ao esforço de contrastá-lo com outras linhas de discurso adotadas pela instituição antes e depois desta manifestação.

O capítulo seguirá para apresentar a literatura produzida em relação ao que passou a ser reconhecido como “novo neoliberalismo”. Este termo reúne os esforços por entender e dimensionar as transformações e tendências apresentadas pelo sistema neoliberal no momento recente. Um destes elementos concentra-se na relação mutualística entre o neoliberalismo e os regimes autoritários e antidemocráticos modernos – tópico que também será abordado neste capítulo. Por fim, serão recuperadas tendências e alternativas apontadas por teóricos e pensadores para o neoliberalismo em seu esforço por identificar caminhos viáveis para um futuro diferente.

### **5.1 Uma breve análise da narrativa do FMI e dos impactos da agenda neoliberal**

Dardot e Laval (2019) inferem que é possível conceber a crise econômica, social e institucional atual como uma ruptura mais além do que a consequência do processo de financeirização global, como efeito da racionalidade de mercado ou da “colonização” dos Estados pelo capital. A turbulência sistêmica que avança com mais severidade desde 2008 é, afinal, o sintoma de uma crise sistêmica do neoliberalismo enquanto modo de governar as sociedades (DARDOT; LAVAL, 2019).

Cabe examinar mais atentamente este argumento, na medida em que ele converge com a visão de que as ideias e práticas neoliberais contribuíram para a produção de insegurança e desigualdade econômica, a perda de capitais políticos e sociais e a precipitação de narrativas populistas (RODRIG, 2017). Um possível ponto de partida é buscar entender como foi operacionalizada sua agenda econômica, os principais elementos dialéticos aos quais seu receituário recorreu e os canais de transmissão para os setores reais e sociais.

Neste sentido, Dardot e Laval (2009) argumentam que a difusão da normatividade neoliberal a nível mundial encontra na liberalização financeira um veículo privilegiado. A construção de um mercado internacional de capitais teria ocorrido através de uma série de reformas legislativas e avanços pragmáticos e tecnológicos, como a flutuação cambial, a privatização do setor bancário, a abertura dos mercados financeiros, a securitização e as inovações estruturais e de produtos financeiros (DARDOT; LAVAL, 2009).

Duménil e Lévy (2018), como apontado anteriormente neste trabalho, ainda citam a importância de um certo ativismo Estatal na criação de um elo entre o poder do capital financeiro e a gestão corporativa. Esta sinergia, manifestada na priorização da criação de valor ao acionista, buscava ainda fomentar a lógica da concorrência entre praças financeiras – distanciando o mercado de capitais global das regulações e enquadramentos legais vigentes até os anos 1970, quando as regulamentações passaram a favorecer uma acumulação capitalista desenfreada, elitista e globalizada (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

De volta a Dardot e Laval (2009), esta globalização do capital lastrearia tão somente a “produção de medidas e dispositivos nos campos fiscal e regulatório sistematicamente favoráveis aos grandes grupos oligopolistas” (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 277). Como corolário da concentração de instituições e empresas financeiras, houve a captura do interesse – racionalizado pela norma neoliberal – das famílias e corporações através de sua poupança. Isso equivaleria à entrada do espírito financeiro nos domínios econômicos e sociais e sua importância para a narrativa neoliberal estaria precisamente na construção e reforço de mercados financeiros internacionais – cada vez mais globalizados, difusos e incontroláveis. O mecanismo que passou a ser denominado “liberalização” foi promovido pelas instituições supranacionais criadas no pós-Segunda Guerra: o FMI, o Banco Mundial

e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – os principais vetores da imposição de políticas neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2009).

É neste contexto que torna-se de grande importância para esta dissertação – e, ainda, para a discussão sobre o neoliberalismo, os movimentos científicos que buscam compreendê-lo e as forças que a ele resistem – o documento publicado pelo FMI “*Neoliberalism: Oversold?*” (algo como “Neoliberalismo: Superestimado?”), de junho de 2016, assinado por Jonathan Ostry, Prakash Loungani e Davide Furceri. Este artigo ganhou notoriedade na discussão sobre o neoliberalismo na medida em que marca o reconhecimento de uma instituição que muito impulsionou, defendeu e impôs a agenda econômica neoliberal durante boa parte do século XX de que “em vez de favorecer o crescimento econômico, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, prejudicando o desenvolvimento sustentado” (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016)<sup>1</sup>.

O documento sugere nas primeiras páginas uma separação do receituário econômico neoliberal em dois pilares: o da concorrência, alcançada através da desregulação e da abertura dos mercados comercial e financeiro domésticos; e o da contenção da atuação estatal, através do mecanismo de privatização e da limitação das possibilidades de acumulação de déficits fiscais. Através da apresentação de um índice composto que mede a adoção de políticas chamadas estruturais, e que tem como objetivo aumentar a exposição à concorrência internacional e, assim, fomentar o crescimento econômico, os autores identificam uma forte e generalizada tendência de neoliberalização a partir dos anos 1980<sup>2</sup>.

De acordo com a argumentação do texto, a transformação dos ativismos Estatais em benefício da agenda neoliberal produziu resultados positivos: a expansão do comércio global teria resgatado milhões de pessoas da pobreza; os investimentos estrangeiros diretos teriam favorecido enormemente a transferência de tecnologia e *know-how* para países em desenvolvimento; a privatização de

---

<sup>1</sup> Apesar da ressalva de que o artigo assinado por Ostry, Loungani e Furceri (2016) não reflete necessariamente a opinião do FMI, na prática sua veiculação por canais oficiais do Fundo lhe empresta relevância e não diminui o ineditismo do reconhecimento de que o receituário neoliberal foi pela instituição sobrealimentado.

<sup>2</sup> O artigo apresenta um gráfico, recuperado do trabalho de Ostry, Prati e Spilimbergo (2009), para demonstrar esta trajetória de crescimento da adoção de políticas estruturais – ilustrando na comparação o índice para países como EUA, Chile e Brasil e o resto do mundo. No detalhe, os autores apontam quais as políticas de competição e abertura econômica foram consideradas, como a abertura da conta de capital, abertura da conta corrente e a liberalização do sistema financeiro doméstico.

empresas estatais permitiu aumentar a eficiência da oferta de serviços e aliviou o fardo fiscal dos governos (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Os autores consentem, por outro lado, que há aspectos do receituário econômico neoliberal que não produziram os resultados esperados. Sua argumentação prioriza a avaliação dos efeitos das políticas em dois campos principais: a liberalização financeira, entendida como a remoção de restrições à movimentação de capital entre países; e a austeridade, entendida como movimento de consolidação fiscal. Vejamos resumidamente as três conclusões às quais Ostry, Loungani e Furceri (2016) chegam neste sentido:

1. Os benefícios da adoção de políticas estruturais em termos de aceleração do crescimento econômico não são claros, considerando-se uma amostra ampla de países;
2. Os custos sociais, em termos de desigualdade de renda e riqueza, são relevantes e observados com relativa facilidade. Estes custos são simbólicos do *trade-off* entre crescimento e equidade de algumas políticas e práticas neoliberais;
3. O aumento da desigualdade, por sua vez, afeta negativamente o nível e a sustentabilidade do crescimento. Mesmo que o desenvolvimento econômico seja o objetivo final da agenda neoliberal, ainda é necessário atentar-se para seus efeitos distributivos.

Na literatura sobre o mercado global de capitais, como nos trabalhos de Obstfeld (1998) e Krugman e Obstfeld (2001), são reconhecidas as vantagens potenciais da liberalização da conta de capital – também identificada como abertura financeira. Entre elas estariam a possibilidade de o mercado de capitais internacional canalizar as poupanças globais para usos eficientes; os países em desenvolvimento e/ou com limitados recursos podem tomar empréstimos para financiar investimentos domésticos, promovendo seu desenvolvimento sem a necessidade de acumular reservas prévias. Por outro lado, a bibliografia também aponta para os potenciais riscos da abertura ao capital financeiro estrangeiro, ainda que esta dicotomia seja inerente ao funcionamento dos mercados globais (OBSTFELD, 1998; KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).



No artigo publicado pelo FMI, há um tímido reconhecimento de que ao passo que os benefícios para o crescimento sejam relativamente incertos, os custos na arena da volatilidade econômica e de episódios de crise financeira parecem mais evidentes. Embora sejam muitos os fatores que influenciam a estabilidade econômica e financeira e mesmo o nível de desenvolvimento dos países, a maior abertura financeira, típica da agenda neoliberal, figura consistentemente como um fator de risco nos ciclos econômicos. Em adição ao aumento das chances de rupturas econômicas, a abertura financeira carrega efeitos distributivos deletérios e tende a aumentar a desigualdade social (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Este elemento de *trade-off*, conforme a argumentação dos autores, parece esclarecer a relação complexa entre a abertura financeira e o crescimento econômico. Por sobre este raciocínio, há a ressalva de que os fluxos de capitais podem ser considerados produtivos – como os investimentos estrangeiros diretos (IED), que podem acompanhar transferência de tecnologia ou mão de obra – ou improdutivos – investimentos em portfólio ou bancários, associados a especulação, securitização e horizontes de curto prazo. Neste sentido, os autores apontam que o crescimento e os benefícios dos fluxos financeiros tendem a depender do tipo de capital em questão e também da natureza das instituições e políticas adotadas (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016; OBSTFELD, 1998).

Em relação à discussão do custo-benefício da abertura financeira, especialmente no que tange aos fluxos de curto prazo, é interessante notar que o artigo publicado pelo FMI aponta uma declaração do ex-diretor executivo do FMI, Stanley Fischer, reconhecendo, à época de sua gestão, a crescente disposição das autoridades econômicas em implementar controles aos fluxos de curto prazo – vistos como potencializadores de crises financeiras<sup>3</sup>.

Já em relação ao segundo pilar do receituário neoliberal explorado pelo artigo do FMI – a reformulação da atuação estatal na economia – o mecanismo identificado para este fim poderia ser dividido entre as privatizações de funções tipicamente governamentais e a contenção dos gastos públicos através da limitação dos déficits fiscais. Em muitas ocasiões o FMI atuou de forma direta pela limitação das

---

<sup>3</sup> Fischer, que também ocupou a vice-presidência do Banco Central dos EUA e a presidência do Banco Central de Israel, questiona a qual propósito servem os fluxos internacionais de capital de curto prazo, argumentando que a liberalização do setor financeiro a nível global tende a produzir efeitos desestabilizadores principalmente sobre as economias emergentes (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

capacidades estatais, quando acionado por recursos financeiros, e em outras de forma indireta, sugerindo que os mercados tenderiam a demandar a implementação de mecanismos de consolidação fiscal a fim de manter bons patamares de confiança e competitividade (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Por outro lado, os autores reconhecem que a teoria econômica não tem clareza quanto ao estabelecimento de metas ótimas para o endividamento público. Seu entendimento é de que, diante da escolha entre manter níveis mais altos de endividamento – permitindo que a proporção em relação ao PIB caia organicamente pelo crescimento da economia – e entre buscar ativamente a redução do patamar de dívida – perseguindo superávits primários – os governos com maior espaço fiscal devem optar pela primeira alternativa. A noção de que episódios de consolidação podem ser expansionistas – aumentando o PIB e o nível de emprego, assim aumentando a confiança e o investimento dos setores privados – é imprecisa e, na prática, tende a exercer forças justamente contrárias ao desenvolvimento sustentado<sup>4</sup>.

Os autores argumentam que a consolidação fiscal envolve custos de curto prazo em termos de menores resultados econômicos e mais baixos níveis de bem-estar, bem como maiores taxas de desemprego. Tanto quanto foram subestimados estes elementos pelas normas neoliberais, também o foram as possibilidades de redução da relação dívida/PIB de forma orgânica – através do uso de espaços fiscais na forma de investimentos públicos, com vistas ao crescimento sustentado (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Por fim, o artigo argumenta que os benefícios de algumas das políticas que integram parte importante do receituário econômico do neoliberalismo parecem ter sido superestimados. No caso da abertura e liberalização financeira, alguns tipos de fluxos de capitais parecem conferir os benefícios potenciais a eles atrelados. Enquanto outros, assim como medidas de austeridade fiscal, representaram histórica e empiricamente tendências mais significativas de volatilidade, episódios de

---

<sup>4</sup> Um dos defensores da consolidação fiscal expansionista é o economista de Harvard Alberto Alesina (ver capítulo 2 para maiores contextualizações acerca de sua linha de raciocínio). Ainda neste tópico, Davies (2016) argumenta que a história oferece raríssimos exemplos de políticas fiscais contracionistas pró-cíclicas que tenham tido sucesso em contornar episódios de estagnação econômica. Em seu trabalho, o autor aponta que o neoliberalismo tradicionalmente eleva os valores de eficiência e competitividade acima dos julgamentos morais de justiça social; mais recentemente, no entanto, sua racionalidade parece ter-se quitado completamente desta limitação e operado fora daqueles espaços normativos (DAVIES, 2016).

crise financeira e menores taxas de crescimento econômico (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Os efeitos tanto da abertura financeira quanto das formas de austeridade associadas ao neoliberalismo podem ser diretamente implicadas na produção e perpetuação de desigualdades de renda – que sabotam as possibilidades de ciclos econômicos virtuosos, aqueles que a própria agenda neoliberal busca fomentar. Assim, para os autores, “estes argumentos apontam para a necessidade de uma visão mais matizada em relação aos resultados que a agenda neoliberal é capaz de promover. O FMI, que supervisiona o sistema monetário internacional, tem estado à frente dessa reconsideração<sup>5</sup>.” (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

No que tange à liberalização financeira, o FMI passou a considerar o controle de capitais, anteriormente tido como um mecanismo contra-produtivo, como uma importante ferramenta para lidar com a volatilidade dos fluxos com canais menos diretos de transmissão para a economia real. De forma igualmente importante, o artigo publicado pelo FMI reconhece que a liberalização financeira nem sempre é um objetivo desejável e que seu aprofundamento pode render maiores benefícios e representar menores riscos se os países tiverem alcançado certos patamares de desenvolvimento financeiro e institucional. Em outras palavras, e em linha com a argumentação de Chang (2004), não haveria uma única cartilha que ofereça bons resultados para todos os países em todos os momentos<sup>6</sup> (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016; CHANG, 2004).

Antes de examinarmos algumas leituras que repercutem e analisam os tópicos construídos no artigo publicado pelo FMI e assinado por Ostry, Loungani e Furceri em 2016, bem como os impactos e resultados da liberalização financeira e da atuação do Fundo Monetário, cabe uma breve análise de outro *paper* produzido pela instituição. Produzido antes do “*Neoliberalism: Oversold?*”, e também tendo

---

<sup>5</sup> Em oportunidade que a atual presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, ocupava o assento de presidência do FMI (2011-2019), ela declarou que acreditava ser correta a decisão do Congresso dos EUA de aumentar o teto da dívida pública estadunidense – uma vez que não haveria justificativa para cortar os investimentos públicos em momentos de recuperação econômica. De forma convergente com o reconhecimento da tendência de efeitos deletérios da austeridade, em 2015, o FMI aconselhou que os países da zona do Euro com mais espaço fiscal deveriam aproveitá-lo para aumentar e incentivar o investimento agregado. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/vc/2014/032514.htm?id=584642>.

<sup>6</sup> Nesta linha, Saad-Filho (2005) argumenta que as prescrições de política econômica do Consenso de Washington, através do FMI, do Bando Mundial e do Banco Central dos EUA, colhem casos de sucesso apenas excepcionalmente. O autor aponta para os padrões de crescimento promovidos pela agenda neoliberal, tipicamente concentradores de renda e capital, avessos à geração de empregos de qualidade e à inclusão social (SAAD-FILHO, 2005).

Ostry como um dos autores, o texto de 2009, intitulado “*Structural reforms and economic performance in advanced and developing countries*” (na tradução livre: “Reformas estruturais e performance econômica em países avançados e em desenvolvimento”) busca examinar a contribuição do que chamam de reformas estruturais – i.e. políticas que priorizam o papel das forças de mercado e o estímulo à concorrência – sobre o desempenho econômico. É interessante notar as conclusões às quais chegam seus autores em respeito a certos elementos das políticas neoliberais e que ajudam a entender a relevância e o ineditismo do reconhecimento do FMI de que o neoliberalismo não pareceu capaz de cumprir suas promessas de crescimento e desenvolvimento econômico.

Mais especificamente, os autores definem as reformas estruturais como aquelas que buscam reduzir ou remover os impedimentos à alocação eficiente de recursos. Em muitos casos, isso seria equivalente à agenda liberalizante em sua forma clássica, encabeçada pela lógica dos livres mercados. Neste sentido, as reformas estruturais tenderiam a favorecer um entendimento voltado à redução da intervenção estatal, a remoção de controle de preços e monopólios públicos e a retirada de restrições ao comércio e aos fluxos financeiros internacionais (OSTRY; PRATI; SPILIMBERGO, 2009).

Os autores apontam que as reformas podem abarcar ainda mecanismos que atuem sobre falhas de mercado não relacionadas à intervenção estatal – como em situações de monopólios naturais, distorções no setor financeiro ou na presença de informações assimétricas. Seu trabalho constrói e aplica uma regressão econométrica para um total de 91 países – desenvolvidos e em desenvolvimento – e inserindo como variáveis explicativas a adoção de reformas dos mercados domésticos de produtos, comércio exterior, setor financeiro doméstico e a conta de capitais estrangeiros. Suas principais conclusões são resumidamente enumeradas a seguir:

1. Houve uma tendência geral de implementação de reformas estruturais nos países analisados, entre 1974 e 2003;
2. As reformas colocadas na economia real e no setor financeiro estimularam o crescimento da renda per capita no recorte analisado, sendo que a

liberalização do comércio internacional e do mercado financeiro doméstico exerceram efeitos particularmente altos;

3. As reformas no setor financeiro estimularam o crescimento através de canais de transmissão como a redução das restrições domésticas de crédito e do alargamento dos influxos de investimentos estrangeiros diretos;
4. Os efeitos sobre o crescimento econômico dos países analisados diferem significativamente de acordo com a sequência de implementação das reformas realizadas<sup>7</sup>;
5. Os benefícios sobre a estabilidade das reformas do setor financeiro doméstico são evidentes também do ponto de vista de que os países com mercados financeiros relativamente mais liberalizados tenderam a reduzir os custos econômicos de termos de troca adversos, choques de juros e ainda de episódios de crise real ou financeira.

Em contraste com a narrativa do “*Neoliberalism: Oversold?*”, estes resultados chegam a soar arcaicos, na medida em que parecem adotar certo tom de otimismo. As conclusões apontam para o efeito significativo sobre a promoção do crescimento econômico de países industrializados e em desenvolvimento da implementação de políticas de liberalização comercial e financeira. Os mecanismos que teriam favorecido os ciclos virtuosos, segundo o artigo, incluem a maior disponibilidade de crédito e investimentos estrangeiros diretos e ganhos de eficiência alocativa, que aceleraram o crescimento econômico através das firmas e setores altamente dependentes de insumos intermediários e fontes externas de financiamento.

Estas conclusões e demais tópicos cobertos no artigo reforçam a percepção de que a disseminação da agenda neoliberal, na figura da liberalização e abertura financeira, contou com o FMI como um vetor privilegiado de propagação. Segundo os autores, o Fundo Monetário desempenha um papel crucial, através da supervisão das atividades financeiras e monetárias globais, no aconselhamento das autoridades locais em matéria de crescimento econômico e estabilidade macroeconômica. Sua atuação favoreceria ainda a reunião dos aprendizados dos países a partir da

---

<sup>7</sup> Os resultados da pesquisa apontam para a tendência de maiores benefícios econômicos em termos de crescimento, a partir das reformas estruturais, naqueles contextos em que iniciou-se pela liberalização do comércio e, a seguir, pautou-se a liberalização do setor financeiro doméstico e da conta de capitais (OSTRY; PRATI; SPILIMBERGO, 2009).

implementação de agendas neoliberais para a formulação de políticas a nível nacional – bem como contribuem para uma compreensão mais ampla das implicações daquelas políticas em termos da criação de ligações mais favoráveis entre as dimensões financeira e real, especialmente em episódios de choques domésticos ou globais (OSTRY; PRATI; SPILIMBERGO, 2009).

Os achados dos autores ainda apontam para a importância das instituições para a absorção deste receituário econômica, em um reconhecimento de que as distintas realidades e contextos locais exercem efeitos significativos sobre os resultados do programa neoliberal. Influem ainda, além da qualidade das instituições locais, que podem favorecer a adoção de reformas estruturais, fatores internacionais – incluindo a distância para uma fronteira em que os países relativamente atrasados buscam diminuir o gap em processos de *catch-up* -, a presença de programas financeiros e monetários apoiados pelo FMI – o que aparece como um fator relevante de estímulo, ou imposição, das reformas estruturais – e a ocorrência de crises econômicas – muitas vezes aparecendo como um catalisador de reformas liberalizantes<sup>8</sup> (OSTRY; PRATI; SPILIMBERGO, 2009).

Em artigo de trabalho datado de 2012, produzido por Arora et al. e intitulado “*The liberalization and management of capital flows: an institutional view*” (na tradução livre: “A liberalização e gestão dos fluxos de capital: uma visão institucional”), o FMI já parece adotar um tom menos otimista se comparado ao *paper* de 2009. A instituição parece insistir nos benefícios potenciais da liberalização financeira, ainda que reconhecendo seus riscos para a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentado. Sua narrativa argumenta que os países que não lograram colher resultados positivos a partir das políticas que propõem podem não ter atingido certos níveis de maturidade institucional e financeira (ARORA et al., 2012).

Neste sentido, os autores sugerem que os fluxos de capital aumentaram significativamente nos anos anteriores à divulgação da pesquisa – mas que sua intensidade e volatilidade intrínseca podem representar desafios para a formulação de políticas econômicas. Ao FMI caberia, assim, o papel de oferecer “conselhos

---

<sup>8</sup> No que tange às motivações das reformas estruturais, a análise empírica sugere que a qualidade das instituições estimulou inicialmente a liberalização entre as economias avançadas, mas que, com a ocorrência e alargamento de lacunas na extensão das medidas adotadas, levou os países em desenvolvimento a buscarem atualizar-se. Há também evidências de que os programas apoiados pelo FMI e mesmo a ocorrência de crises econômicas figuraram como elementos motivadores das reformas liberalizantes (OSTRY; PRATI; SPILIMBERGO, 2009).

claros e consistentes em relação aos fluxos e possíveis políticas para geri-los” (ARORA et al., 2012). Será interessante apontar os argumentos principais do artigo, a fim de contrastá-los com as produções de 2009 e 2016, uma vez que, em termos do teor do conteúdo e de sua localização no tempo, o *paper* de 2012 parece encontrar-se em um meio termo. São eles:

1. Fluxos de capitais podem trazer benefícios substanciais para os países através de ganhos de eficiência, da promoção da competitividade do setor financeiro e da facilitação de maiores investimentos produtivos;
2. Ao mesmo tempo, os fluxos de capital oferecem riscos que podem ser amplificados por lacunas de desenvolvimento na infraestrutura financeira e institucional dos países;
3. A liberalização financeira mostra-se mais benéfica e menos arriscada se os países tiverem alcançados certos níveis de desenvolvimento financeiro e institucional. Em contrapartida, a liberalização pode promover a maturidade destes mesmos elementos;
4. A liberalização financeira necessita ser planejada e seguir determinada sequência, a fim de garantir que seus benefícios superem seus custos de implementação;
5. Países com políticas anteriores e bem estabelecidas de controle de fluxos de capitais tendem a ser os maiores beneficiários da liberalização financeira planejada. Não é possível inferir, no entanto, que níveis maiores de liberalização sejam um objetivo desejável para todos os países e em qualquer contexto.

É perceptível uma ligeira e incipiente gestão de expectativas em torno da promoção das políticas neoliberais, focada no mecanismo de liberalização financeira – especialmente comparando-se com a publicação de 2009. Outro elemento que aparece com maior frequência relativa é a menção aos riscos, custos e desafios da liberalização econômica e o papel do FMI na coordenação internacional da globalização financeira, adentrando esferas como a gestão dos fluxos de capitais, medidas macroprudenciais e políticas de austeridade fiscal (ARORA et al., 2012).

Em *working paper* de 2019, assinado por Cherif e Hasanov com a ressalva de não representar necessariamente a visão da instituição, o FMI parece reconhecer a importância da política industrial para o desenvolvimento sustentado – em evidente contraponto ao receituário econômico neoliberal. Tanto quanto o “*Neoliberalism: Oversold?*” impressionou à sua época, este artigo não deixa de destoar do posicionamento mais tradicional do Fundo de historicamente promover e reforçar a agenda do Consenso de Washington. Os autores recuperam casos em que políticas de tecnologia e inovação mostraram-se correlacionadas a níveis significativos de desenvolvimento econômico e apontam três elementos que parecem ter sido adotados nestes casos (CHERIF; HASANOV, 2019):

1. a intervenção estatal para corrigir falhas de mercado que impedem o desenvolvimento de produtores nacionais em setores sofisticados;
2. uma orientação a exportações, em oposição às políticas industriais do tipo substitutivas de importações;
3. o fomento à concorrência, tanto no âmbito doméstico quanto internacional, mas com rigorosa responsabilização pelos ganhos e perdas econômicos decorrentes das políticas adotadas.

Em um sentido mais amplo, diversos trabalhos recentes apontaram, em linha e à luz dos artigos do FMI mencionados, o reconhecimento da instituição de que os benefícios de suas recomendações econômicas nem sempre se concretizaram<sup>9</sup> – agregando mais elementos à discussão sobre potenciais crises da própria hegemonia neoliberal. Aqui, também Geier (2016) e Mazzucato (2021) argumentam que o FMI, historicamente, tem sido um dos principais defensores do neoliberalismo. Este seria o motivo para seu espanto – e o da comunidade de acadêmicos, teóricos e observadores – diante do lançamento do “*Neoliberalism: Oversold?*”, questionando a eficácia de um programa que era base para a política econômica *mainstream* na

---

<sup>9</sup> Até mesmo veículos tradicionais como o Financial Times e a Forbes repercutiram o reconhecimento do FMI de que as políticas que tanto receberam seu apoio – ou foram impostas em arranjos condicionais – ao fim contribuíram não para o desenvolvimento sustentado, mas antes para a produção de fragilidades econômicas, ciclos de volatilidade e aumento da desigualdade. Artigos disponíveis em: <https://www.ft.com/content/4b98c052-238a-11e6-9d4d-c11776a5124d> e <https://www.forbes.com/sites/eriksherman/2016/06/05/even-the-imf-sees-30-years-of-neoliberalism-as-a-mistake/?sh=61b637e526ab>.



maior parte do hemisfério Ocidental desde o fim da Guerra Fria (GEIER, 2016; MAZZUCATO, 2021).

Em linha com esta argumentação, Chwieroth (2010) aponta que as regras formais do FMI permitem que os países que ao Fundo subscreveram empregar políticas como o controle de capitais. Este consentimento não passou por alterações qualitativas significantes desde que a organização foi fundada em 1945, mas, informalmente, uma parte de sua equipe econômica, principalmente nos anos 1980 e 1990, passou a tratar os controles de fluxos financeiros – antes parte da ortodoxia econômica – uma heresia (CHWIEROTH, 2010).

Mais recentemente, por outro lado, os principais pesquisadores do FMI parecem estar reconhecendo que os ganhos de algumas políticas que formam parte importante da agenda neoliberal foram superestimados (NORTON, 2016; RODRIK, 2017). Norton (2016) aponta que, ao analisar duas das práticas mais fundamentais do receituário neoliberal – a liberalização financeira e a austeridade -, o FMI formalizou no “*Neoliberalism: Oversold?*” suas conclusões mais flagrantes de que sua atuação na gestão do sistema financeiro e monetário globais parece ter sido inconsistente com seus objetivos de promoção do desenvolvimento econômico (NORTON, 2016).

Este reconhecimento, para o autor, é extremamente relevante diante das décadas de imposição de políticas e medidas econômicas que, ao final, mostraram-se prejudiciais para a estabilidade e para o crescimento das economias que adotaram políticas neoliberais. Por outro lado, o fato de o FMI admitir que sua agenda foi sistematicamente superestimada não significaria necessariamente que atuará segundo as próprias conclusões publicadas em 2016 ou que passará a efetivamente descontinuar suas recomendações e imposições aos países que o procuram (NORTON, 2016).

Também Rowden (2016) aponta para o reconhecimento de que os principais proponentes da agenda neoliberal inflaram os benefícios potenciais para o desenvolvimento econômico de duas de suas principais bandeiras – a austeridade fiscal em tempos de baixa atividade econômica e a desregulação e liberalização do setor financeiro. O observador entende que é de grande relevância a aquiescência do FMI por ser esta uma organização reconhecida por seu posicionamento ideológico, apontando não apenas o reconhecimento de que as reformas defendidas exacerbaram desigualdades e frearam o crescimento econômico – mas também que

o seus pesquisadores admitiram que prescrições defendidas por seus críticos, como a regulação de alguns tipos de fluxos de capital, políticas de estímulos fiscais Keynesianas e a efetiva redistribuição de renda – teriam mais mérito do que o FMI esteve disposto a admitir durante décadas<sup>10</sup> (ROWDEN, 2016).

Por outro lado, a liderança do Fundo à época parece ter se apressado em distanciar a instituição das opiniões expressas em “*Neoliberalism: Oversold?*” – buscando deixar claro que não haveria intenção de abandonar o neoliberalismo. Anteriormente nesta mesma dissertação buscou-se apontar para momentos e contextos em que tanto apoiadores quanto críticos evitaram a menção a esta que é a racionalidade que pareceu esquivar-se, por seus próprios meios e méritos, das crises e flagrantes retrocessos econômicos e sociais – tornando o debate sobre sua hegemonia um campo de vastas contribuições críticas (ROWDEN, 2016).

Neste sentido, Rowden (2016) aponta ainda para as palavras do ex-economista-chefe do FMI, Maurice Obstfeld, em reconhecimento de que a crise financeira de 2008 lastreou uma revisão ampla das políticas macroeconômicas e financeiras na comunidade acadêmica e política globais, ainda que a publicação de 2016 do Fundo tenha sido “amplamente mal interpretada” – na medida em que não refletiria mudanças relevantes na abordagem da instituição. O “*Neoliberalism: Oversold?*” seria, assim, antes uma reflexão em cima do debate sobre o neoliberalismo e sua continuidade hegemônica do que uma reversão ou reorientação das políticas inspiradas nos livres mercados, tão tradicionalmente defendidas pelo FMI (ROWDEN, 2016).

Ainda segundo Rowden (2016), muitos estudiosos do FMI argumentam que a instituição continua a operar de forma propositiva em benefício da agenda neoliberal, atrelando de forma condicional políticas de austeridade e abertura econômica a seus programas de empréstimos e financiamentos<sup>11</sup>. Em uma análise do teor desta

---

<sup>10</sup> Em tom sarcástico, diante do reconhecimento do FMI que aqui se analisa, a jornalista e ativista Naomi Klein (A Doutrina do Choque, 2008) pergunta-se de forma retórica no twitter se os bilionários que o neoliberalismo criou devolverão seu dinheiro. Norton (2016) também oferece uma analogia, ao imaginar o *mea culpa* do FMI como o Papa declarando que Deus não existe (NORTON, 2016). Ambos os comentários refletem a dimensão, relevância e ineditismo da publicação de 2016 do FMI, que tece considerações contrárias a muito do que a organização historicamente apoiou.

<sup>11</sup> Neste sentido, pode-se citar dois artigos publicados pelo Washington Post e pela Organização Internacional do Trabalho que argumentam que o FMI se descolou apenas no discurso das práticas neoliberais de imposição de austeridade e os chamados ajustes estruturais em troca de empréstimos e financiamentos. Menções disponíveis em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/06/02/did-the-imf-actually-ease-up-on-demanding-structural-adjustments-heres-what->

influência do FMI sobre as políticas econômicas dos países, Chwieroth (2007) argumenta que suas prescrições parecem colocar-se de forma coercitiva e também persuasiva – sendo capazes de moldar-se ao que o FMI poderia considerar apropriado em determinados contextos (CHWIEROTH, 2007).

Também em relação à narrativa da organização, é possível observar a relevância do fato de o FMI usar a palavra “neoliberalismo” – até então utilizada quase que unicamente pelos críticos da liberalização econômica. Em linha com esta nota, pode-se argumentar que o debate recente e a crítica abertos sugerem que existe o entendimento que a hegemonia neoliberal segue vigente. Os desafios alimentados por suas políticas de desenvolvimento econômico teriam sido mais facilmente ignorados quanto estiveram limitados a crises no mundo em desenvolvimento, como nos episódios da América Latina nos anos 1980, no leste Asiático dos 1990 e na Rússia e Turquia no início do século XXI. Por outro lado, desde que a crise financeira de 2008 atingiu também os países ricos, as limitações e fragilidades da agenda neoliberal passaram a ser difíceis de negar (RODRIK, 2017).

Stiglitz (2002) também entende que as políticas neoliberais e as prescrições do FMI – em especial a liberalização financeira – contribuíram para a geração de instabilidades globais. O economista identifica na elevação das taxas de juros o principal canal de transmissão da imposição de políticas monetárias contracionistas sobre a economia real, com o efeito de deprimir os investimentos privados e conter a criação de empregos. Assim, argumenta, a liberalização econômica tende a ser acompanhada pelo aumento da pobreza e não pelo desenvolvimento que promete (STIGLITZ, 2002).

Neste sentido, Stiglitz (2002) reforça que a partir de seus estudos a maior parte dos programas de ajuste estruturais concedeu benefícios líquidos para poucos em detrimento de muitos. Fazendo referência ao “*Neoliberalism: Oversold?*”, Dangl (2016) entende que o FMI admitiu que o neoliberalismo não foi capaz de cumprir suas promessas de desenvolvimento – mas que, longe de fracassar, promoveu uma agenda econômica que favoreceu para a parcela mundial do 1% mais ricos que, à época de sua análise, passou a somar a mesma riqueza que o resto da população global combinada (DANGL, 2016).

Em relação aos impactos dos processos de liberalização financeira, Angelico e Oliveira (2020) argumentam que os modelos ortodoxos, dos quais o neoliberalismo emprestou certa inspiração, estiveram errados. Ao analisarem estudos empíricos *mainstream* produzidos sobre o tema concluíram que “diversos pressupostos teóricos formulados *ex-ante* sobre globalização financeira foram desmistificados, e diversos riscos e disfunções até então desconhecidos começaram a ficar evidentes.” (ANGELICO; OLIVEIRA, 2020).

Em outras palavras, os benefícios prometidos pela abertura financeira, com seu ápice nos anos 1980 e 1990, não foram observados e muitas premissas foram construídas de forma a dar suporte para os supostos benefícios da livre movimentação de capitais. De acordo com estes pressupostos, os ajustes estruturais, priorizando a remoção de controles de fluxos financeiros, garantiriam mais altas taxas de crescimento econômico, ajustes automáticos de variáveis macroeconômicas e estabilidade de longo prazo. No entanto, a partir dos estudos empíricos analisados, não seria possível identificar correlações significativas em benefício deste argumento e, na verdade, implicariam na existência de maiores riscos de crises, estagnação e instabilidade daqueles países com maiores graus de liberalização econômica – não tendo sido verificadas taxas mais elevadas de crescimento econômico, investimentos privados ou estabilidade financeira (ANGELICO; OLIVEIRA, 2020).

Para Klein (2007), os programas de ajuste estrutural relegam a produção de pobreza a um efeito colateral da aplicação da agenda neoliberal e que deverá ser resolvido pelo livre-mercado e suas forças apaziguadoras. O Estado seria, assim, esvaziado pela atuação de vetores como o Banco Mundial e o FMI – na medida em que exercem influência sobre os ditames econômicos dos governos nacionais. Citando a concessão de empréstimos e recursos condicionais a “reregulações” econômicas, Klein argumenta que estes organismos supranacionais acabam por limitar a soberania das nações e restringem sua autonomia sobre a tomada de decisão econômica – concebendo um ativismo Estatal específico<sup>12</sup> (KLEIN, 2007).

---

<sup>12</sup> Neste sentido, Naomi Klein (2007) ainda faz menção a um certo “Estado corporativista”, caracterizado pelo predomínio de empresas administrada por elites econômicas muitas vezes ligadas ao capital financeiro internacional. Em complemento, esta burguesia corporativa teria o benefício do livre trânsito entre as posições que ocupam no mundo empresarial e cargos públicos – ensejando graves conflitos de interesses e contribuindo, de certa forma, para a manutenção do status quo neoliberal (KLEIN, 2007). Para outras considerações sobre o neoliberalismo e a produção e perpetuação de elites empresariais, ver *Managerial Capitalism*, de Duménil e Lévy (2018).

É neste contexto que Stiglitz (2002) argumenta que algumas poucas instituições, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e mesmo a União Europeia, exercem variados graus de influência sobre a governança econômica global. No entanto, muitos dos impactados por suas decisões não possuem visibilidade ou poder efetivo para apresentar contrapontos – até porque, em seu ponto de vista, estas instituições seguem insistindo em um programa neoliberal flagrantemente ultrapassado e desacreditado (STIGLITZ, 2002). Para Dardot e Laval (2019), a mediação destes organismos de governança tornou-se com o tempo um sistema global de poder – orientado para priorizar sua própria manutenção e viabilidade (DARDOT; LAVAL, 2019).

Isto parece revelar do paradigma neoliberal certo poder de resiliência e adaptabilidade, como mencionado anteriormente nesta dissertação – contribuindo para a percepção de que, no debate recente sobre o fim do neoliberalismo, tão importante quanto identificar seus impactos econômicos e sociais é analisar suas narrativas, transformações e os canais de transmissão – ou imposição – pelos quais operacionaliza sua agenda econômica.

## **5.2 O novo neoliberalismo, a relação com o autoritarismo e as alternativas viáveis**

Há dificuldades de encontrar produções atuais de teóricos, observadores, instituições e mesmo veículos especializados que argumentem pelo fim do neoliberalismo. Por outro lado, abundam análises e hipóteses que, ao tratar do paradigma econômico contemporâneo, lançam mão de definições e simbolismos variados que o descrevem como um capitalismo de tipo neoliberal, ainda hegemônico – tanto do ponto de vista de uma governamentalidade como de um instrumento de classe. Este, por sua vez, parece ter demonstrado sua capacidade de transformar-se de acordo com o contexto em que opera tendo sobressaído nos momentos de crises, revelando sua profunda capacidade de adaptação (PECK, 2010; CROUCH, 2011; AALBERS, 2013).

Para Dardot e Laval (2019), a fim de compreender e qualificar a mutação atual do neoliberalismo e não confundi-la com a ruptura de sua hegemonia, é necessário adotar uma abordagem dinâmica em relação a seu conceito crítico – na medida em que quatro décadas de neoliberalização imprimiram profundas

mudanças na sociedade, economia e nos sistemas de governo globais (DARDOT; LAVAL, 2019).

Neste sentido, a literatura crítica utiliza a designação “novo neoliberalismo” a fim de “registrar uma série de mudanças dentro da matriz neoliberal: orientações ideológicas (abstratas) e práxis (concretas) tal e como vinham se consolidando durante o novo milênio.” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 38). Segundo este autor, o neoliberalismo a partir dos 2000 já não teria sofrido ou produzido rupturas no regime de acumulação capitalista; ao contrário, teria aprofundado e reforçado suas principais tendências (PUELLO-SOCARRÁS, 2008).

Para Davies (2014), a sobrevivência deste neoliberalismo contingente implica uma rejeição radical da definição tradicional de crise como um processo de interrupção periódica e recriação das condições de estabilidade e normatividade. As hipóteses de que o neoliberalismo seria superado como paradigma econômico, tal qual o Keynesianismo no final dos anos 1970, derivariam diretamente daquela noção modernista ou dialética da história (DAVIES, 2014).

Dean (2012) argumenta nesta linha de pensamento ao refletir sobre a crise ou a transformação do neoliberalismo – e se os impactos da crise de 2008 teriam respaldado o surgimento de novas formas de regime de governo, ainda dentro de uma racionalidade neoliberal, ou se sua hegemonia teria encontrado um fim. Para o economista, este sistema de pensamento pressupõe que as crises são hiatos que marcam inícios e fins de eras, quando pode ser mais relevante observá-las dentro contextos e ciclos mais amplos de instabilidades e rupturas (DEAN, 2012).

Visto desta maneira, Peck (2010) argumenta que há um relacionamento mútuo de constituição entre a normatividade neoliberal e as crises – em oposição ao que ele chama de “momento Muro de Berlim”, em referência a uma ruptura definitiva. Historicamente, o neoliberalismo nasceu da crise do liberalismo nos anos 1930, amadureceu até tornar-se proeminente como uma força política na crise dos 1970 e tomar uma forma ainda mais complexa e por vezes contraditória a partir das crises das décadas de 1990 e 2000. Neste sentido, o paradigma neoliberal parece valer-se e renovar-se através das crises, tendo se transformado e mutado em cada episódio de crise nos diversos contextos de instabilidade econômica e política (PECK, 2010).

Davies (2016) argumenta que o neoliberalismo em seu estágio atual é manifestamente diferente daquele que superou o paradigma Keynesiano a partir dos anos 1980 – e também daquele que parece ter emergido da crise financeira de

2008. Em seu entendimento, o neoliberalismo entrou em uma espécie de fase pós-hegemônica, no qual os sistemas e rotinas de poder sobreviveram – mas sem uma autoridade normativa ou democrática em sua prática. O autor argumenta que esta racionalidade transformada seria equivalente a uma nova fase do neoliberalismo, na qual já não lhe é fundamental a formação de consenso para imperar (DAVIES, 2016).

Uma característica marcante deste novo neoliberalismo estaria ligada à moralidade com a qual suas políticas econômicas operam em favor dos estados credores. Esta lógica teria sido inaugurada pela absorção das dívidas bancárias pelos governos, criando a justificação da austeridade e operando através de um mecanismo de características punitivas. Em outras palavras, a austeridade e a internalização de certa moralidade produzem um julgamento típico da racionalidade neoliberal que produzem o sentimento de que é necessário sofrer pelo crescimento econômico calcado no crédito – exacerbando, através da subjetivação, um senso de recriminação e culpa, alimentando expectativas de imposição de novas punições (DAVIES, 2016).

Uma forma de interpretar a violência aparentemente sem sentido do novo neoliberalismo punitivo é como uma estratégia para contornar a crise e, ao mesmo tempo, buscar preservar o status quo e ocupar o espaço crítico que, de outra forma, poderia ser preenchido pela busca por evidências empíricas ou críticas que dessem conta de explicar a natureza da realidade. Parece ser deste contexto que emergem e se aprofundam discursos e narrativas vagos, como o da empreendedorização do indivíduo, o mérito e a moral como guias para o desenvolvimento pessoal, para a superação das crises e para a prosperidade econômica (DAVIES, 2014).

Para Puello-Socarrás (2008), este Estado Punitivo é um dos três eixos paradigmáticos que compõem as estruturas econômico-políticas atuais. O vetor soma-se a um Estado de Trabalho (*Workfare state*) e ao Estado Empreendedor (*Entrepreneurial state*) e constitui não apenas a integralidade pragmática do novo Estado neoliberal, mas também momentos – temporais e conceituais – que lhe são característicos. Em outras palavras, o novo neoliberalismo seria uma combinação simultânea das fases do neoliberalismo tradicional, “observado compreensivamente em sua tripla condição de Estado Punitivo de Trabalho Empreendedor” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 57).

Em sua hipótese, Puello-Socarrás (2008) argumenta que este novo Estado neoliberal demonstra e combina certas características específicas, como uma condição autoritária (pela presença de governos conservadores), um aprofundamento da exploração capitalista (tanto do trabalho humano quanto da natureza), reformulações nos níveis governamental e organizacional (compondo um tipo de ativismo de Estado inspirado em mecanismos punitivos), uma acelerada alienação do indivíduo enquanto empreendedor e o fortalecimento de uma faceta regulatória. Em suma, não se trataria apenas dos termos de uma exploração econômica, mas também de um governo de dominação política e de opressão social – cujos resultados promovem tão somente o aprofundamento do status quo (PUELLO-SOCARRÁS, 2008).

Dardot e Laval (2019) também argumentam que o neoliberalismo se reforça como sistema de poder ao mesmo passo que transforma-se intrinsecamente. Uma evidência apontada pelos autores é o fato de a história recente ter anunciado regularmente o fim do neoliberalismo, em episódios como a crise da dívida europeia, a crise de 2008, a eleição de Donald Trump nos EUA e o referendo sobre o Brexit de 2017 – sendo que sua normatividade parece seguir implacável, transformando-se progressivamente e desmobilizando as resistências que se impõem. É necessário, assim, compreender esta radicalização e a plasticidade deste novo neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2019).

Para Laval (2020), este conceito reflete a versão atual da governamentalidade neoliberal – que aprofunda seu alcance e seus impactos e incorpora estilos populistas e antidemocráticos de governo em sua forma de domínio sobre a sociedade. Para o pensador, “o modo de governo das condutas segundo o princípio da concorrência é suscetível de se articular com ideologias estranhas à pura lógica do mercado, sem, por isso, cessar de se impor como racionalidade dominante” (LAVAL, 2020, p. 279).

Ainda para o autor, o novo neoliberalismo seria a formação conjunta da governamentalidade neoliberal e um “imaginário soberano” – entendido como a crença no Estado-nação como a soberania alternativa à globalização fracassada. Neste sentido, uma característica que lhe é típica é a reversão da insatisfação popular contra o sistema-mundo, de modo habilidoso e demagógico, e sua canalização precisamente contra os próprios interesses da sociedade. O endereçamento destes ressentimentos e desencantamentos – e a luta travada



contra inimigos escolhidos, quase sempre amorfos, caricatos e intangíveis – complementa as promessas de ordem e proteção por parte das lideranças políticas em troca da adesão das massas vulneráveis à política neoliberal (LAVAL, 2020). Para Brown (2019), este mecanismo seria eficiente para o salvamento e perpetuidade do neoliberalismo e contribuiria para autorizar Estados crescentemente antidemocráticos (BROWN, 2019).

Esta natureza antidemocrática, para Dardot e Laval (2019), explicaria em grande parte por que o neoliberalismo gesta e é gestado por crises regulares e por que contribui para um esvaziamento da democracia – compondo uma norma original que combina certo autoritarismo antidemocrático, um nacionalismo econômico acentuado e um aprofundamento da racionalidade capitalista de mercado. Esta seria mais uma das metamorfoses do neoliberalismo e o posicionaria mais distante daquele que já foi um neoliberalismo clássico, ainda detentor de uma imagem liberal, democrática e que precisava justificar-se para seguir hegemônico (DARDOT; LAVAL, 2019).

Isto mostraria como o neoliberalismo pode ser complexo e paradoxal, na medida em que seu estágio atual atua muitas vezes, por exemplo, pelo fechamento de fronteiras, pelo culto à soberania do Estado e a valorização da nação – contrastando com a associação tradicional à abertura econômica, à globalização, à priorização das liberdades individuais e à ojeriza a regimes de governo populistas (DARDOT; LAVAL, 2019).

Cabe uma observação de que o debate sobre o fim do neoliberalismo, apesar de relativamente apaziguado em seu momento mais recente que sua agenda não morreu, toma suas transformações como elemento recorrente na busca por compreender e qualificar seu alcance atual. Parece que o debate recente tem pendido relativamente mais para questionamentos como “qual o próximo estágio do neoliberalismo?” e “como suas transformações impactam a economia e a sociedade” ou ainda “a produção de inconsistências, contradições e aprofundamentos se sustentarão até quando?” – e menos aquelas reflexões que colocavam a hipótese que o neoliberalismo acabou e que pensavam o que viria a seguir, especialmente nos grandes choques de 2008 e 2020.

Como aponta Mirowski (2013), no debate recente à luz da Grande Recessão, as soluções adotadas para dirimir a crise financeira não pareceram priorizar a retificação das falhas que levaram a economia ao colapso – do qual pareceu emergir

uma direita política autoritária (MIROWSKI, 2013). Neste sentido, Klein (2007) já pontuava que períodos imediatamente subsequentes a grandes choques sociais parecem configurar as melhores oportunidades para a imposição de ideias radicais (KLEIN, 2007).

Em linha com este raciocínio, Roth (2020) argumenta que a sociedade parece menos incomodada na tomada de poder pelos governos em tempos de crises. Para o autor, a própria ruptura da pandemia configura um exemplo deste elemento à medida em que mecanismos como “a guerra contra o vírus” e o decreto de estados de exceção permanentes foram utilizados para justificar restrições a liberdades civis e a colocação dos interesses sociais em segundo plano (ROTH, 2020). Também para Rodrik (2021) há evidências significativas de que choques derivados da globalização, nos vetores de comércio, financeirização e imigração, exerceram efeitos importantes sobre o apoio de movimentos populistas – especialmente para os de extrema direita (RODRIK, 2021).

Sumonja (2021) entende que os regimes de governo antidemocráticos foram fundamentais para a amplitude da resiliência que o neoliberalismo apresenta no contexto atual, de certa forma salvando-o de si mesmo e sem perturbar o regime capitalista de acumulação e a distribuição de riqueza que ele imprime (SUMONJA, 2021). Salgado (2021) aplica este entendimento e o relaciona ao retorno das políticas de austeridade ainda antes da eclosão da pandemia de coronavírus, em 2019, argumentando que variações de regimes antidemocráticos subiram ao poder tanto nos países do Norte (com Donald Trump nos EUA<sup>13</sup>, Boris Johnson na Inglaterra e Emmanuel Macron na França) quanto do Sul (Jair Bolsonaro no Brasil, Jeanine Áñez na Bolívia e Sebastián Piñera no Chile).

Esta experiência teria mudado o neoliberalismo, inspirando e emprestando-lhe uma roupagem mais autoritária, violenta – especialmente para migrantes e populações minoritárias – e novas formas de vigilância e exercício de poder através das redes, bem como o exercício de práticas cada vez mais descentralizadas de estímulo à empreendedorização e à racionalidade de mercado de tipo empresarial, corporativa e gerencial (SALGADO, 2021).

---

<sup>13</sup> Laval (2020) entende que a ascensão de Donald Trump ao poder é apenas mais um exemplo da aplicação quase paradoxal do neoliberalismo pela direita autoritária, que impõe um neoconservadorismo como ideologia que a identifica, de tom moralizador, e que parece “incompatível com o caráter “amoral” da racionalidade neoliberal [...] e aparentemente estranha a suas ideologias nacionalistas e religiosas” (LAVAL, 2020, p. 279).

A conversão da sociedade em partículas de concorrência e a transformação dos indivíduos em capitais humanos em eterna competição não é novidade na conformação neoliberal atual. No entanto, este mecanismo parece seguir atuando sobre as bases da vida social e econômica de modo a cooptar o regime democrático e operacionalizar, através de amplo convencimento das classes populares, cuja cólera é habilmente manejada, a ascensão de programas de governo antidemocráticos. Neste processo, os modos de poder político, sobretudo autoritários, atuam sobre a redução de impostos para os mais ricos, o corte drástico de investimentos sociais, reregulações – especialmente financeira e ambiental – e contribuem para a manutenção e aprofundamento da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2019).

Para Rodrik (2017), muito da discussão contemporânea sobre a política do ativismo de Estado neoliberal ainda se cerca das normas e princípios aterrados na figura dos homens econômicos. Este foi modificando-se desde a guinada aos mercados, a partir dos 1980, passando inclusive por estados de centro-esquerda, dos EUA à Europa<sup>14</sup>, incorporando seu receituário econômico e embrenhando-se nas estruturas de poder (RODRIK, 2017).

Em 2018, Duménil e Lévy argumentavam que, até aquele momento, não se verificava um retorno completo às dinâmicas do período anterior às crises recentes em relação à regulação financeira e políticas macroeconômicas. Não estaria claro se as medidas de enfrentamento tomadas a partir de 2008 e que foram abaladas pelas instabilidades dos anos 2010 seriam reorientações efêmeras ou se poderiam consolidar-se nas décadas posteriores, tomando a aparente forma de um “neoliberalismo administrado” – um paradigma combinado com políticas mais incisivas – ou um “neogerencialismo” (em inglês, “*neomanagerialism*”) – visto como uma prolongação e aprofundamento da ordem social neoliberal (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

Diante do contexto mais atual, conformado pela crise da pandemia, Rodrik (2020) entende que o cenário posto parece consolidar e intensificar as tendências

---

<sup>14</sup> Dardot e Laval (2019) argumentam que, atualmente, todas as variações nacionais do neoliberalismo estão submetidas a uma transformação conjuntural, sendo o Trumpismo um exemplo de sua “forma quase pura”. Os autores apontam que esta mutação não se restringe apenas ao neoliberalismo estadunidense, estendendo-se, de alguma forma, a todos os regimes que manifestam tendências nacionalistas, antidemocráticas e xenófobas. São todos casos de encarnações de uma síntese, até então improvável, de nacionalismos econômicos, globalização financeira e políticas econômicas afeitas à racionalidade empresarial (DARDOT; LAVAL, 2019).

existentes – em vez de constituir o ponto de inflexão para a política e economia global que muito se aventou e que conduziria o mundo por um novo caminho. Para o economista, parte da reafirmação e aprofundamento das características da ordem dominante passa pela consolidação de regimes de governo autoritários – que, longe de reverter as tendências evidentes anteriores às crises dos 2000 e 2010, dará sequência à agonia do neoliberalismo e seguirá colocando-o na defensiva diante das reivindicações populares (RODRIK, 2020).

Em um sentido mais amplo, toda essa mudança do neoliberalismo parece ter produzido reflexões acerca de formas de resistência e sistemas alternativos à governamentalidade neoliberal. Este é outro elemento relevante da discussão sobre o fim do neoliberalismo, à medida que o debate avança para pensar e seguir questionando os limites, limitações e alternativas deste paradigma: se o neoliberalismo não morreu e representa para as massas a desesperança de um futuro melhor, mais equitativo e sustentável, o que seria necessário para derrotá-lo? O que viria a seguir? Quais seriam as características do paradigma a substituí-lo?

Alguns teóricos e pensadores arriscam-se neste terreno incerto e ainda em construção. Em 2005, Saad-Filho argumentava que as limitações e insuficiências do neoliberalismo tornam essencial – especialmente para as maiorias pobres, que não chegaram a beneficiar-se do desenvolvimento econômico – que se considerem políticas alternativas às neoliberais. Estas devem priorizar o fomento à igualdade, democracia e justiça social, focando no crescimento econômico, na geração de empregos de qualidade, inclusão social, a garantia de condições e necessidades básicas e o provimento de bem-estar para o amplo da população. O autor argumenta que estes objetivos podem ser alcançados apenas mediante políticas industriais e de investimentos centralizadas e com vistas ao longo prazo (SAAD-FILHO, 2005).

Para Stiglitz (2019), uma agenda viável alternativa ao receituário neoliberal deve focar na educação, pesquisa, proteção ambiental e no combate às mudanças climáticas – citando os mecanismos e políticas contidos em iniciativas como o Green New Deal. Em linha com a argumentação de Saad-Filho (2005), o economista cita a atenção que deve ser dada às políticas públicas que priorizam as necessidades básicas das populações, que incluem programas de segurança econômica, o direito de acesso ao mercado de trabalho e a remunerações dignas, a cobertura de saúde e habitação de qualidade, educação e sistemas previdenciários (STIGLITZ, 2019).

A centralização dos serviços públicos e o foco na justiça econômica é também para Gibb (2021) um dos caminhos viáveis para a superação do neoliberalismo e para a criação de um futuro mais sustentável, próspero e inclusivo. Em sua opinião, o Consenso de Washington deve ser combatido tanto quanto deve ser rejeitada a ideia de “reconstrução” ou “retomada” no contexto pós-pandemia – em alusão às condições precárias e degradantes que já eram verificadas no cenário pré-crise<sup>15</sup>. Estas teriam sido responsáveis pela criação dos problemas combatidos na atualidade e provaram ser flagrantemente incapazes de responder de forma eficiente às crises econômica, ecológica e de saúde pública (GIBB, 2021).

A criação de uma economia global mais resiliente e sustentável passaria ainda por uma renovação completa do relacionamento entre os setores públicos e privados. Neste sentido, reforçar o papel econômico Estatal poderia ir ao encontro de metas sociais, do estímulo à solidariedade internacional e de uma reestruturação da governança global em benefício das sociedades. Por fim, os investimentos públicos devem ser reordenados e requalificados para priorizar a criação de valor coletivo de longo prazo – em detrimento da anteposição dos lucros de curto prazo dada pela governança neoliberal (GIBB, 2021).

Em linha com este pensamento, Laval (2018) apresenta um conceito próximo à antítese do neoliberalismo. Enquanto este fomenta como mote central o empreendimento do indivíduo através da subjetivação da racionalidade de mercado e da concorrência, o “comum” segue no sentido inverso, assume a insustentabilidade política da governamentalidade neoliberal e prioriza a construção de uma democracia ampla, participativa, verde, distributiva e que reforma os ativismos para dar poder à coletividade. O “comum”, neste sentido, não seria apenas um formato de luta contra o neoliberalismo, uma técnica ou uma bandeira de um novo paradigma econômico e social – mas sim um “princípio político”, que funda desde as bases as regras coletivas que se quer seguir e as emprega em favor da sociedade através de regimes democráticos, coletivos e participativos (LAVAL, 2018).

---

<sup>15</sup> É interessante notar o surgimento de relatórios e estudos que incorporam a ideia de “*build forward better*” (um jogo de palavras que busca refutar os ideais do plano estadunidense de recuperação chamado “*Build Back Better*” criado entre 2020 e 2021). Com o objetivo de criar novas estruturas e condições, em vez de retomar as antigas, muitas iniciativas tem priorizado a discussão de alternativas que fortaleçam a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável – que promova a justiça social, a inclusão econômica, a proteção ambiental e a saúde global. Uma das aplicações deste ideário de “*build forward better*” foi produzida pela CEPAL e pode ser conferida em seu repositório, disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46696>.

Também Valença (2019), por exemplo, aposta na construção de uma nova sociedade em bases radicalmente democráticas para a contestação do regime neoliberal. Seu argumento é pela recuperação das tendências históricas e a movimentação das forças políticas para organizar a ação coletiva, em oposição à cooptação do poder político pelas elites e classes capitalistas e da promoção de valores individualistas. Em seu entendimento, as respostas da racionalidade neoliberal às crises recentes foram moldadas por direitas extremas – verelando as prioridades de seu receituário de manutenção do status quo (VALENÇA, 2019).

Neste sentido, Salgado (2021) argumenta que a resistência popular tem se mostrado tão resiliente quanto o próprio neoliberalismo e ainda mais criativa na diversidade e amplitude de sua oposição ao regime paradigmático. O teórico entende que redes de solidariedade continuam a expandir-se e apresentam-se como formas alternativas àquelas que priorizam imperativos de produtividade, concorrência e relações inspiradas nos mercados. Em sua visão, a proliferação destas formas de organização política e social permitiriam questionar os limites da subjetivação colonial à qual as sociedades são submetidas e são elementos essenciais para uma oposição ao neoliberalismo – indo além de suas definições econômicas e dirigindo-se aos limites que sua agenda impõe sobre a noção de democracia (SALGADO, 2021).

Saad-Filho (2020) propõe uma sociedade que sirva à maioria para opor as fragilidades, negligências sistêmicas e ineficiências de um neoliberalismo com claro poder de transformação e perpetuação. A reorientação do ativismo econômico neoliberal seria pautada pela valorização da solidariedade, da coletividade e passaria a priorizar o desenvolvimento sustentável de forma a evitar novos episódios como o da crise sanitária e econômica da pandemia de coronavírus e seus impactos deletérios. Neste sentido, o autor entende que, como receituário dominante, o neoliberalismo esteve responsável pela produção de enfrentamentos às crises recentes, mas suas respostas foram autoritárias, negacionistas, carregadas de vigilância e sistemas de controles e avessas às minorias (SAAD-FILHO, 2020).

O autor ainda defende que esta alternativa progressista ao neoliberalismo deve prever mecanismos como a taxaçoão progressiva, a expansão e consolidação dos serviços públicos – inclusive prevendo a construção de capacidades e espaços ociosos para casos emergenciais – e estratégias de desenvolvimento sustentável – combinando uma política de saúde pública solidária e inclusiva, o desenvolvimento

de políticas industriais e a afirmação das capacidades estatais. Neste sentido, sua sugestão é de que os sistemas bancários dos países passassem a ser públicos, como forma de ordenar os fluxos de créditos e capitais e prevenir a especulação financeira. Outros serviços essenciais às sociedades também deveriam ser reforçados, de modo a garantir as necessidades básicas das populações (SAAD-FILHO, 2020).

Mazzucato (2021) entende que, depois de escapar de duas grandes rupturas no passado recente – o colapso financeiro de 2008 e a crise da pandemia de coronavírus -, o mundo enfrenta agora um futuro com riscos, incertezas, agitações e uma degradação climática sem precedentes. Neste sentido, as lideranças globais teriam duas alternativas viáveis a seguir: continuar apoiando e alimentando um sistema econômico flagrantemente fracassado, que contribuiu para a produção e reprodução dos desafios atuais, ou despir-se finalmente da hegemonia neoliberal e substituí-la por um novo contrato social global. Em sua argumentação, no entanto, o Consenso de Washington já estaria chegando ao seu fim e a superação dos desafios atuais, na figura da pandemia, das mudanças climáticas e da crescente desigualdade e fragilidade econômica, parece demandar uma recomposição radical da relação entre os setores público e privado (MAZZUCATO, 2021).

Em linha com este objetivo de criar uma economia global sustentável, equitativa e resiliente a economista aponta como alternativa o Consenso de Cornwall<sup>16</sup>. Este acordo reflete os compromissos expressados pelo conjunto de sete países mais ricos do globo em 2020, propondo uma ampla reorientação do ativismo de Estado em benefício da superação do choque de 2020 e da reconstrução econômica em bases sustentadas do ponto de vista social e ambiental. Entre suas demandas estão a revitalização do papel econômico dos governos pela implementação de metas sociais, calçadas em uma solidariedade internacional e uma governança global em prol do bem comum (MAZZUCATO, 2021).

Uma das características do receituário de Cornwall é o de priorizar uma atuação propositiva, antecipando riscos e impactos futuros das decisões presentes,

---

<sup>16</sup> Mariana Mazzucato (2021) cita alguns tópicos concretos desta agenda de desenvolvimento, como a obrigação dos beneficiários de subsídios e investimentos de organizações estatais e multilaterais de implementar uma rápida descarbonização (em oposição à obrigação mais tradicional de performar uma rápida abertura econômica em troca de recursos do FMI, por exemplo, para a realização de ajustes estruturais). Outros pontos seriam a substituição da mentalidade econômica de redistribuição pela de “pré-distribuição” e a coordenação estatal de iniciativas público-privadas pela formulação e execução de políticas orientadas ao desenvolvimento econômico resiliente, sustentável e equitativo.

modificando e criando proativamente os tipos de mercado considerados necessários para o desenvolvimento sustentado. Em suma, para Mazzucato (2021), a colocação de um sistema alternativo ao neoliberalismo passaria necessariamente por uma reorientação qualitativa da cooperação e coordenação internacional das capacidades estatais ampliadas – o que pressuporia o estabelecimento de um novo contrato social, avalizado por um consenso amplo e resiliente (MAZZUCATO, 2021).

Ao fim, a colocação de alternativas ao paradigma neoliberal parece ser tão ampla quanto diversas as formas de abordar e entender seu receituário e suas transformações, dado o entendimento de que sua hegemonia segue vigente. Nesse sentido, as alternativas e sucessões parecem passar pela reorientação do ativismo econômico inspirado nos mercados e na lógica da concorrência. Dardot e Laval (2019) inspiram esta reflexão ao argumentarem que a profundidade e extensão do domínio neoliberal é uma expressão de um funcionamento sistêmico, de escala global, cujas alternativas tomam forma à medida que suas contrarreações encontram brechas por onde se esgueirar. Os caminhos possíveis seguem em aberto, em construção.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de apresentar e contextualizar o debate recente sobre o fim do neoliberalismo, buscou-se aqui recuperar e organizar o pensamento crítico de teóricos, observadores e instituições que argumentaram tanto pelo fim quanto pela não ruptura da hegemonia neoliberal. Apesar de abordar um sistema de pensamento e conduta que já ultrapassa a marca de quatro décadas, torna-se evidente quão complexa, por vezes paradoxal, mas sempre adaptável é sua natureza. Neste sentido, buscar um olhar mais atento à sua definição e suas transformações é fundamental para apresentar e compreender como e por que surgiu – e ainda se desdobra – o debate sobre sua ruptura final.

Por um olhar científico, dois desafios imediatamente sobressaem. De um lado, é imperativo buscar a isenção de juízo de valores em relação à moral apregoada pelo receituário neoliberal e à própria crítica ao neoliberalismo, atendo-se aos dados empíricos e buscando amplitude nas fontes consultadas. É preciso resistir à ingenuidade de supor que a tudo o que há de ruim no mundo haja uma correspondência direta e proporcional à herança e hegemonia neoliberal. Como afirma Rodrik (2017), a natureza do neoliberalismo não é, por si só, boa ou ruim; este juízo dependerá da aplicação de suas políticas, do contexto e das instituições que o abraçarem. Não há, o economista segue, uma receita única e universal para o desenvolvimento econômico – mas todas as políticas servem a um propósito e tem seus efeitos e reações (RODRIK, 2017).

No entanto, os dados econômicos e registros históricos mostram que a generalização do princípio da concorrência, ao nível de mercado e de indivíduo, assim como a priorização de um ativismo Estatal voltado à acumulação desregulada de capital em detrimento das necessidades populares – elementos que marcam o capitalismo neoliberal – sistematicamente fragilizaram as defesas coletivas da sociedade e não corresponderam a um desenvolvimento econômico sustentado e inclusivo (DARDOT; LAVAL, 2019).

De outro lado, encontrou-se o desafio de refletir sobre o guia das condutas econômicas, sociais e subjetivas que parece seguir hegemônico e transformando-se ao mesmo passo que se propõe a apresentação deste debate. Conclusões mais estruturadas que visam pontuar a superação do paradigma neoliberal – ou sua continuada adaptação – devem ser possíveis apenas com maior distanciamento do

tempo presente. No entanto, esta observação parece conferir ao debate uma camada adicional de relevância na medida em que se constrói o senso crítico acerca dos modelos de gestão econômica e suas prioridades, da reflexão histórica e social da nossa caminhada e da identificação de alternativas diante das discussões do desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Neste sentido, buscou-se recuperar a construção histórica e a conceituação moderna de neoliberalismo a partir de suas duas vertentes interpretativas. Identificam-se com o enfoque da “mercadorização” os teóricos marxistas, tendo Harvey, Duménil e Lévy como expoentes – cujos trabalhos enfatizam o enfrentamento de classes favorecido pelo funcionamento da economia neoliberal e a reprodução da ótica da “acumulação por espoliação”. Esta sugere que o neoliberalismo cumpre um papel histórico de (re)conduzir elites ao poder econômico, ao mesmo tempo que dilui a presença do Estado como condutor e indutor do desenvolvimento econômico e legitimava um tipo específico de gestão macroeconômica (HARVEY, 2005; DUMÉNIL; LÉVY, 2011).

Uma visão alternativa à interpretação marxista é a proposta por pensadores como Brown (2019) e Dardot e Laval (2009), que enfatizam o caráter sociológico e político do neoliberalismo. Para esta vertente, através da ótica da “economização”, o neoliberalismo é um sistema normativo que estende a lógica da concorrência e do capital a todas as instâncias sociais – incutindo uma racionalidade material no âmago do subjetivo (BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2009). Este modo característico de ativismo é compatível com o conceito foucaultiano de governamentalidade, entendido como uma forma de guiar as relações sociais e os comportamentos humanos (FOUCAULT, 2009).

A partir destas conceituações, buscou-se apresentar o contexto em que, diante da crise financeira de 2008, o debate que se espelhava naqueles entendimentos críticos de neoliberalismo, e que objetivava entender se a Grande Recessão representou para a hegemonia neoliberal seu fim, voltou à pauta. Naquele contexto, o argumento da morte do neoliberalismo se deu, em um primeiro momento, em função da própria crise financeira – como o resultado de décadas de ativismo neoliberal. O debate sobre o fim do neoliberalismo também corresponde ao modo como os Estados socorreram a economia global, privilegiando o tecido econômico – como se confirma pelo resgate aos bancos e instituições financeiras – em detrimento do social – quando foram levantadas medidas de austeridade para

lidar com a expansão das dívidas públicas, reduzindo gastos públicos e aumentando impostos (ANDRADE, 2019; DARDOT; LAVAL, 2013).

A partir da exposição de teóricos, observadores e veículos especializados acerca da ruptura de 2008 e seus impactos sobre a conduta neoliberal, estes elementos parecem ter revelado as primeiras pistas de como o neoliberalismo é capaz de adaptar-se, contornar as crises, estender e aumentar seu domínio e justificar-se. São elementos que ilustram esta discussão a própria crise – enquanto elemento de ruptura; o ativismo estatal peculiar – voltado majoritariamente ao resgate do setor privado e, mais especificamente, do financeiro; e as políticas de austeridade que seguiram o resgate corporativo, como forma de domar a consequente explosão da dívida pública dos países afetados.

Neste sentido, diante da crise econômica da pandemia de coronavírus, produziu-se o entendimento de que o neoliberalismo resistiu e foi sob sua batuta que os Estados enfrentaram o choque pelo distanciamento social, gargalos estruturais e rupturas de cadeias globais de valor. Em outras palavras, as políticas de estímulo adotadas no enfrentamento das instabilidades estiveram inseridas em um contexto de retomada da atividade econômica remanescente da superação provisória e em processo de consolidação da última grande ruptura – o que sugere que a própria racionalidade neoliberal, modificada por aquele processo crítico, esteve e está sendo responsável, à sua maneira, por dar cabo da crise instaurada a partir de 2020 (RUGITSKY, 2020; SUMONJA, 2021).

Este enfrentamento seria marcado por um ativismo centrado em pacotes fiscais, sociais e do que passou a ser concebido como o Green New Deal, dando certa voz a uma demanda de que o sistema fosse radicalmente transformado e não mais remendado (RUGITSKY, 2020; RODRIK, 2020b). A ignição desta que está sendo a segunda “maior crise econômica global da história” em pouco mais de uma década seria, no entanto, a crise sanitária global – que tem sido apontada por observadores como sendo originada na perturbação ambiental causada pela superexploração industrial e amplificada pela fragilização das estruturas físicas e institucionais de saúde pública como um corolário direto de décadas de políticas neoliberais (SAAD-FILHO, 2020; RODRIK, 2020, SUMONJA, 2021). Assim, a crise causada pela pandemia de coronavírus parece ter dado continuidade ao debate que ganhou força a partir do choque de 2008 e que parece aprofundar a transformação do ativismo Estatal hegemônico.

Em meio a estes processos de rupturas econômicas e sociais e de transformações da conduta neoliberal, muitas reflexões buscaram entender e qualificar as mutações que o paradigma neoliberal, constantemente renovado, operacionalizado através de um tipo de ativismo Estatal específico e apoiado por instituições supranacionais, tem experimentado. Em outras palavras, se o debate que busca qualificar a hipótese do fim do neoliberalismo tem como ponto passivo sua continuidade, parece haver uma transferência de foco analítico para os resultados de suas promessas, dos corolários desta continuidade e das suas transformações na história recente.

Em linha com o entendimento de que o neoliberalismo segue exercendo sua governamentalidade, a racionalidade neoliberal modifica e é modificada pelo Estado, pelos discursos de entidades como o FMI e Banco Mundial e produz contrarreações e formas de resistência (ANDRADE, 2019). Neste sentido, buscou-se analisar elementos da globalização e da liberalização financeira – tida como uma das fundações da racionalidade econômica neoliberal – bem como o documento disponibilizado pelo FMI reconhecendo as fragilidades das políticas econômicas neoliberal. O artigo “Neoliberalism: Oversold?” ganhou notoriedade na discussão sobre o neoliberalismo na medida em que marca o reconhecimento de uma instituição que muito impulsionou, defendeu e impôs a agenda econômica neoliberal durante boa parte do século XX de que “em vez de favorecer o crescimento econômico, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, prejudicando o desenvolvimento sustentado” (OSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016).

Também foi considerado relevante para o objetivo central desta dissertação apresentar a literatura produzida em relação ao que passou a ser reconhecido como “novo neoliberalismo”. Este termo reflete o entendimento de que o neoliberalismo a partir dos 2000 já não teria sofrido ou produzido rupturas no regime de acumulação capitalista; ao contrário, teria aprofundado e reforçado suas principais tendências (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). Um destes elementos concentra-se na relação mutualística entre o neoliberalismo e os regimes autoritários e antidemocráticos modernos.

Isto mostraria como o neoliberalismo pode ser complexo e paradoxal, na medida em que seu estágio atual atua muitas vezes, por exemplo, pelo fechamento de fronteiras, pelo culto à soberania do Estado e a valorização da nação – contrastando com a associação tradicional à abertura econômica, à globalização, à

priorização das liberdades individuais e à ojeriza a regimes de governo populistas (DARDOT; LAVAL, 2019). Por fim, na forma de contrarreações a estas tendências recentes, buscou-se identificar as alternativas apontadas por teóricos e pensadores para o neoliberalismo em seu esforço por identificar caminhos viáveis para um futuro diferente, calcados na solidariedade, no bem-estar e na inclusão social e no endereçamento da crise climática.

Aos olhos do autor desta dissertação, com base nas leituras desenvolvidas e nos capítulos e conteúdos até aqui compilados, parece que a racionalidade neoliberal segue vigente na atualidade. Tal como comentado nos primeiros capítulos, é necessário dissociar as crises econômicas – que exercem seus impactos sobre a economia real – daquelas sistêmicas. Neste sentido, as rupturas de 2008 e 2020, por mais graves e destrutivas que tenham sido para as massas trabalhadoras, não parecem ter representado para o paradigma neoliberal sua superação.

Pode-se sim falar em crise da governamentalidade neoliberal (i.e. como modo de governar as sociedades) – à medida em que sua condução das condutas teve necessariamente que adaptar-se ao contexto em que esteve inserida e parece ter sido fundamental para a perpetuação do status quo – mas ela é relativamente autônoma em relação à crise econômica, como argumenta Andrade (2019). Dardot e Laval (2019) parecem ter razão ao afirmarem que não se trata apenas da prescrição de políticas econômicas ou da globalização financeira, mas sim, mais fundamentalmente, de uma racionalidade que operacionaliza um ativismo Estatal em favor da lógica do capital em toda forma de subjetividade e existência (DARDOT; LAVAL, 2019).

O princípio da concorrência e da subjetivação neoliberal incentiva que o indivíduo tire de si sua própria mais-valia e orienta as sociedades em direção às melhores instituições, permitindo-se separar com mais precisão os “vencedores” e os “perdedores”. Paradoxalmente, o que poderia ser apenas caracterizado como um imaginário de onipotência, parece vir acompanhado de sistemas públicos previdenciários, educacionais e sanitários desfigurados pela regulamentação neoliberal. É precisamente este neoliberalismo que define certa norma de vida, especifica um tipo de ativismo Estatal e nos conduz por uma luta econômica uns contra os outros, ordenando as relações sociais, justificando a destruição pelo caminho e moldando-se à ilimitação (LAVAL, 2020).

Neste sentido, os argumentos de que o neoliberalismo representa a retirada do Estado da economia destoam como nunca. Pelo contrário, a racionalidade neoliberal implica um Estado forte, condutor, que coloca a responsabilização privada do que deveria ser público, que tem um claro projeto e exerce uma escolha política inequívoca em benefício de poucos. Ainda, é uma ideologia que borra as linhas que costumam configurar as crises como pontos de inflexão que separam o antigo do novo por meio de uma clara ruptura.

Neste sentido pontuam Deckard e Shapiro (2019), para quem os sistemas-mundo não alcançam o patamar de hegemonia como um projeto concluído; antes, eles são um processo, não são um estado, demandam manutenção, revisão e renovação constantes. Este parece o caso de um neoliberalismo atual, resiliente, que lança mão de certa faceta de “capitalismo de desastre” ou “capitalismo de emergência”, para utilizar a expressão de Naomi Klein (2007), a caminho da acumulação por espoliação (DECKARD; SHAPIRO, 2019; KLEIN, 2007). Nas crises se admite que o Estado intervenha, mas sua contribuição aparece muito mais para garantir certos patamares de demanda agregada e sustentar os lucros privados do que propriamente em função de uma preocupação com as massas. Assim que a trajetória anterior de acumulação é retomada, os mercados se reacomodam e voltam a alocar os recursos eficientemente.

Considerando que a governamentalidade neoliberal parece estar sobrevivendo, adaptada, transformada, com discontinuidades e rupturas, mas também com elementos que sobreviveram aos choques recentes, parece difícil imaginar sua superação. O que eram até então tendências do regime de acumulação de capital neoliberal passaram a ser realidades exacerbadas a partir dos choques recentes, notando-se nas referências empíricas a explosão dos índices que medem a desigualdade de renda e riqueza e desemprego. Tal como reconhecido pelo FMI em “Neoliberalism: Oversold?”, o receituário neoliberal não resultou em desenvolvimento econômico sustentado – mas talvez tenha servido bem aos propósitos das elites financeiras e corporativas.

Assim, ambas as vertentes interpretativas do neoliberalismo – a “economização” e a “mercadorização” – parecem explicar e conciliar simultaneamente o fenômeno da neoliberalização, tamanha sua complexidade e poder de construir consensos em torno da realidade. É ele que chega ao subjetivo e prioriza seus protagonistas – na medida em que servem aos poderes e regimes já

instaurados, agora mais próximos das antidemocracias, e seguem incutindo sua racionalidade nas subjetividades. O neoliberalismo prospera apresentando as ruínas das condições socioeconômicas e redirecionando as insatisfações populares de volta para a sociedade, apresentando suas políticas como a melhor solução (MIROWSKI, 2013; BROWN, 2019). Para superar os problemas sociais, econômicos, dos trabalhadores e desassistidos: mais neoliberalismo.

A produção teórica e mesmo a cobertura midiática pareceram oferecer destaque às discussões que tentaram entender se o neoliberalismo tinha chegado a seu fim – à luz das crises asiática, Europeia, financeira e democrática – e também àquelas que, a partir do entendimento que o regime neoliberal segue vigente, buscam qualificar suas transformações. Como aponta Mazzucato (2021), os líderes mundiais enfrentam agora uma simples, mas não por isso menos relevante, escolha: seguir apoiando um sistema econômico evidentemente fracassado ou abandonar de uma vez por todas o Consenso de Washington e trabalhar pela sua substituição por um novo contrato social global (MAZZUCATO, 2021).

Por outro lado, como alerta Andrade (2019), não podemos ser tomados pelo otimismo de contar apenas com as contradições do capitalismo neoliberal e com o desenvolvimento de políticas sociais para a superação do neoliberalismo (ANDRADE, 2019). De outra forma, corremos o risco de aprofundar sua governamentalidade enquanto acreditamos estar trabalhando por sua superação. Afinal, as crises parecem ser para o neoliberalismo chances de modificar-se e justificar-se. Neste sentido, um entendimento crítico e correto do que implica a hegemonia neoliberal deve nos auxiliar a desenvolver a imaginação institucional necessária para redesenhar o capitalismo nos anos a seguir (RODRIG, 2017).

Como sugestão para este fim e para novas pesquisas que busquem estender a compreensão da realidade que nos cerca, poderá ser interessante examinar o neoliberalismo à luz das teorias de desenvolvimento econômico ou do institucionalismo – recuperando elementos das discussões acerca de paradigmas tecnológicos e das abordagens ao desenvolvimento capitalista como forma de explicar e contrapor o receituário neoliberal de crescimento econômico. Outra linha de pesquisa poderá ser voltada a contrastar o debate sobre o fim do neoliberalismo com contraprovas empíricas, buscando a comparação entre os impactos de suas políticas e as narrativas de seu receituário.

Caberiam também sugestões de estudos específicos sobre os episódios que suscitaram as discussões sobre a ruptura final do neoliberalismo, como a crise asiática de 1997, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e mesmo as crises de 2008 e 2020. Acredita-se que um exame mais focado poderia render evidências e argumentos ainda mais claros sobre a transformação histórica que a literatura recente parece reconhecer acerca do neoliberalismo. Ainda neste sentido, poderiam ser realizadas pesquisas que busquem analisar os discursos e narrativas de atores neoliberais como o FMI e o Banco Mundial e contrastá-los com suas práticas e mesmo realizar atualizações em relação ao continuado debate sobre o fim do neoliberalismo conforme avancemos na história – buscando identificar se seguimos rumando para uma superação de sua hegemonia ou para uma acomodação de sua governamentalidade.

Aqui foram enfrentadas limitações de ordem temporal, prática e mesmo técnica que tornaram desafiadora a abordagem crítica dos inúmeros elementos e contribuições pertinentes à temática do neoliberalismo – além de ser este um debate em contínua atualização. É pertinente apontar a existência de um trade-off entre apresentar o debate sobre o fim do neoliberalismo – o que rende um resultado amplo e diverso – e, por exemplo, focar em algum aspecto ou episódio mais específico de sua racionalidade – que tenderia a ser relativamente mais aprofundado. No entanto, espera-se que esta dissertação possa ser um ponto de partida, a partir de uma apresentação ampla do debate, para novas pesquisas e questionamentos críticos.



## REFERÊNCIAS

- AALBERS, Manuel B. Neoliberalism is Dead... Long Live Neoliberalism! Debates and Developments. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 3, p. 1083–1090, 2013.
- AMITRANO, Claudio. **Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia covid-19**: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2020.
- ANDRADE, Daniel Pereira. **Neoliberalismo**: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. Novos estudos CEBRAP, 2019.
- ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é o neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 1, p. 211–239, 2018.
- ANGELICO, Diego; OLIVEIRA, Giuliano. Capital account liberalization and its effects on economic growth and financial instability: the ex ante orthodox models were wrong. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VhYBK36LsdekPQmGcBvTbmg/?lang=en>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- ARORA, Vivek et al. The liberalization and management of capital flows: an institutional view. **An Institutional View**: IMF Policy Paper; Nov. 2012.
- AVINERI, Shlomo. Coronavirus Has Killed Neoliberalism. Even Trump Knows That. **Haaretz**, 2020. Disponível em: <https://www.haaretz.com/opinion/2020-03-30/ty-article-opinion/.premium/coronavirus-has-killed-neoliberalism-even-trump-knows-that/0000017f-f281-da6f-a77f-fa8f1f3b0000>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- BAILÉN, Inma Bonet. Japão aprova o maior pacote de estímulo fiscal de sua história. **El País Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-11-19/japao-aprova-o-maior-pacote-de-estimulo-fiscal-de-sua-historia.html>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- BIEBRICHER, Thomas. **Neoliberalism and Authoritarianism**. Global Perspectives Vol. 1, Issue 1, 2020.
- BLYTH, Mark. **Austerity**: The History of a Dangerous Idea. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BOAS, Taylor C.; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**, v. 44, n. 2, p. 137–161, 2009.
- BOWMAN, Sam. Coming out as Neoliberals. **Adam Smith Institute**, 2016. Disponível em: <https://www.adamsmith.org/blog/coming-out-as-neoliberals>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. **Cities and the geographies of actually existing neoliberalism**. In N. Brenner and N. Theodore, eds., Spaces of Neoliberalism. Oxford: Blackwell, 2002a.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CALLISON, William. **Mutant Neoliberalism**: Market Rule and Political Rupture. Nova York: Fordham University Press, 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CHERIF, Reda; HASANOV, Fuad. The Return of the Policy That Shall Not Be Named: Principles of Industrial Policy. **IMF Working Paper**. International Monetary Fund, 2019.

CHWIEROTH, Jeffrey. **Capital Ideas**: The IMF and the Rise of Financial Liberalization. Princeton: Princeton University Press, 2010.

CHWIEROTH, Jeffrey. **Testing and Measuring the Role of Ideas**: The Case of Neoliberalism in the International Monetary Fund. *International Studies Quarterly*, Vol. 51, No. 1, pp. 5-30, mar. 2007.

COPPOLA, Frances. Fiscal Austerity After The Great Recession Was A Catastrophic Mistake. **Forbes**, 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/francescoppola/2017/08/31/fiscal-austerity-after-the-great-recession-was-a-catastrophic-mistake/?sh=216f86f012fe>. Acesso em: 02 jun. 2022.

**Coronavirus, Crisis, and the End of Neoliberalism - The Bullet**. Socialist Project. Disponível em: <<https://socialistproject.ca/2020/04/coronavirus-crisis-and-the-end-of-neoliberalism/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

**Crise econômica causada pela pandemia será longa e rigorosa como a dos anos 30, aponta relatório feito na UFPR**. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/crise-economica-causada-pela-pandemia-sera-longa-e-rigorosa-como-a-dos-anos-30-aponta-relatorio-feito-na-ufpr/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CROUCH, Colin. **Strange Non-death of Neo-liberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

CUNHA, André M.; FERRARI, Andrés. Biden, os ricos e os riscos. **FCE UFRGS**, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/biden-os-ricos-e-os-riscos/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DANGL, Benjamin. After Empowering the 1% and Impoverishing Millions, IMF Admits Neoliberalism a Failure. **Counter Punch**, 2016. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2016/06/01/after-empowering-the-1-and-impoverishing-millions-imf-admits-neoliberalism-a-failure/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. **Viento del Sur**, 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em 12 jul. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **The new way of the world: on neoliberal society**. New York: Verso, 2013.

DAVIES, William. **El Nuevo Neoliberalismo**. New Left Review, n. 101, nov. -dic., 2016.

DAVIES, William. **The limits of neoliberalism: authority, sovereignty and the logic of competition**. Los Angeles: SAGE, 2014.

DEAN, Mitchell. Rethinking neoliberalism. **Journal of Sociology**, v. 50, n. 2, p. 150–163, 2014.

DEBIEL, Tobias; ROUSSELIN, Mathieu. Is a post-neoliberal world possible? **International Politics and Society**, 2022. Disponível em: <https://www.ips-journal.eu/topics/economy-and-ecology/is-a-post-neoliberal-world-possible-5620/>). Acesso em: 12 mai. 2022.

DECKARD, Sharae; SHAPIRO, Stephen. World-Culture and the Neoliberal World-System: An Introduction. In: DECKARD, Sharae; SHAPIRO, Stephen (Orgs.). **World Literature, Neoliberalism, and the Culture of Discontent**. Cham: Springer International Publishing, 2019, p. 1–48. Disponível em: <[http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-05441-0\\_1](http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-05441-0_1)>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DOHERTY, Alex. Has the coronavirus crisis killed neoliberalism? Don't bet on it. **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/may/16/state-intervention-agenda-dont-assume-neoliberalism-dead>. Acesso em: 05 jul. 2022.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Managerial capitalism**: Ownership, management and the coming new mode of production. Londres: Pluto Press, 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The crisis of neoliberalism**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85–116, 1991.

ORTIZ-OSPINA, Esteban and Max Roser (2016) - "Government Spending". Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/government-spending' Acesso em: 12/06/2022.

FARNSWORTH, Kevin; IRVING, Zoë. **Social policy in times of austerity**: global economic crisis and the new politics of welfare. Bristoll Chicago, IL: Policy Press, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). [s.l.: s.n.], 2008.

FREY, Isabel. Herd Immunity” is Epidemiological Neoliberalism. **Economic Sociology & Political Economy**, 2020. Disponível em: <https://economicsociology.org/2020/04/24/herd-immunity-is-epidemiological-neoliberalism/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GEIER, Ben. Even the IMF Now Admits Neoliberalism Has Failed. **Fortune**, 2016. Disponível em: <https://fortune.com/2016/06/03/imf-neoliberalism-failing/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GIBB, Euan. World Bank and IMF continue to insist on failed and outdated neoliberal policies. **Public Services International**, 2021. Disponível em: <https://publicservices.international/resources/news/world-bank-and-imf-continue-to-insist-on-failed-and-outdated-neoliberal-policies?id=12357&lang=en>. Acesso em: 22 jul. 2022.

**Global Economic Prospects**. World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

**Global Financial Stability Report, October 2021**. IMF. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/GFSR/Issues/2021/10/12/global-financial-stability-report-october-2021>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

HARVEY, David. Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19. **Jacobin**, 2020. Disponível em: <https://jacobinmag.com/2020/03/david-harvey-coronavirus-political-economy-disruptions>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

HOUSE, Christopher; PROEBSTING, Christian; TESAR, Linda. Austerity in the aftermath of the Great Recession. **VoxEU**, 2017. Disponível em: <https://voxeu.org/article/austerity-aftermath-great-recession>. Acesso em: 11 jun. 2022.

**ILO Monitor: COVID-19 and the world of work. 7th edition**. Disponível em: [http://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS\\_767028/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/topics/coronavirus/impacts-and-responses/WCMS_767028/lang--en/index.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2021.

International Monetary Fund. **Fiscal Monitor, April 2021**. S.l.: International Monetary Fund, 2021.

International Monetary Fund. **Global Financial Stability Report, April 2021**. S.l.: International Monetary Fund, 2021.

OSTRY, Jonathan; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. **Neoliberalism: Oversold?** IMF Working Papers (Finance & Development), 2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KLEIN, Naomi. **Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism.** New York: Metropolitan Books, 2007.

KOTZ, David M. The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. **Review of Radical Political Economics**, v. 41, n. 3, p. 305–317, 2009.

KRUGMAN, Paul. The case for cuts was a lie. Why does Britain still believe it? The austerity delusion. **The Guardian**, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion>. Acesso em: 29 jun. 2022.

KRUGMAN, Paul; OBSTTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política.** São Paulo: Makron Books, 2001.

**La pandemia y el sistema-mundo - Le Monde diplomatique en español.**

Disponível em: <<https://mondiplo.com/la-pandemia-y-el-sistema-mundo>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

LAPAVITSAS, Costas. This Crisis Has Exposed the Absurdities of Neoliberalism. That Doesn't Mean It'll Destroy It. **Jacobin**, 2020. Disponível em: <https://jacobin.com/2020/03/coronavirus-pandemic-great-recession-neoliberalism>. Acesso em: 18 jun. 2022.

LAVAL, Christian. Apesar das desproporções, o Comum continua sendo a principal ameaça ao neoliberalismo. **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/583093-para-christian-laval-apesar-das-desproporcoes-o-comum-continua-sendo-a-principal-ameaca-ao-neoliberalismo>. Acesso em: 26 jul. 2022.

LAVAL, Christian. The Covid-19 Pandemic and the Failure of the Dominant Imaginaries. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/344715712\\_The\\_Covid-19\\_Pandemic\\_and\\_the\\_Failure\\_of\\_the\\_Dominant\\_Imaginaries](https://www.researchgate.net/publication/344715712_The_Covid-19_Pandemic_and_the_Failure_of_the_Dominant_Imaginaries). Acesso em: 02 jun. 2022.

**Le Covid-19, une crise qui ne va rien changer.** Les Echos. Disponível em: <<https://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/le-covid-19-une-crise-qui-ne-va-rien-changer-1193461>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MADOWITZ, Michael. What Have We Learned About Austerity Since the Great Recession? **The Center for American Progress**, 2014. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/what-have-we-learned-about-austerity-since-the-great-recession/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MANYIKA, James; PINKUS, Gary; TUIN, Monique. American capitalism has evolved time and again, and we may be poised for another such shift. Will the future of capitalism involve tweaks, reforms, or wholesale change? **McKinsey Global Institute**, 2020.

MARSHALL, John; EDMONDS, Tim. European responses to the financial crisis. **House of Commons Library**, 2010. Disponível em: <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/sn05099/>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MATHIAS, João F. C. M. et al. Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia: lições da experiência internacional. **Revista Tempo Do Mundo**, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/313>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MAYER-FOULKES, David A. Long-Term Fundamentals of the 2008 Economic Crisis. **Global Economy Journal**, v. 9, n. 4, p. 1850184, 2009.

MAZZUCATO, Mariana. Un nuevo consenso económico mundial. **El País**, 2021. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2021-10-15/un-nuevo-consenso-economico-mundial.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MIROWSKI, P; PLEHWE, D.; SLOBODIAN, Q. **Nine Lives of Neoliberalism**. Londres: Verso, 2020.

MIROWSKI, Philip. **Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown**, Londres: Verso, 2013.

MIROWSKI, Philip. **The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure**, No 23, Working Papers Series, Institute for New Economic Thinking, 2014.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Orgs.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

NORTON, Ben. Wrong all along: Neoliberal IMF admits neoliberalism fuels inequality and hurts growth. **Salon**, 2016. Disponível em: [https://www.salon.com/2016/05/31/wrong\\_all\\_along\\_neoliberal\\_imf\\_admits\\_neoliberalism\\_fuels\\_inequality\\_and\\_hurts\\_growth/](https://www.salon.com/2016/05/31/wrong_all_along_neoliberal_imf_admits_neoliberalism_fuels_inequality_and_hurts_growth/). Acesso em: 20 jul. 2022.

**O tamanho do rombo da pandemia na economia europeia em 2020**. Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/16/O-tamanho-do-rombo-da-pandemia-na-economia-europeia-em-2020>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OBSTFELD, Maurice. **The Global Capital Market: Benefactor or Menace?** Journal of Economic Perspectives, Vol. 12, No. 4, pp. 9–30, 1998.

ORAIR, Rodrigo; SOARES, Fabio Veras. **Política fiscal e proteção social na resposta à covid-19: da resposta emergencial à recuperação econômica**. n. 26, p. 36, 2021.



OSTRY, Jonathan; PRATI, Alessandro; SPILIMBERGO, Antonio. **Structural Reforms and Economic Performance in Advanced and Developing Countries**. IMF: Occasional Papers, 2009.

PECK, Jamie. **Zombie neoliberalism and the ambidextrous state**. Theoretical Criminology, v. 14, n. 1, p. 104-110, 2010a.

PECK, Jamie. **Remaking laissez-faire**. Progress in Human Geography. Nova York: Oxford University Press, 2008.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. **Actually existing neoliberalism**. In: CAHILL, D., COOPER, M., KONINGS, M.; PRIMROSE, D. (eds.). The SAGE Handbook of Neoliberalism. Los Angeles: SAGE Reference, 2018.

PECK, Jamie. **Constructions of neoliberal reason**. Nova York: Oxford University Press, 2010.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. **Neoliberalism Resurgent?** Market Rule after the Great Recession. The South Atlantic Quarterly, v. 111, n. 2, p. 265-288, 2012.

PLEHWE, D. **The origins of the neoliberal economic development discourse**. In: MIROWSKI, P; PLEHWE, D. (eds.). **The Road from Mont-Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 238-279.

PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn; MIROWSKI, Philip (Orgs.). **Nine lives of neoliberalism**. New York: Verso, 2020.

PUEHLER, Leonardo. A atuação de bancos centrais nas crises econômicas de 2008 e 2020. **FEA – USP**, 2021. Disponível em: <<https://www.fea.usp.br/economia/pesquisa/iniciacao-cientifica/projeto/atuacao-de-bancos-centrais-nas-crieses-economicas-de>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novo neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 27, n. 1, p. 35–65, 2021.

RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin; KRING, William. **IMF Austerity Since the Global Financial Crisis: New Data, Same Trend, and Similar Determinants**. Global Development Policy Center, Boston University. Working Paper 11/2020, 2020.

**Rich countries try radical economic policies to counter covid-19**. The Economist, Londres, 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2020/03/26/rich-countries-try-radical-economic-policies-to-counter-covid-19>. Acesso em: 11 jul. 2022.

RODRIK, Dani. **After the Fall: The Future of Global Cooperation**. Geneva Reports on the World Economy, 2012.

RODRIK, Dani. Le Covid-19, une crise qui ne va rien changer. **Les Echos**, 2020. Disponível em: <https://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/le-covid-19-une-crise-qui-ne-va-rien-changer-1193461>. Acesso em: 25 abr. 2022.

RODRIK, Dani. Making the Best of a Post-Pandemic World. **Project Syndicate**, 2020b. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/three-trends-shaping-post-pandemic-global-economy-by-dani-rodrik-2020-05/portuguese>. Acesso em: 22 jun. 2022.

RODRIK, Dani. Rescuing Economics from Neoliberalism. **Boston Review**, 2017. Disponível em: <https://bostonreview.net/articles/dani-rodrik-rescuing-economics-neoliberalism/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

RODRIK, Dani. Why Does Globalization Fuel Populism? Economics, Culture, and the Rise of Right-Wing Populism. **Annual Review of Economics**, 2021. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-economics-070220-032416>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ROTH, Kenneth. How Authoritarians Are Exploiting the COVID-19 Crisis to Grab Power. **Human Rights Watch**, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/04/03/how-authoritarians-are-exploiting-covid-19-crisis-grab-power>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ROWDEN, Rick. The IMF Confronts Its N-Word. **Foreign Policy Magazine**, 2016. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2016/07/06/the-imf-confronts-its-n-word-neoliberalism/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

RUGITSKY, Fernando. O declínio do neoliberalismo: uma peça em três atos. **Brazilian Journal of Political Economy**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3202>. Acesso em: 29 mai. 2022.

RUGITSKY, Fernando. **O interregno e a pandemia** | Revista Rosa 1. 2020. Disponível em: <<https://revistarosa.com/1/o-interregno-e-a-pandemia>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah. **Neoliberalism – A critical reader**. Londres: Pluto Press, 2005.

SAAD-FILHO, Alfredo. **From COVID-19 to the End of Neoliberalism**. *Critical Sociology*, Vol. 46(4-5) 477–485, 2020.

SAAD-FILHO, Alfredo. From COVID-19 to the End of Neoliberalism. **SAGE Journals**, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0896920520929966>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SALGADO, Pedro. COVID as the (Second) Death of Neoliberalism? **International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies**, 2021. Disponível em: [https://irgac.org/2020/784/#\\_ftn1](https://irgac.org/2020/784/#_ftn1). Acesso em: 30 mai. 2022.



SAXER, Marc. How corona broke the system. **International Politics and Society**, 2020. Disponível em: <https://www.ips-journal.eu/regions/global/how-corona-broke-the-system-4180/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

SLOBODIAN, Quinn. The Vulture Capitalists Are Counting on Us to Do Nothing. **The Nation**, 2020. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/society/coronavirus-vulture-capitalism/>. Acesso em: 07 mai. 2022.

SLOBODIAN, Quinn; PLEHWE, Dieter. The Neoliberals Who Opposed Europe. **Brave New Europe**, 2018. Disponível em: <https://braveneweuropa.com/quinn-slobodian-and-dieter-plehwe-the-neoliberals-who-opposed-europe>. Acesso em: 18 mai. 2022.

SOLTY, Ingar. The Bio-Economic Pandemic and the Western Working Classes. **Socialist Project**, 2020. Disponível em: <https://socialistproject.ca/2020/03/bioeconomic-pandemic-and-western-working-classes/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SPENCE, Michael; LEIPZIGER, Danny. **Globalization and Growth – Implications for a Post-Crisis World**: Commission on Growth and Development. World Bank, 2010.

OSTRY, Jonathan; PRATI, Alessandro; SPILIMBERGO, Antonio. **Structural Reforms and Economic Performance in Advanced and Developing Countries**. Washington, D.C.: International Monetary Fund (Occasional Papers), 2009.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W. Norton, 2002.

STIGLITZ, Joseph. Neoliberalism must be pronounced dead and buried. Where next? **The Guardian**, 2019b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2019/may/30/neoliberalism-must-be-pronounced-dead-and-buried-where-next>. Acesso em: 18 abr. 2022.

STIGLITZ, Joseph. The end of neoliberalism and the rebirth of history. **Social Europe**, 2019a. Disponível em: <https://socialeurope.eu/the-end-of-neoliberalism-and-the-rebirth-of-history>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SUMONJA, Miloš. **Neoliberalism is not dead** – On political implications of Covid-19. *Capital & Class*, v. 45, n. 2, p. 215–227, 2021.

The Global Capital Market: Benefactor or Menace? Maurice Obstfeld. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 12, no. 4, 1998.

**The Shifting Geopolitics of Coronavirus and the Demise of Neoliberalism – (Part 2)**. Al Jazeera Center for Studies. Disponível em: <http://studies.aljazeera.net/en/reports/shifting-geopolitics-coronavirus-and-demise-neoliberalism-%E2%80%93-part-2>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

TOOZE, Adam. Has Covid ended the neoliberal era? **The Guardian**, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2021/sep/02/covid-and-the-crisis-of-neoliberalism>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

VALENÇA, Diogo. MARXISMO E A CRISE DO NEOLIBERALISMO DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19. Revista Cadernos de Ciências Sociais, Recife, Ano VIII, volume I, número 14, 2019.

**Veja medidas políticas e econômicas de países em resposta à pandemia.**

Agência Brasil. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/veja-medidas-politicas-e-economicas-de-paises-em-resposta-pandemia>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 165–187, 2015.

What will last? The long-term implications of COVID-19. **Studies & publications.**

Credit Suisse. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/studies-publications.html>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

WONG, Felicia. The Post-Neoliberal World Is Already Here. **Democracy**, 2020.

Disponível em: <https://democracyjournal.org/magazine/the-post-neoliberal-world-is-already-here/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

DEB, Prayyan et al. The Effects of Fiscal Measures During COVID-19. **IMF Working Papers**, 2021. Disponível em:

<<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/11/05/The-Effects-of-Fiscal-Measures-During-COVID-19-504347>>. Acesso em: 24 abr. 2022.